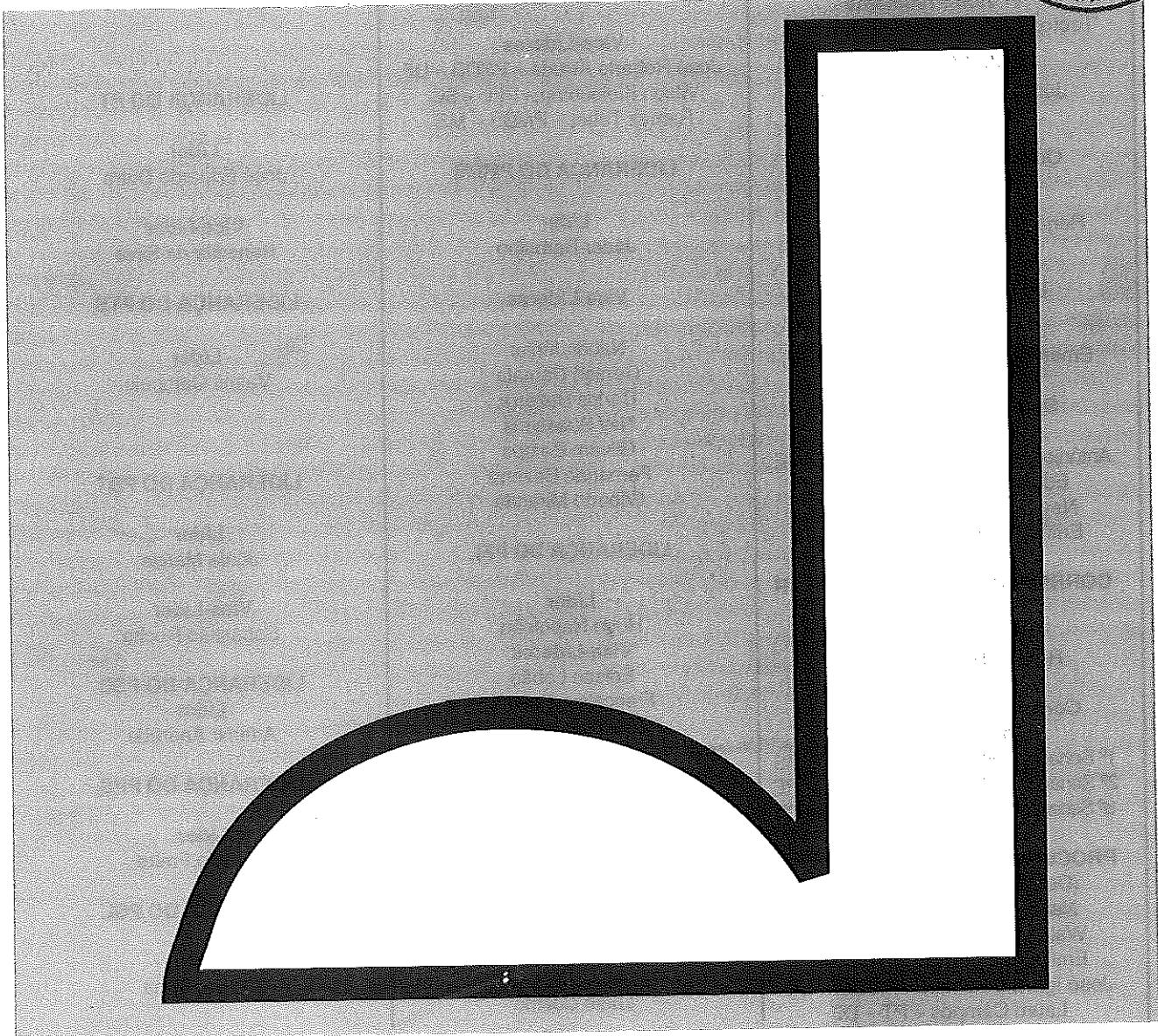




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 193

QUINTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Ermandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Femandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emilia Femandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleintübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
--	---	---

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>EXPEDIENTE</p> <p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 170^ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE OUTUBRO DE 1996

1.1 – ABERTURA 1.2 – EXPEDIENTE 1.2.1 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo da seguinte matéria:

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996 (nº 2.375-A/96, naquela Casa), de autoria do Senador José Sarney, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde.

1.2.2 – Requerimentos

Nº 975, de 1996, de autoria do Senador José Sarney, solicitando a Comissão Diretora do Programa de Desestatização, órgão diretamente subordinado à Presidência da República, informações que menciona.

Nº 976, de 1996, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando ao Sr. Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal informações que menciona.

Nº 977, de 1996, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando ao Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento informações que menciona.

Nº 978, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando dispensa do parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1996 (nº 4.205/93, na Casa de origem), que altera o art. 5º da Lei nº 8.313, de 23.12.91, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2.7.86, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências, cujo prazo já se encontra esgotado.

Nº 979, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 1996, de autoria do Senador Joel de Hollanda, que autoriza o Poder Executivo a criar a Unidade Descentralizada da Escola Técnica Federal de Pernambuco, no Município de Caruaru, no Estado de Pernambuco.

Nº 980, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 109,

de 1996, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a Instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências.....	17067
Nº 981, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a exibição de filmes brasileiros de curta-metragem e dá outras providências.....	17067
Nº 982, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1996, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.	17067
Nº 983, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que institui a mela-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, e culturais e esportivos e dá outras providências.....	17067
Nº 984, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1996, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Mucajá, no Estado de Roraima.	17067
Nº 985, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1996, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de São João da Baliza, no Estado de Roraima.	17067
Nº 986, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1996, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, que institui o Serviço Comunitário de Telecomunicação.....	17067
Nº 987, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1996, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe sobre a convocação de redes de radiodifusão.....	17067

Nº 988, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço radiodifusão sonora e de sons e imagens e do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993, de autoria do Deputado Sólon Borges dos Reis, que dá prioridade à concessão de canais de emissoras às entidades educacionais, que tramitam em conjunto.....	Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.522, em 11 de outubro de 1996 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	17068
Nº 989, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 1995, de autoria do Senador Emanoel Amorim, que dispõe sobre o regime da bolsa de estudo em estabelecimento público de ensino superior e dá outras providências.....	Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.523, em 11 de outubro de 1996 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	17069
Nº 990, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996, de autoria do Deputado Ronaldo Perim, que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito.....	Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.524, em 11 de outubro de 1996 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	17069
Nº 991, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1994, de autoria do Deputado Jackson Pereira, que dispõe sobre a criação do Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos e dá outras providências.....	1.2.4 – Fala da Presidência	17069
Nº 992, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1996, que torna obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão do contrato de trabalho, cujo prazo na Comissão de Assuntos Sociais já se encontra esgotado.	Destinação do tempo dos oradores da Hora do Expediente da presente sessão para comemorar o Dia Mundial da Alimentação, nos termos do Requerimento nº 970, de 1996, do Senador Osmar Dias e outros Srs. Senadores.....	17070
1.2.3 – Comunicações da Presidência	1.2.5 – Oradores:	17070
Recebimento do Ofício nº 28, de 1996, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente ao Diversos nº 77, de 1996, comunicando que aquela Comissão manifestou-se favorável à participação do Senado Federal na Cúpula Mundial da Alimentação, a realizar-se em Roma, Itália, no período de 13 a 17 de novembro próximo.....	SENADOR OSMAR DIAS SENADORA BENEDITA DA SILVA SENADOR PEDRO SIMON SENADOR IRIS REZENDE SENADOR EDUARDO SUPlicy17084	17075
Recebimento de manifestação do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Diversos nº 88, de 1996, favorável à participação do Senado Federal na Sexagésima Quinta Sessão da Assembléia Geral da Organização Intemacional de Polícia Criminal – Interpol, a realizar-se em Antalya – Turquia, no período de 23 a 29 do corrente.....	SENADOR HENRIQUE LOYOLA – Transtornos de congestionamento na BR-376, em virtude da fiscalização realizada por autoridades paranaenses em represália a decreto do Governador de Santa Catarina, que proíbe o trânsito de animais vivos provenientes de outros Estados, para prevenir-se contra o surto de febre aftosa.	17095
17068	SENADOR NEY SUASSUNA – Necessidade da votação de regulamentação das medidas provisórias. Incoerência na edição da medida provisória que proíbe acumulação de vencimentos com proventos. Comentando artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo de hoje, intitulado "Os fora-da-lei", que denúncia a violação do Estado de Direito.....	17096
17068	SENADOR ROMEU TUMA – Esclarecimentos prestados pelo Senador José Fogaça em decorrência de uma questão de ordem levantada	

pelo Senador Antônio Carlos Valadares durante reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania referente às medidas provisórias. Reunião no gabinete do Ministro da Fazenda, com o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para explicar modificações a respeito da modernização que a Receita procura dar a apuração e cobrança dos impostos e a fiscalização, inclusive controle dos paraísos fiscais, no imposto de renda para 1997. Comentando reportagem do jornal **O Globo** desta semana, intitulada "Portas Abertas para as Armas no Rio", sobre decisão policial de não se revistar ônibus oriundos do Paraguai, devido as denúncias de corrupção juntas aos saqueiros. Necessidade de convocação do Ministro-Chefe do EMFA à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar de assuntos referentes à sua pasta.....

SENADOR FREITAS NETO – Injustiças praticadas pelo Executivo contra o funcionalismo público, com o objetivo de diminuir o déficit público. Perda do poder de compra do servidor público.....

1.2.7 – Requerimento

Nº 993, de 1996, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1995, de autoria do Deputado Álvaro Valle, que institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências.....

1.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1996, de autoria do Senador Flaviano Melo, que inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio.....

Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a criação da Câmara Setorial de Turismo.....

Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1996, de autoria do Senador Romero Jucá, que denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174.....

Projeto de Lei do Senado nº 233, de 1996, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera o art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União, para determinar a obrigatoriedade da realização de concurso público por entidade estranha ao órgão da Administração Pública cujos cargos serão objeto desse concurso.....

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 1.909, de 1996, do Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, solicitando a indicação de um representante desta Casa, a fim de participar da sole-

nidade de instalação do XV Congresso Brasileiro de Contabilidade, a realizar-se no dia 20 do corrente, em Fortaleza, Ceará. Designação do Senador Lúcio Alcântara, para representar o Senado naquele evento.....

17105

Inclusão de medidas provisórias, na Ordem do Dia da sessão conjunta anteriormente convocada para o dia 22 do corrente, às dezenove horas.....

17105

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registrando viagem do Ministro da Justiça, Sr. Nelson Jobim, e do Chefe do Gabinete Militar, General Nelson Cardoso, ao Estado de Roraima para tratar da proposta de demarcação das áreas indígenas Raposa e Serra do Sol. Proposta alternativa para uma efetiva demarcação e, consequentemente, a garantia das terras indígenas.....

17105

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Protestos de fazendeiros do Município de Cáceres/MT, fronteira com San Mathias, cidade boliviana, em repúdio aos saques ocorridos em suas fazendas. Abandono do setor algodoeiro. Comentando artigo do Ex-Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo Professor Roberto Rodrigues, Presidente da Aliança Cooperativista Internacional para as Américas, que aborda o genocídio na cotonicultura do Brasil.....

17122

1.2.11 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ODACIR SOARES – Aspectos polêmicos e infôs do pacote fiscal do governo, principalmente, com relação ao funcionalismo público.....

17124

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSÃO ANTERIOR

Da Senadora Emilia Fernandes, proferido na sessão de 15-10-96. (Replicação.)

17127

3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 164ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 9 de outubro de 1996 e publicada no Diário do Senado Federal de 10 de outubro de 1996.....

17130

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.203 e 1.204, de 1996

17130

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 170^a Sessão não Deliberativa, em 16 de Outubro de 1996

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs. Júlio Campos, Levy Dias, Ney Suassuna e Romeu Tuma.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE
OFÍCIO
DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 171/96, de 16 do corrente, encaminhando ao Senado Federal substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 1996 (nº 2.375/96, naquela Casa), de autoria do Senador José Sarney, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Encaminhamento à revisão do Senado autógrafo da seguinte matéria:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 1996
(Nº 2.375-A/96, naquela Casa)**

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os portadores do vírus da imunodeficiência humana – HIV receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, a medicação necessária a seu tratamento, na forma do disposto nesta lei.

§ 1º O Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Saúde, padronizará as terapias para utilização dos medicamentos em cada estágio evolutivo da infecção e da doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

§ 2º A padronização de terapias deverá ser revista e republicada anualmente, ou sempre que se fizer necessário, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

§ 3º A distribuição gratuita dos medicamentos observará critérios sócio-econômicos, conforme regulamento, e dará prioridade aos pacientes em regime de internação hospitalar.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta lei serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, conforme regulamento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158 DE 1996, APROVADO PELO SENADO FEDERAL EM 12-9-95

Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os portadores do HIV (Vírus da Imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda medicação necessária a seu tratamento.

§ 1º O Poder Executivo, através do Ministério da Saúde padronizará os medicamentos a serem utilizados em cada estágio evolutivo da infecção e de doença, com vistas a orientar a aquisição dos mesmos pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

§ 2º A padronização deverá ser revista e republicada anualmente, para se adequar ao conhecimento científico atualizado e à disponibilidade de novos medicamentos no mercado.

Art. 2º As despesas decorrentes da implementação desta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Ministério da Saúde e das oriun-

das da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se a disposições em contrário.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuana) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício Valmir Campelo.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 975, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que a Comissão Diretora do Programa de Desestatização, órgão diretamente subordinado à Presidência da República, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, no referente à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, bem como de suas subsidiárias, controladora e coligadas, conforme:

I – a justificativa da privatização, indicando o percentual do capital social da empresa;

II – a data e o ato que determinaram a constituição da empresa;

III – o passivo de curto e de longo prazo;

IV – o ativo depositado em instituições financeiras;

V – a situação econômico-financeira da empresa, nos cinco últimos exercícios, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo;

VI – o pagamento de dividendos à União Federal ou a sociedades por esta controladas, direta ou indiretamente e, aporte de recursos à conta capital, providos direta ou indiretamente pela União Federal nos últimos cinco anos;

VII – o sumário dos estudos de avaliação;

VIII – o critério de fixação do valor de alienação, com base nos estudos de avaliação;

IX – o valor mínimo de participação a ser alienada;

X – a indicação, se for o caso, de que será criada ação especial e os poderes nela compreendidos;

XI – os dados sobre modelagem do processo de venda do controle acionário da Companhia;

XII – a definição do percentual da aplicação dos recursos provenientes da alienação, prioritariamente nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Sergipe, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Tocantins;

XIII – o percentual dos recursos que serão destinados, especificamente:

a) a atividades, programas ou projetos federais, integradores do desenvolvimento nacional ou de relevante interesse para o desenvolvimento da atividade econômica nos Estados beneficiários;

b) a atividades, programas ou projetos financiados por organismos internacionais, em contrapartida com os governos federal ou estadual;

c) a projetos estaduais estruturantes e que constem dos respectivos planos plurianuais.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. –
José Sarney.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 976, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o previsto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito sejam requeridas, ao Exmº Sr. Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, as seguintes informações sobre o uso de recursos da União para financiar a realização da Sétima Semana da Amazônia, ocorrida em Nova York – EUA, em setembro último:

a) justificativa formal, no âmbito do Governo, para o patrocínio da Semana, pelo Poder Público;

b) razão por que o evento não foi promovido pelo próprio Governo, em vez de se canalizar recursos públicos para uma entidade privada (no caso, a organização não-governamental Amanakaa);

c) justificativas para dispensa de licitação na escolha da entidade promotora do evento;

d) montante de recursos públicos gastos com esse evento;

e) principais componentes da despesa;

f) programa de trabalho apresentado pela Amanakaa, ao Governo Federal, para justificar o recebimento desses recursos.

Justificação

São notórias as graves dificuldades financeiras com que se defronta o Estado brasileiro. Dentre outras consequências, tal fato tem refletido em sua incapacidade de atender, de modo satisfatório, às mais elementares demandas da sociedade brasileira, mesmo em áreas vitais como saúde e educação. Na realidade, a cada dia, programas e projetos governamentais são extintos, sob a justificativa de absoluta falta de recursos financeiros.

Nessas circunstâncias, causa estranheza que o Governo Federal desembolse tais recursos, que poderiam ser utilizados no atendimento de urgentes

necessidades sociais, para patrocinar um empreendimento de objetivos obscuros, realizado por uma entidade não-governamental escolhida sem o necessário processo de licitação pública.

Entendemos ser imprescindível que sejam trazidos esclarecimentos, à sociedade brasileira, a respeito deste assunto.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. – Senador Jefferson Péres.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO N° 977, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o previsto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito sejam requeridas, ao Exmº Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento, as seguintes informações sobre o uso de recursos da União para financiar a realização da Sétima Semana da Amazônia, ocorrida em Nova Iorque – EUA, em setembro último:

- a) justificativa formal, no âmbito do Governo, para o patrocínio da Semana, pelo Poder Público;
- b) razão por que o evento não foi promovido pelo próprio Governo, em vez de se canalizar recursos públicos para uma entidade privada (no caso, a organização não-governamental Amanakaa);
- c) justificativas para dispensa de licitação na escolha da entidade promotora do evento;
- d) montante de recursos públicos gastos com esse evento;
- e) principais componentes da despesa;
- f) programa de trabalho apresentado pela Amanakaa, ao Governo Federal, para justificar o recebimento desses recursos.

Justificação

São notórias as graves dificuldades financeiras com que se defronta o Estado brasileiro. Dentre outras consequências, tal fato tem refletido em sua incapacidade de atender, de modo satisfatório, às mais elementares demandas da sociedade brasileira, mesmo em áreas vitais como Saúde e Educação. Na realidade, a cada dia, programas e projetos governamentais são extintos, sob a justificativa de absoluta falta de recursos financeiros.

Nessas circunstâncias, causa estranheza que o Governo Federal desembolse tais recursos, que poderiam ser utilizados no atendimento de urgentes necessidades sociais, para patrocinar um empreendimento de objetivos obscuros, realizado por uma

entidade não-governamental escolhida sem o necessário processo de licitação pública.

Entendemos ser imprescindível que sejam trazidos esclarecimentos, à sociedade brasileira, a respeito deste assunto.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1996. – Senador Jefferson Péres.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216, do Regimento Interno desta Casa.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 978, DE 1996

Senhor Presidente

Requeiro nos termos do art. 119, do regimento Interno, a dispensa do parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 19, de 1996 (n° 4.205/93, na Casa de origem), que altera o art. 5º da Lei n° 8.313, de 23-12-91, que restabelece princípios da Lei n° 7.505, de 2-7-86, que institui o Programa Nacional de Apoio à cultura – PRONAC e dá outras providências cujo prazo já se encontra esgotado.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. – Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea c item 5 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 979, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado n° 162, de 1996, de autoria do Senador Joel Hollanda, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Unidade Descentralizada da Escola Técnica Federal de Pernambuco, no Município de Caruaru, no Estado de Pernambuco".

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. – Senador Roberto Requião, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 980, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1996, de autoria do Senador Gerson Camata, que "Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências".

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. –
Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 981, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que "Dispõe sobre a exibição de filmes brasileiros de curta-metragem e dá outras providências."

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. –
Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 982, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1996, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso."

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. –
Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 983, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que "Institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, e culturais e esportivos e dá outras providências".

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. –
Senador **Roberto Requião**, Presidente

REQUERIMENTO Nº 984, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I

do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1996, de autoria do Senador Romero Jucá, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Macajá, no Estado de Roraima".

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. –
Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 985, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 090, de 1996, de autoria do Senador Romero Jucá, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de São João da Baliza, no Estado de Roraima."

Sala das sessões, 16 de outubro de 1996. –
Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 986, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 073, de 1996, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, que "Institui o Serviço Comunitário de Telecomunicação."

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. –
Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 987, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1996, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "Dispõe sobre a convocação de redes de radiodifusão."

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. –
Senador **Roberto Requião** – Presidente

REQUERIMENTO Nº 988, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço radiofusão sonora e de sons e imagens" e do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993, de autoria do Deputado Sólon Borges

dos Reis, que "Dá prioridade à concessão de canais de emissoras às entidades educacionais," que tramitam em conjunto.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996 – Senador **Roberto Requião** – Presidente.

REQUERIMENTO Nº 989, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 1995, de autoria do Senador Ermândes Amorim, que "Dispõe sobre o regime da bolsa de estudo em estabelecimento público de ensino superior e dá outras providências".

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. – Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 990, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação requeiro, nos termos do art. 172 inciso I do Regimento Interno a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 044, de 1996, de autoria do Deputado Ronaldo Perim, que "Dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito".

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. – Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 991, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1994, de autoria do Deputado Jackson Pereira, que "Dispõe sobre a criação do Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos e dá outras providências."

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996 – Senador **Roberto Requião**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 992, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a inclusão, em Ordem do Dia, do PLS nº 97/96, que "Torna obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão do contrato de trabalho", cujo prazo na Comissão de Assuntos Sociais já se encontra esgotado.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. – Senador **Júlio Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Os requerimentos lidos serão publicados e posteriormente incluídos em Ordem do dia, nos termos do artigo nº 255, Inciso II, alínea "c", item 3, do Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência recebeu o Ofício nº 28/96, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente ao Processo Diversos nº 77, de 1996, comunicando que aquela Comissão manifestou-se favoravelmente à participação do Senado Federal na Cúpula Mundial da Alimentação, a realizar-se em Roma, Itália, no período de 13 a 17 de novembro próximo.

A matéria será votada na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Presidência recebeu manifestação do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o processo Diversos nº 88, de 1996, favorável à participação do Senado Federal na Sexagésima Quinta Sessão da Assembléia Geral da Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol, a realizar-se em Antalya – Turquia, no período de 23 a 29 do corrente.

A matéria será apreciada na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.522, adotada em 11 de outubro de 1996 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "altera dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PFL
Bernardo Cabral	José Bianco
Carlos Patrocínio	Edison Lobão
	PSDB
Sérgio Machado	Geraldo Melo

				PFL			
Sebastião Rocha		Darcy Ribeiro		Bello Parga José Agripino			
PT		Romero Jucá José Alves		PSDB			
José Eduardo Dutra		Benedita da Silva		Sérgio Machado			
DEPUTADOS		Geraldo Melo		PTB			
Titulares		Suplentes		Regina Assumpção			
Bloco (PFL/PTB)		Emilia Fernandes		PSB			
Maluly Netto		Luiz Braga		Antônio Carlos Valadares			
Sérgio Barcellos		Mauro Fecury		DEPUTADOS			
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)		Ademir Andrade		Titulares			
Michel Temer		Geddel Vieira Lima		Suplentes			
Bloco (PPB/PL)		Bloco (PFL/PTB)		Bloco (PPB/PL)			
Odelmo Leão		Gerson Peres		Roland Lavigne Murilo Pinheiro			
Adroaldo Streck		Eduardo Mascarenhas		Lael Varella Luiz Moreira			
PPS		Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)		Michel Temer			
Sérgio Arouca		Augusto Carvalho		Geddel Vieira Lima			
PV		Bloco (PPB/PL)		Odelmo Leão			
Fernando Gabeira		Gerson Peres		PSDB			
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:							
Dia 16-10-96 – designação da Comissão Mista							
Dia 17-10-96 – instalação da Comissão Mista							
Até 19-10-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade							
Até 28-10-96 – prazo final da Comissão Mista							
Até 12-11-96 – prazo no Congresso Nacional							
O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.523, adotada em 11 de outubro de 1996 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".							
De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:							
SENADORES							
Titulares		Suplentes		PMN			
PMDB		Bosco França		PT			
Jáder Barbalho		Sandra Starling		Nilmário Miranda			
Nabor Júnior		De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:					
Dia 16-10-96 – designação da Comissão Mista							
Dia 17-10-96 – instalação da Comissão Mista							
Até 19-10-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade							
Até 28-10-96 – prazo final da Comissão Mista							
Até 12-11-96 – prazo no Congresso Nacional							
O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.524, adotada em 11 de outubro de 1996 e publicada no dia 14 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras provisões".							
De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº							

1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PFL
José Bianco	José Agripino
Freitas Neto	Bernardo Cabral
	PSDB
Sérgio Machado	Geraldo Melo
	PPS
Roberto Freire	
	PPB
Epitácio Cafeteira	Lucídio Portella

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Antônio Joaquim Araújo	Raimundo Santos
Magno Barcelar	Eliseu Moura
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Michel Temer	Geddel Vieira Lima
	Bloco (PPB/PL)
Odelmo Leão	Gerson Peres
	PSDB
Danilo de Castro	Edson Silva
	PDT
Matheus Schmidt	Sílvio Abreu
	PSB
Nilson Gibson	Alexandre Cardoso

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-10-96 – designação da Comissão Mista
Dia 17-10-96 – instalação da Comissão Mista

Até 19-10-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 28-10-96 – prazo final da Comissão Mista

Até 12-11-96 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O tempo dos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar o Dia Mundial da Alimentação, nos termos do Requerimento nº 970, de 1996, de autoria do nobre Senador Osmar Dias e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de ontem.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (- PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, em 1974, em Roma, durante a Conferência Mundial de Alimentos, cento e trinta países assinaram a "Declaração sobre a Eliminação Definitiva da Fome e da Desnutrição no Mundo". Um dos trechos dessa declaração dizia o seguinte:

"Cada homem, mulher, criança tem o direito inalienável de ser libertado da fome e da desnutrição."

Naquela época, a FAO fazia uma previsão de que, para isso acontecer, a produção de alimentos teria que crescer 4% ao ano.

Nessa declaração há também um trecho que ficou para a história apenas como mais um trecho escrito num documento oficial, que, de muito longe, deixou de ser cumprido. Esse trecho dizia o seguinte:

"Daqui a dez anos nenhuma criança deverá dormir com fome, nenhuma família deverá viver no temor da falta de pão para o dia seguinte e o futuro e a capacitação de qualquer ser humano não deverão ser comprometidos pela má nutrição".

Era uma declaração assinada pelos governantes de todos os países do mundo praticamente.

Hoje, 22 anos depois, Srs. Senadores, a situação é muito mais grave. Naquela época, o mundo tinha 500 milhões de pessoas que viviam sem alimentação digna ou, pelo menos, não tinham alimentação que correspondia às necessidades alimentares previstas pela Organização Mundial da Saúde. Atualmente, tem quase um bilhão. Portanto, dobrou o número de pessoas que, naquele ano, estavam subnutridas, desnutridas ou simplesmente não se alimentavam de forma adequada. No Brasil, dados oficiais apontam 9 milhões de famílias ou 32 milhões de brasileiros que não comem de forma adequada.

Já estamos cansados de ouvir a repetição de números e dados, inclusive na tribuna deste Senado Federal. Na verdade, as pessoas estão muito mais preocupadas em fazer diagnósticos do que em

apontar soluções para esse drama da fome e da miséria. São 70 milhões os brasileiros que não comem o suficiente para alcançar as 2.420 calorias recomendadas pela Organização Mundial da Saúde. Isso corresponde a 50% das famílias brasileiras, que não se alimentam de forma conveniente.

Temos 5 milhões de crianças menores de cinco anos que também não preenchem suas necessidades diárias. Se a capacitação futura não poderia ser comprometida pela desnutrição, o quadro é mais alarmante quando verificamos que 95% das crianças que ingressam no Primeiro Grau não concluem os quatro primeiros anos sem uma repetência; apenas 5% o fazem. A causa principal é a desnutrição ou a alimentação insuficiente.

Sr. Presidente, eu disse aqui várias vezes que já estamos repletos de diagnósticos e não precisamos mais deles. Devemos buscar as causas desse angustiante problema, não apenas para o Brasil, mas também para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, principalmente os países localizados mais ao sul. Sem dúvida nenhuma, quando os países do leste europeu, os países que formam hoje a União Européia, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão se desenvolveram, trataram de estabelecer estratégias, e a primeira delas foi a da segurança alimentar.

Eu me incluo entre aqueles que, ao longo da história deste País, pregaram, equivocadamente, a necessidade de se estabelecer uma política agrícola brasileira. Depois de estudar muito o assunto, cheguei à conclusão que estávamos errados e mudei. Não há como integrarmos os esforços no sentido de buscarmos solução para o problema da fome e da miséria pensando isoladamente em promover apenas a agricultura. Não dá mais para confundir fome com falta de alimentos. Esse é, sem dúvida nenhuma, o principal equívoco que se comete.

Temos hoje uma oferta mundial *per capita* de calorias suficiente para atender às necessidades recomendadas pela Organização Mundial da Saúde; no entanto, não temos uma distribuição adequada dos alimentos e não temos uma distribuição de renda que permita alcançar esses alimentos mesmo que estejam eventualmente perto.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que os planos econômicos recessivos foram causadores da miséria no campo e na cidade. Mas devemos ter em conta que ainda há problemas estruturais no País e não temos um programa de ação, nenhum plano direcionado para alterar esses problemas estruturais.

Incluo entre as maiores causas do problema da fome e da miséria em nosso País a concentração da terra nas mãos de poucos. Temos números que nos dão conta de que 53% das propriedades agrícolas em nosso País, hoje, perfazem uma área de apenas 2,7% da área agricultável em nosso País. Por outro lado, 44% das terras cultivadas no Brasil se incluem em 1,2% das propriedades. Essa concentração gera dois graves problemas: desemprego e êxodo rural. Uma propriedade de até 100 hectares gera um emprego para cada 9 hectares; uma propriedade maior de 100 hectares necessita 60 hectares para gerar um emprego. São dados colhidos da realidade, são fatos.

Esses números indicam que permitimos o agravamento dessa situação porque as políticas que não privilegiam a pequena propriedade vão ao encontro do aumento de áreas em mãos de grandes proprietários. Não somos contra os grandes proprietários, mas chegamos à conclusão de que, no mundo todo, as pequenas e médias propriedades são as mais produtivas e empregam mais mão-de-obra.

O desemprego e o subemprego são as causas principais da subnutrição por causa da distância que se coloca entre o consumidor desempregado ou subempregado — portanto, um consumidor marginal, longe da comida. Exatamente essas causas do desemprego, a concentração da terra e o êxodo rural, devem ser prioridade no combate do Governo à fome e à miséria.

Programas assistenciais, muitos destes demográficos e levados a cabo em vésperas de eleições, podem significar um alento a uma família desempregada. Tenho certeza de que não há um trabalhador neste País que não apóie uma política que gera emprego, porque não há um trabalhador no Brasil que queira sustentar sua família sem que seja com a força de seus braços; não acredito que tenhamos trabalhadores que prefiram receber um prato de sopa no final do dia a chegar em casa cansado do trabalho, é verdade, mas dignificado e, sobretudo, satisfeito, porque sabe que está levando para casa o fruto do seu trabalho, o sustento da sua família.

O emprego tem que ser prioridade para todo governo sério. Se o emprego for prioridade serão prioritárias também as pequenas propriedades, aquelas 5,2 milhões que não conseguem se viabilizar por falta de planejamento estratégico, de política de desenvolvimento rural, muito antes de política social, porque quem está no campo, na pequena propriedade, não necessita de programas sociais assistencialistas; necessita, sim, de programas de desen-

volvimento que possam lhe assegurar, sobretudo, a garantia de plantar e vender pagando o custo de produção.

O Sr. Jefferson Péres – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS – Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres – Senador Osmar Dias, meu aparte não se encaixa bem no ângulo pelo qual V. Ex^a está abordando a questão. Mas é pertinente, porque o tema é agricultura e alimentação. Trata-se, na realidade, mais de um pedido de esclarecimento a V. Ex^a, aproveitando sua presença na tribuna. Ouvi ontem, com muita atenção, dois pronunciamentos, um de V. Ex^a e outro do Senador Pedro Simon, a respeito de declaração atribuída ao Ministro da Agricultura, nosso colega Arlindo Porto. Teria S. Ex^a dito que uma supersafra de grãos seria um problema para o País. Tanto quanto li, o Ministro Arlindo Porto teria considerado uma supersafra problemática porque o País estaria no momento preparado para absorver até 80 milhões de toneladas. A safra deste ano terá sido em torno de 72 milhões de toneladas, parece-me – se eu estiver errado, corrija-me. Assim, segundo o Ministro, uma safra de até 80 milhões poderia ser absorvida pela estrutura existente no País, mas uma safra, por exemplo, de 85 milhões de toneladas de grãos geraria uma série de problemas. S. Ex^a foi criticado por V. Ex^a e pelo Senador Pedro Simon, se bem entendi, por isso. Ora, por mais que a declaração do Ministro cause espanto às pessoas leigas ou até mesmo a especialistas, como V. Ex^a, que está longe de ser um leigo – eu é que sou um leigo no assunto –, peço a V. Ex^a, Senador Osmar Dias, que me esclareça, por favor – sem que esse pedido de esclarecimento contenha qualquer ironia –, pois estou na minha visão de leigo, de pouco entendido em economia, mas não em agricultura, especificamente: realmente, uma supersafra de, digamos, 85 milhões de toneladas de grãos no País não geraria problema na medida em que sobrecarregaria, ultrapassaria, talvez, a nossa capacidade de armazenamento, de silagem? Já que ultrapassaria, talvez, a nossa capacidade, no momento, de escoamento de grãos? Uma supersafra não criaria problema, uma vez que o Governo teria que comprar o excedente e desembolsar recursos que talvez não tivesse? Não criaria problema na medida em que a existência de uma superoferta pressionaria os preços para baixo e criaria problemas na própria receita da agricultura de um modo geral? O Ministro estava errado? Por que, Senador Osmar Dias? Eu não es-

tou saindo em defesa propriamente do Ministro, mas, parece-me, como leigo, que o Ministro tem razão. Aí eu discordaria um pouco de V. Ex^a e, por isso, solicito o esclarecimento, aduzindo que não estou aqui como advogado do Ministro, que nem meu correligionário é. Não sou Líder ou Vice-Líder do Governo também. É uma questão de ponto de vista. Surpreendi-me com a colocação de V. Ex^a e do Senador Pedro Simon, porque continuo entendendo – corrija-me, por favor – que uma supersafra cria problemas para o País.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Jefferson Péres, o termo supersafra também está equivocado. A área que plantamos, de quase 40 milhões de hectares, anualmente, é menor do que a área de 55 milhões de hectares que a China planta, na qual consegue colher 450 milhões de toneladas. Nós colhemos 70 milhões de toneladas de grãos no ano passado, e quando vamos atingir 80 milhões, fala-se que 85 milhões de toneladas significam uma supersafra.

Vou responder a V. Ex^a, que não precisava dizer que não usa de ironia, porque sei que V. Ex^a é um Senador sério e não trataria esse assunto sem seriedade – e nisso o Senador Bernardo Cabral concorda comigo. Senador Jefferson Péres, o Brasil tem uma população de 155 milhões de habitantes. Eu disse aqui que 70 milhões de habitantes, aproximadamente 50% das famílias, estão afastados do mercado consumidor ou com o seu ingresso nele dificultado em função da baixa renda. Quando o Ministro disse que a supersafra – e eu considero que está muito longe de ser uma supersafra uma safra, no Brasil, de 85 milhões de toneladas – causaria problema, para a economia, de escoamento, por exemplo, S. Ex^a poderia pelo menos ter-se preocupado, Senador Jefferson Péres, em analisar o que ocorre nos outros países do mundo e no mercado internacional. Ora, temos a possibilidade ímpar – que nunca tivemos, aliás – de exportar, por exemplo, soja para a China, que será importadora líquida, este ano, de 25 milhões de toneladas – e 25 milhões de toneladas, Senador Jefferson Péres, é o que colhemos nos 13, 14 milhões de hectares que plantamos todos os anos no Brasil. Se plantamos 12, 13, 14 milhões, no máximo, de hectares de soja, para colher 24, 25 milhões de toneladas, e se a China abre um mercado equivalente à safra inteira do Brasil, que é o segundo maior exportador de soja, ficando atrás apenas dos Estados Unidos – somos donos, praticamente, de 20% do mercado mundial de soja exportada –, por que não fazer políticas de apoio à produção

de culturas que encontram, neste momento, no mercado internacional, amplos espaços, para que possamos arrecadar divisas, ao invés de mandarmos divisas para fora do País, como estamos fazendo este ano?

O Ministro diz que vai haver problemas se o País produzir mais, mas estamos vergonhosamente importando de 13 a 14 – e acho que vamos passar de 14 – milhões de toneladas, somando-se aí quase 5 milhões de toneladas de milho, quase 5 milhões de toneladas de trigo, além de feijão e arroz. Vamos importar um produto que exportávamos, o algodão; a nossa importação vai chegar a 60% da nossa necessidade de consumo.

Então, há um equívoco enorme do Governo, que está com uma visão urbana da agricultura e que não consegue ver aquilo que viram outros países, que se desenvolveram baseando a sua economia, ou, pelo menos, o início do seu desenvolvimento, na conquista de mercados externos para os produtos primários e, depois, para os produtos manufaturados. Assim fizeram todos os países desenvolvidos do mundo. Aqui, não. Produzimos quantidade equivalente ao tamanho do estômago do brasileiro: se só há 70 milhões de brasileiros comendo, vamos produzir para 70 milhões de pessoas.

Ora, não estamos pregando o aumento da produção de culturas que se apresentam com excessões no momento e que não têm espaço no mercado internacional. O que estou propondo é que o Governo brasileiro tenha a coragem de ingressar de forma competitiva no mercado internacional, vislumbrando, com antecedência de pelo menos um ano – não vamos exigir que seja muito não –, aquilo que os outros países vislumbram. A China, por exemplo, que é importadora hoje, já chegou à conclusão de que, no ano 2000, se não tiver uma produção interna de pelo menos mais 50 milhões de toneladas, vai ter que importar mais 50 milhões de toneladas de grãos.

Ora, por mais competentes que sejam os chineses, há necessidade da utilização de áreas para a produção de fibras, e não só de alimentos. E quando eles tiram áreas da produção de fibras para a produção de alimentos, está na cara, Senador Jefferson Péres, que se abre um grande mercado para a cultura de algodão. E poderíamos estar estimulando essa cultura, que gera 600 mil empregos no País. E isso volta a se relacionar com o tema do meu pronunciamento, que é o combate à fome e a geração de empregos.

Portanto, se tivermos uma visão apenas circunstancial da nossa agricultura, vamos chegar a esta conclusão: produzir mais baixa o preço. Ora, mas por que não agimos com inteligência, por que

não promovemos a cultura do algodão e estabeleçemos aquilo que os Estados Unidos têm feito, por exemplo, com o suco de laranja? Vamos colher uma supersafra, o Brasil vai colher 360 mil toneladas de suco, e os Estados Unidos, 220 mil toneladas. E o que os Estados Unidos estão fazendo? Estão taxando o suco de laranja em US\$500,00 a tonelada.

Ora, se temos a perspectiva de ter mercado para o algodão – tema inclusive de discurso aqui do próprio Senador Lúcio Alcântara –, por que vamos permitir a importação de 60% da nossa necessidade de consumo? Nós poderíamos voltar a exportar, como fizemos historicamente. E temos aqui testemunhas ilustres disso, como o Senador Iris Rezende, pois à sua época como Ministro exportávamos; hoje, importamos. Perdemos essa oportunidade, que, proximamente, não teremos.

Combater a fome e a miséria, neste momento, seria voltar a produzir algodão para exportar, o que geraria 600 mil empregos no campo. Aí, sim, os trabalhadores voltariam a comer. Os trabalhadores das indústrias de fiação, de descaroçamento de algodão, de beneficiamento e das tecelagens também voltariam a ter trabalho, voltariam a ser consumidores e a comer.

A indústria da soja, hoje ociosa em quase 55% da sua capacidade instalada, poderia também voltar a dar emprego aos trabalhadores se pudéssemos promover um amplo plantio de soja no momento em que os países lá fora são compradores, expandindo a área no Centro-Oeste, criando inclusive mecanismos de apoio, não apenas de crédito, mas do calcário, fundamental para a produção nessa região – porque sem ele não se produz –, com uma linha de crédito que calce os produtores. Estes poderiam estar utilizando o calcário e produzindo, abrindo novas fronteiras, aproveitando o momento em que estamos vivendo no mercado internacional.

Dizem que há comida no mundo somente para mais 50 dias, pois os estoques estão baixos. O Brasil diz: "Não, não vamos produzir, mas vamos importar!"

Não há espaço para a produção do trigo em nosso País? Hoje, os jornais publicam que o Brasil produziu 2 milhões e 800 mil toneladas desse produto para um consumo que chega a 8 milhões de toneladas, ou seja, um terço da produção necessária para o consumo.

Temos um problema sério em relação aos suinocultores. Eles estão comprando trigo para dar aos porcos, porque o trigo, em nosso País, não vale nada, o que vale é o importado. Os moinhos se organizaram, sem nenhuma ação efetiva do Governo,

a fim de destruir esse cartel, que está esmagando o produtor de trigo nesse momento. O produtor está vendendo o seu produto a 60, 70% do custo de produção e implorando para que comprem esse trigo.

Nos jornais de hoje, há a notícia de que não temos mercado para um milhão de toneladas de trigo. Isso é uma falta de vergonha na cara e simplesmente não se trata apenas de um equívoco, mas de incompetência das mais sérias, porque o gerenciamento da política de produção em nosso País não está casado com o gerenciamento da política de abastecimento. Esse desacordo está matando culturas fundamentais ao emprego – como no caso do trigo e do algodão – e, sobretudo, levando-nos ao vexame de importar quase 14 milhões de toneladas. Quem importa 14 milhões de toneladas não tem moral nem autoridade para dizer que não podemos aumentar a nossa produção, porque, caso contrário, criaremos problemas em nossa economia.

O Sr. Bernardo Cabral – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. OSMAR DIAS – Ouço, com muito prazer, o nobre Senador Bernardo Cabral. Em seguida, concederei um aparte ao Senador Lúcio Alcântara, que também o solicitou.

O Sr. Bernardo Cabral – Tranquílizo o eminente Senador Lúcio Alcântara, porque vou bancar uma espécie de batedor, anunciando a vinda da autoridade mais importante depois do meu aparte. Senador Osmar Dias, quando V. Ex^a fez o requerimento para esta sessão especial do Dia Mundial da Alimentação, tive a convicção de que nenhum outro poderia fazê-lo com tanta propriedade. Quando se joga uma semente em um terreno estéril, não há como ela produzir. Quando V. Ex^a aborda o tema agricultura, está sempre lançando sementes que germinam no conhecimento que V. Ex^a traz à Casa. É sempre um prazer ouvi-lo! O assunto não é fácil, o assunto é daqueles que se poderia chamar de insulso. Mas V. Ex^a o transforma, a fim de que os seus Colegas do Senado tenham a possibilidade de ouvi-lo. Ainda quando condena, quando mostra o despreparo da agricultura neste País – e V. Ex^a é um homem entendido do assunto, o seu passado recomenda uma espécie de seta para o futuro –, quero congratular-me com V. Ex^a. Não lhe assisti desde o início, o que, de logo, considero uma perda, mas vim às pressas para, a partir do meio até o fim, ouvi-lo com o encantamento de sempre. Meus aplausos!

O SR. OSMAR DIAS – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral.

É evidente que as palavras de V. Ex^a não apenas me estimulam, mas, sobretudo, me dignificam, porque sabe V. Ex^a o respeito que lhe dedico.

O SR. OSMAR DIAS – Ouço V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara – Senador Osmar Dias, não vou repetir os justos e merecidos elogios que V. Ex^a recebeu hoje, como em outros dias, por ser um profundo conhecedor dessa matéria. Embora o tempo já esteja praticamente esgotado, eu gostaria que V. Ex^a respondesse às seguintes questões: devemos tentar produzir tudo? A idéia de especialização da produção, se houver vantagens comparativas, sejam de clima ou de solo, devem, por exemplo, fazer com que o Brasil deixe de produzir determinadas culturas? No caso do trigo, por exemplo, temos realmente condições de produtividade, preço e qualidade, que façam com que o Governo estimule essa cultura? Ou devemos aceitar que há quem produza melhor, mais barato, em grande quantidade e, portanto, não devemos investir nesse produto? Não sei se V. Ex^a percebeu bem qual é a minha preocupação, que é saber se devemos realmente ser abrangentes ou se devemos restringir-nos a certas culturas, a certos produtos, para os quais temos tradição, solo, clima, tecnologia e, com isso – se o Governo quiser –, poderíamos ter estímulo, recursos para que a produção se realizasse em grande escala.

O SR. OSMAR DIAS – Nobre Senador Lúcio Alcântara, agradeço a questão levantada por V. Ex^a.

O tema deve ser interpretado sob dois pontos de vista, mas o mais importante é o estratégico para o País. Se analisássemos assim, não estariamos, por exemplo, produzindo álcool. O Governo o está subsidiando em cerca de US\$3 bilhões ao ano, mas sabe que essa é uma decisão acertada em função da questão estratégica para o País.

A cultura do trigo deve ser igualmente tratada como questão estratégica. Poderíamos até pensar que importar é mais barato, mas os países mais desenvolvidos, que investem US\$350 bilhões de subsídios, todos os anos, para apoiar os seus agricultores, retirando cerca de 7% de tributo de cada trabalhador industrial, sabe que, no momento em que começaram a subsidiar a agricultura, a produtividade cresceu 30%, os preços internacionais caíram 0,5% ao ano, e a comida chegou cerca de 50% mais barata na mesa do consumidor. Custava 50% do orçamento doméstico e passou a custar apenas 25%.

É uma decisão que tem que ser tomada sob o ponto de vista estratégico, e não pura e simplesmen-

te sob uma análise imediatista, que tem norteado as decisões do Governo brasileiro.

Eu iria continuar, Sr. Presidente, mas V. Ex^a já me avisou que o tempo se esgotou. Eu gostaria apenas de citar, para encerrar o meu pronunciamento, o que eu iria propor como solução para a questão da miséria e da fome.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa pede desculpas, mas V. Ex^a já se encontra na tribuna há 40 minutos.

O SR. OSMAR DIAS – Penso que, em primeiro lugar, o Governo brasileiro deve levar uma proposta para a Conferência de Roma. O protecionismo nos países da União Européia, nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão tem sido a maior causa e o grande mal dos países em desenvolvimento. Não podendo competir e exportar, os países não têm divisas sequer para cumprir com os serviços da dívida, promover o desenvolvimento interno e, sobretudo, criar programas de segurança alimentar. Eles fizeram, inclusive, às custas da destruição do meio ambiente, e agora cobram que preservemos o nosso meio ambiente.

Nesse documento que o Governo brasileiro deve levar à Conferência de Roma, deveria constar também a exigência de financiamentos a custos baixos para compensar o nosso esforço na preservação do maior patrimônio da biodiversidade do mundo, que é a nossa Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que o Governo brasileiro poderia levar essa proposta, mas, sobretudo, deveria preocupar-se em promover o desenvolvimento da nossa infra-estrutura.

Amanhã, se houver tempo, abordarei a questão do transporte que utilizamos – 70% rodoviário –, a precariedade das estradas, sem reformas, nem a construção de novas rodovias, e o sistema precário de armazenagem, que nos leva a perder 30% da safra, tornando-se difícil matar a fome de brasileiros com a comida mais barata.

Tratam-se de problemas estruturais que precisam ser enfrentados já, porque, não se esqueçam, daqui a 50 anos, teremos apenas a metade da área disponível *per capita* que temos hoje.

Precisamos trabalhar para compensar as perdas do passado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva. V. Ex^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os direcionários traduzem e eu repito aqui: "Fome é uma sensação desagradável provocada pela falta de alimentos no organismo". Os estudiosos acrescentam: "A falta prolongada de nutrientes gera o enfraquecimento – inanição – e, nos casos mais graves, a morte".

Quando o organismo sobrevive, a falta de certos minerais e vitaminas causa as chamadas doenças carenciais: a falta de ferro, por exemplo, causa a anemia; de vitamina A, a cegueira, e de vitamina D, o raquitismo. São as chamadas doenças da fome.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece que não padecer de fome é um dos "direitos iguais de todos os membros da família humana". O direito a uma nutrição adequada é tão fundamental quanto o direito à própria vida, sendo, na realidade, o mais básico de todos eles, já que a debilidade causada pela fome impede o exercício do direito à vida, à liberdade e à segurança do ser humano.

Todos sabemos que a fome sempre afligiu a humanidade ao longo dos séculos e que a pobreza é uma de suas principais causas. Segundo a publicação especial da FAO, divulgada neste ano, as pessoas que correm os maiores riscos de padecer de fome ou de desnutrição são os camponeses e a população urbana pobre (principalmente os idosos, crianças e mulheres dessas famílias), e os refugiados de guerra ou de catástrofes naturais.

Dramaticamente, no Brasil, a desnutrição e a fome se apresentam como uma epidemia. Se por um lado, e felizmente, não sofremos com as catástrofes ou com as guerras, vivemos frente a frente com a pobreza de dimensões epidêmicas e suas consequências nefastas.

Apesar de terem decrescido timidamente, os números são assustadores! A cada 30 minutos morrem cerca de 15 crianças, tendo como causa básica, ou associada, a desnutrição.

Estudos da Unicef revelam que aproximadamente 340 mil crianças morrem por ano no Brasil, vítimas da desnutrição. Em São Paulo, pesquisas do Governo Estadual na rede básica de saúde indicam que cerca de 40% das crianças até dois anos de idade são anêmicas. Imaginemos, então, nas regiões mais pobres do País! Imaginemos a vida daqueles seres humanos que habitam a caatinga, a Amazônia, os fundões do Brasil!

Por um momento, desconsiderando o número de óbitos, talvez a mais grave repercussão da fome no Brasil seja o rebaixamento existencial do sobrevivente. Se o desnutrido resistir à morte, terá, inevita-

velmente, as suas capacidades físicas e mentais comprometidas.

Um jornal francês publicou, recentemente, matéria ilustrada sobre a geração de brasileiros que sofrem a chamada "parada de crescimento", que acomete cerca de um terço da população, devido à desnutrição. Diz o jornalista:

"Sabe-se que a agricultura do Brasil poderia muito bem alimentar todo o seu povo. Entretanto, é utilizada para cobrir dívidas tão vorazes quanto um glutão".

As crianças que sobrevivem à fome sofrem de carências nutricionais, apresentam retardamento no seu crescimento e desenvolvimento, com nefastas consequências para a vida escolar e para o seu desempenho futuro na vida profissional e adulta. São milhões de brasileiros fragilizados, donos de uma saúde de precaríssima, limitados intelectualmente, desestimulados perante a vida. Num país imenso e rico como o nosso, como é possível que tal pesadelo se perpetue?

Tomemos consciência, de uma vez por todas, de que existem, no Brasil, milhares de pessoas cegas por carência de vitamina. Que a tão conhecida deformação dos ventres infantis inchados não indica a verminose, mas a má formação dos músculos abdominais, por falta de alimentação adequada. Que a perda dos dentes é menos por cárries e mais por deficiências de proteínas e calorias. Que a baixa estatura de parte da população adulta nordestina, comparável a crianças bem nutritas de 12 anos e considerada inferior à mínima prevista pela OMG, não está relacionada a características genéticas, mas sim ao cardápio ali disponível: farinha com carne de lagarto (especialidade) ou farinha com água (uma raridade).

Hoje é o aniversário de fundação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, ocorrida em 1945, e o Dia Mundial da Alimentação.

Este evento, de nível internacional, visa combater a fome e a carência alimentar em todos os continentes, além de sensibilizar a opinião pública com relação aos problemas básicos do flagelo da fome, a qual atinge milhões de pessoas em nosso Planeta, e está sendo lembrado, por iniciativa do Senador Osmar Dias, nesta sessão especial. Neste ano, o tema escolhido para esta data é "Combate à Fome e à Desnutrição".

Teoricamente, o mundo de hoje produz alimentos suficientes para todos os seres humanos. Esses alimentos, porém, não estão ao alcance de milhões

de pessoas, sendo estimado que nos países em desenvolvimento 800 milhões de seres humanos padecem de desnutrição crônica.

A fome é surda, camouflada, não provoca o impacto arrasador dos conflitos bélicos, mas é tão perniciosa, tão trágica, tão destruidora quanto uma guerra. Na verdade, a fome é a mais devastadora guerra de nosso tempo e essa guerra, infelizmente, faz parte do cotidiano de uma significativa parcela da população brasileira.

É certo que obtivemos algumas melhorias, ainda que tímidas, reveladas pelas recentes estatísticas da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, realizada neste ano, no Brasil.

O relatório "Situação Mundial da Infância – 1996", publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, em dezembro do ano passado, revelava índices piores, afirmando que a taxa de mortalidade infantil no Brasil era semelhante à dos países mais pobres da América Latina e da África.

A melhora dos nossos índices de desnutrição e de mortalidade infantil é alentadora. Ela resulta da grande luta empreendida pela sociedade civil organizada e por algumas autoridades, unidas na Campanha de Combate à Fome e à Miséria e Pela Vida, sob a liderança de Betinho e de Dom Mauro Morelli, aos quais gostaria de render minhas homenagens neste momento, assim como a Josué de Castro, pernambucano que desnudou a questão da fome no Brasil, pela publicação do seu tão conhecido livro "Geografia da Fome".

Todos sabemos, porém, que ainda há muita coisa a ser feita se quisermos que o Brasil se transforme no país com o qual sonhamos.

O problema da fome é demasiado grave e complexo, e é urgente a implantação de políticas e estratégias eficazes para atacar as causas profundas da fome e da desnutrição no Brasil.

A solução definitiva para o problema só virá com o fim das iniquas desigualdades sociais e regionais que aqui existem, com a reforma agrária, a redistribuição da renda (uma das mais concentradas do mundo), e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O Dia Mundial da Alimentação é, sem dúvida, uma data que nos motiva a fazer uma profunda reflexão sobre a tragédia da fome no mundo. Existe hoje, em todos os continentes, uma Rede "Dia Mundial da Alimentação" e é a segunda vez que o Brasil participará dessa significativa comemoração, pois passou a integrar a Rede em 1995, sendo registrada a adesão de 102 instituições brasileiras, entre orga-

nizações não-governamentais, universidades, escolas, igrejas, associações de classe, comitês de cidadania e outras.

O Sr. Lúcio Alcântara – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Lúcio Alcântara – Senadora Benedita da Silva, peço o aparte apenas para lembrar, e de certa maneira também para reforçar os argumentos de V. Ex^a, que no momento em que estamos aqui comemorando, por iniciativa do Senador Osmar Dias e outros colegas, o Dia Mundial da Alimentação, temos que recordar alguns fatos interessantes na evolução da história da humanidade, aquelas previsões sombrias que Malthus fez, quando admitiu que para a população mundial, crescendo como estava, dentro de algum tempo faltariam alimentos. A tecnologia, a chamada revolução verde, a descoberta de sementes, o melhoramento genético das sementes, das espécies, tudo isso fez com que Malthus fosse desmentido. V. Ex^a mesmo acabou de dizer que há muito alimento, o que acontece é que eles não chegam para todos. Tivemos essa virtude, essa capacidade de promover nossa revolução verde, desenvolver essa tecnologia para produzir cada vez mais alimentos de melhor qualidade e com alta produtividade, mas, ainda assim, uma grande parte da população mundial morre de fome, cronicamente de fome; como V. Ex^a disse, é uma morte silenciosa, uma morte anônima. Quando vemos, por exemplo, nas fotografias, na televisão, aquelas populações inteiras de parte da África morrendo de fome, aquilo é um intenso chamado à realidade que deve sacudir o coração das pessoas, dos estadistas, enfim, de todos que tenham responsabilidades públicas. Conseguimos produzir muito mais alimentos, mas não conseguimos alimentar a todos. E isso ocorre não só pela ausência de políticas públicas, econômicas e sociais, pela falta de estímulo à produção – mercados que se fecham levam países que produzem cada vez mais a receber cada vez menos, porque os outros países ricos adotam políticas protecionistas para sua agricultura, como disse o Senador Osmar Dias –, mas também pelo desperdício que está muito ligado àquela política de segurança alimentar. V. Ex^a lembrou o Betinho e Dom Mauro Morelli, com toda a razão, para homenageá-los. Há, na imprensa, registros freqüentes de alimentos que apodrecem nos armazéns, nos estoques do Governo, tornando-se impróprios para o consumo humano, sem citar os desperdícios existentes nas centrais de abasteci-

mentos, nas feiras livres e até nas casas dos que consomem bastante alimentos. Há, então, que se analisar por outro ângulo o problema da alimentação e da nutrição, que permanece ainda como um desafio para nós, mas que continua sendo uma questão de sobrevivência, até porque, quando sobrevivem, vão ser, como denunciava há dias um jornal paulista, aqueles homens gabirus, que não cresceram e que também tiveram afetada a sua própria capacidade intelectual, porque faltou a proteína no momento certo. V. Ex^a, com o seu discurso, que tem conteúdo e que se reveste também, como sempre, de uma grande dose de humanismo, faz um apelo candente, para que o mundo, os governos, as sociedades revejam essas posturas. Há, também, gente morrendo porque se alimenta mal e se alimenta muito: é a hipertensão arterial, são as doenças cardiovasculares e outras que são próprias dos países onde as pessoas consomem muito e consomem mal. São pólos opostos de um mesmo problema, sendo que o da desnutrição e da fome é muito maior e exige provisões efetivas, rápidas e de grande alcance. Congratulo-me com V. Ex^a, trazendo esses subsídios, além de também fazer a minha homenagem a Josué de Castro, que foi um médico e um político, pernambucano, que chamou muito a atenção para o problema da nutrição no Brasil, depois esteve na FAO, enfim, é um homem que tem a sua vida, a sua história ligada à discussão e à busca de soluções para o problema da alimentação no Brasil.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte e a intervenção pertinente de V. Ex^a, incorporando-a ao meu pronunciamento.

Na verdade – muito bem colocado pelo Senador Lúcio Alcântara –, o desperdício existe neste País e por isso temos muita gente morrendo de fome.

Mas quero resgatar que a Campanha de Combate à Fome e à Miséria e Pela Vida, a Campanha da Cidadania, mobilizou a sociedade brasileira de tal forma que tivemos todos os Poderes envolvidos, – quero fazer alguns destaques – assim como tivemos também, e ainda não concretizamos, iniciativas, no Congresso Nacional, que poderiam ajudar, como, por exemplo – não por ser do meu Partido –, o Projeto de Renda Mínima, do Senador Eduardo Suplicy, que há muito já merece uma atenção muito especial, uma vez que um dos elementos que estão contribuindo para a fome no nosso País é a má distribuição de renda.

Ouvimos o Senador Osmar Dias colocar que é preciso ter essa distribuição de renda, que não con-

corda apenas no que diz respeito aos investimentos agrícolas, porque, fazendo reforma agrária, estaríamos também democratizando a terra e, por conseguinte, democratizando a sua produção, produzindo também para os brasileiros. O Senador Osmar Dias também coloca que este País tem todas as condições de produzir, pode fazê-lo e está fazendo.

Tenho certeza que este meu pronunciamento não se esgota nesta tribuna. Tenho em mãos o perfil da economia brasileira sobre o qual gostaria de tecer alguns comentários com relação à produção de grãos no País. O que observamos é que este País produz, e muito, não precisa importar nada e ainda deixa morrer de fome um segmento expressivo da população.

O Sr. Osmar Dias – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Osmar Dias – Senadora Benedita da Silva, também concordamos na questão da reforma agrária. Não tive tempo de concluir as minhas propostas, mas uma delas está, efetivamente, na realização da reforma agrária, para a qual inclusive eu la apresentar alguns instrumentos, que neste aparte é impossível fazê-lo em função do tempo, para agilizá-la e torná-la efetiva. Em 30 anos, Senadora, este País assentou menos de 300 mil famílias; portanto, não houve uma reforma agrária efetiva – está muito aquém das metas estabelecidas – e desassentou, somente num Estado produtor, este mesmo número de famílias, isto é, no Paraná, nesse mesmo período, saíram do campo 300 mil famílias, o mesmo número que foi assentado no País. Concordo também na questão da reforma agrária como solução – e eu dizia do extrato fundiário que concentra a terra como um dos fatores causadores da fome e da miséria no País –, mas uma reforma agrária desenvolvimentista, não apenas sob o ângulo social. É preciso dar a pequena propriedade, mas permitir que ela se viabilize na mão daquele camponês. E mais, Senadora – apenas uma observação para contribuir com V. Ex^a –, hoje temos insuficiência de alimentos no mundo, mas a tendência é de que isso não ocorrerá dentro de aproximadamente duas ou três décadas. Afé que entra o Brasil, com o grande potencial de área e de produtividade que pode crescer.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Sempre reconheci essa característica eminentemente agrícola do nosso País. Porém, sem os incentivos necessários, jamais produziremos como no sonho de José do Egito. E quando vier a

fome no mundo, que possamos abastecer as nossas despesas.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senadora Benedita da Silva, V. Ex^a coloca muito bem a preocupação com a alimentação e de como seria perfeitamente possível erradicarmos a fome no Brasil caso houvesse a vontade da Nação e dos Governos. Bem assinala que, para isso, faz-se necessária a realização da reforma agrária com passos muito mais rápidos do que os que têm sido empreendidos pelo atual Governo. Também coloca a necessidade de logo se adotar o Programa de Garantia de Renda Mínima. Hoje, Senadora Benedita da Silva, completaram-se sete semanas sem que a Bancada do Governo venga a dar **quorum** na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, período iniciado no dia da apresentação do item 1 da pauta da referida Comissão, assim definido pelo seu Presidente, Deputado Delfim Netto: o projeto que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, que contém o parecer favorável do Deputado Germano Rigotto. Gostaria de informar que os Deputados Augusto Vieveiros, Roberto Brant e José Fortunati pediram vistas e estão ultimando estudos para chegar à viabilização desse projeto. No entanto, é tempo de se acelerar isso, o que depende da finalização dos estudos que o próprio Governo ainda não concluiu. Avalio que um Governo capaz de ser tão célebre quando o objetivo é salvar bancos, de criar medidas tais como as hoje anunciadas – créditos a taxa de juros menores para empresários realizarem investimentos –, poderia estar acelerando o término dos seus estudos para fazer a votação do projeto que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima. Senadora Benedita da Silva, na segunda-feira passada, assisti a uma palestra do Professor e Geógrafo Milton Santos, na Universidade de São Paulo, e achei muito bonita sua exposição, especialmente quando ressaltou que o conceito de nação envolve, sobretudo, o conceito de solidariedade; afirmou que as ações do Governo deixam de levar em conta aquilo que em uma nação deveria ser o fundamental: exatamente a solidariedade; se esta fosse uma preocupação maior do Executivo e do Congresso Nacional, seria suficiente para a erradicação da fome no Brasil.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Infelizmente, não poderei comentá-lo, pois o meu tempo já se encontra esgotado.

Peço ao Sr. Presidente que o meu pronunciamento seja transscrito na íntegra, visto que o tempo não me permite concluir-lo. Tenho aqui alguns exemplos que gostaria que ficasse registrados como os da Campanha de Combate à Fome e à Miséria e pela Vida, onde ocorreram vários gestos altamente significativos, por parte do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Light, de prefeituras, de artistas, de presidiários, enfim, de brasileiros que contribuíram para o combate à fome e à miséria.

compor páginas 228.a 228/4

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. BENEDITA DA SILVA EM SEU DISCURSO:

Eu não poderia concluir meu pronunciamento nessa data sem fazer uma especial referência a um evento da maior importância: no próximo mês de novembro, entre os dias 13 e 17. Será realizado, na sede da FAO, em Roma, a Cúpula Mundial sobre a Alimentação, ocasião em que os mais altos dirigentes de países do mundo se reunirão para renovar o compromisso mundial de alcançar a segurança alimentar universal e estabelecer planos concretos de ação com o objetivo maior de que haja, em todos os continentes, segundo o lema da Conferência da FAO, "Alimentos para todos".

Nessa Cúpula Mundial, os chefes de Estado e de Governo deverão debater e aprovar uma Declaração de Política Geral e um Plano de Ação cujo objetivo é atingir a segurança alimentar universal e duradoura para todos, assumindo o compromisso político de liberar o mundo da fome e da desnutrição.

Esperamos que a Cúpula Mundial da Fome seja uma oportunidade histórica para que os governos, as organizações internacionais e todos os setores da sociedade civil organizada, no mundo inteiro, juntem forças para uma ampla campanha em favor da segurança alimentar universal, segurança essa que só estará garantida quando "todas as pessoas tiverem os alimentos de que necessitam para levar uma vida ativa e sadia".

Esperamos, também, que a Cúpula Mundial da Fome conduza à adoção de políticas e estratégias apropriadas, tanto em nível nacional quanto internacional, assim como a um plano de ação que seja executado por todas as partes envolvidas: governos, instituições internacionais e todos os setores da sociedade.

Esperamos, finalmente, que, em nosso País, numa ação concertada entre os nossos governantes, os membros do Congresso Nacional e a sociedade civil organizada, que vem dando provas de sua

capacidade de engajamento e solidariedade, possamos todos juntos encontrar soluções concretas para acabar com a miséria e com a fome que, vergonhosamente, ainda penalizam uma parcela tão significativa da população brasileira.

Só assim estaremos respeitando o mais básico e fundamental dos direitos humanos, o direito à alimentação, e cumpriremos, em nosso País, a meta da FAO: "alimentos para todos".

Era o que tinha a dizer, muito obrigada!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. BENEDITA DA SILVA EM SEU DISCURSO:

Exemplos

*o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, Fumas, Embratel, Petrobras e outras empresas estatais criaram o Comitê das Empresas Públicas e se tornaram parceiros constantes da campanha;

*na Iniciativa privada, um exemplo é o Instituto C&A de Desenvolvimento Social, que no ano passado destinou cerca de US\$2 milhões a projetos de assistência a comunidades carentes;

*a Light arrecadou em doações feitas pelas contas de luz cerca de US\$600 mil para o Fundo Interreligioso. A quantia foi destinada a comitês da campanha e ao trabalho com crianças;

*prefeituras, como as de Santos e Campinas por exemplo, desenvolveram projetos específicos de combate à fome e de geração de renda junto a comitês da campanha;

*artistas de todas as áreas promoveram as mais interessantes manifestações culturais. Em setembro de 1993, 500 artistas subiram no palco do Teatro Municipal na Semana da Arte Contra Fome. Nas músicas, nomes como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil cantaram contra a fome e contra miséria em Shows que se espalharam por todo País;

*detentas do presídio Talavera Bruce. Foi Idéia destas mulheres pressas mobilizar cerca de 4.500 internos em nove presídios diferentes no Rio de Janeiro e doarem para os comitês da campanha as refeições a que têm direito. Foram 2,5 toneladas de alimentos que garantiram a alimentação de 200 famílias por duas semanas de novembro do ano passado;

*brasileiros no exterior não deixaram passar esta chance de se encontrarem com o Brasil e comitês da campanha foram criados na França, Suíça, Itália, EUA, Japão, Finlândia, Austrália e Chile;

Em duas pesquisas realizadas pelo Ibope (dezembro/93 e julho/94) ficou demonstrado que a opinião da população sobre a Ação da Cidadania praticamente não se modificou. Cerca de 90% consideram a campanha necessária e 30% contribuíram de alguma forma, sendo que 11% participam ativamente de comitês. Ainda de acordo com a pesquisa, 3% da população acha que o problema do desemprego deve ser resolvido pelo governo, mas com a ajuda da sociedade. A região onde a participação na campanha

é mais ativa é a Sudeste, com 34%, seguida pelas regiões Sul, com 29%, o Centro Oeste e Norte, com 24% cada uma.

Devido ao seu caráter descentralizado, se torna impossível rastrear dados gerais sobre a quantidade de alimentos arrecadados desde o início da campanha, mas através do "Natal sem Fome", realizado em dezembro de 94 em diversos estados, é possível ter uma amostra da força mobilizadora da campanha. Estima-se que em todo País cerca de 1.000.

Durante o discurso da Sra. Benedicta da Silva, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – V. Ex^a será atendida, na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Senador Osmar Dias é alguém preocupado com a matéria que passo a pronunciar. Porque tenho repetido que S. Ex^a foi extraordinário Secretário de Agricultura no Governo do seu Estado, o Paraná, tendo marcado presença no cargo. Se dependesse de mim, no Governo Itamar Franco, S. Ex^a teria sido Ministro da Agricultura. Essa talvez tenha sido a maior falha do Governo do Sr. Itamar Franco, que trocou vários Ministros da Agricultura, o que não deu bom resultado. Teríamos vencido uma etapa importantíssima se o Senador Osmar Dias, naquela oportunidade, tivesse sido o Ministro da Agricultura.

Por isso, é compreensível que S. Ex^a aqui esteja a pedir que hoje debatamos o Dia Mundial da Alimentação. Perdoe-me, Senador Osmar Dias, mas entendo que o Dia Mundial da Alimentação é semelhante ao que acontece em todas as cidades, e não só em Porto Alegre, em que há o Dia do Almoço de Natal das crianças pobres. Em um dia determinado, às vésperas de Natal, todas as entidades caritativas fazem um grande almoço, distribuem presentes e todo mundo come bem; alguns até passam muito mal, porque não estão acostumados a comer tanto e comem muito, o que acaba por fazer mal ao seu organismo, que não está preparado para aquilo.

Mas é claro que entendo. Vamos, pelo menos, falar hoje sobre alimentação.

O Dia da Alimentação, para alguns brasileiros, é todo dia. Hoje vamos discuti-lo nesta Casa. Já tomei café, almocei, vou jantar daqui a pouco. E venho aqui discutir o problema da alimentação. Hoje é o Dia Mundial da Alimentação – eu, Pedro Simon, estou aqui para falar sobre alimentação. E aqueles que

não têm o que comer? E aqueles que não têm como sobreviver? E aqueles que vão aos restos dos lixos para buscarem o necessário para sobreviver? E aqueles que se alimentam de ratos? E aqueles que praticamente estão à margem da realidade?

Josué de Castro, num livro com que o Sr. Fernando Henrique, Presidente da República, festejou o seu aniversário, *A Geografia da Fome*, antecipava o que estava por vir, ao dizer que já se noticiava, naquela época, que em lugares do Nordeste existiam crianças que estavam nascendo menores e cresciam menores.

Recentemente, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul fez um estudo nas favelas de Porto Alegre e chegou à conclusão de que lá também já existe um grupo impressionante de jovens que aprenderam a conviver com a fome, os quais possuem, nos seus organismos, órgãos internos e externos menores, adaptados à convivência com a falta de alimento.

O contrário ocorreu no Japão. Nesse país, antes, durante e logo após a Guerra, eram todos anões-zinhos; de repente, vemos todos com dois metros de altura.

Para nós, aconteceu o inverso. Nós, do Rio Grande do Sul, somos descendentes de italianos e de alemães. Nem todo mundo é baixinho por fome. Sou baixinho, assim como o nobre representante do Amazonas, por natureza. Estou falando daquele que, realmente, tem essa realidade.

A Folha de S.Paulo traz a seguinte reportagem: "Brasil mostra o seu caos social à ONU", onde noticia que aumentou a distância entre ricos e pobres. O número de pobres chega a 41,9 milhões. O Brasil é o primeiro país do mundo que possui a maior distância entre os mais ricos e os mais pobres. Não há nenhum outro país, por mais atrasado que seja, como os da África, por exemplo, onde a distância entre os mais ricos e os mais pobres seja igual ao nosso País. É o primeiro no mundo, e esse quadro tem aumentado.

As manchetes dos jornais desta semana são as seguintes: "Fome mata um milhão de crianças anualmente na América Latina". E o Brasil é o campeão dos países da América Latina de morte de crianças por fome. Não estou falando nas milhões de crianças que morrem em consequência dos abortos, que são escandalosamente em grande número em nosso País; estou falando das que nascem, sobrevivem e depois morrem de fome: um milhão, na América Latina. E desse um milhão, o Brasil está em 1º lugar.

Outra manchete: "O Brasil é o 63º no ranking social da ONU". Se eu lesse os países que estão na

nossa frente, meu Deus!... Malásia, Ilhas Fiji, Ilhas Maurício, Cazaquistão, Emirados Árabes Unidos, e lá se vão 62 países que estão na nossa frente no ranking mundial. Na economia, estamos em 9º lugar; no Produto Interno Bruto, na área econômica, nós estamos na primeira linha, somos um dos primeiros; fora o Grupo dos Oito, está lá o Brasil. Mas, na parte social, nós estamos lá atrás, na penúltima linha.

O Sr. Francelino Pereira – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Com muito prazer.

O Sr. Francelino Pereira – Senador Pedro Simon, estou ouvindo V. Ex^a com muita atenção, como ouvi também a Senadora Benedita da Silva. O Brasil é, sem dúvida, o País da esperança, mas é também o País dos conflitos. Sabe V. Ex^a muito bem que o Brasil é hoje a 8^a ou 9^a economia do mundo e a 48^a Nação em indicadores sociais negativos. Situação pior do que a nossa, atualmente, talvez a de Honduras ou de algum outro país da África. A distribuição de renda em nosso País é perversa e geradora de todos os conflitos existentes na sociedade brasileira, da violência e da inconformidade que existe entre todos os segmentos da sociedade. A minha preocupação, meu caro Senador gaúcho, é que todo esse debate que hoje se desenvolve no Brasil, simultaneamente com essa onda de informações favoráveis à globalização que corre em todo o País, onde existem realmente fatos exatos, contribua para jogar uma sombra sobre a miséria absoluta que existe na sociedade brasileira. Fala-se tanto em globalização, fala-se tanto em economia, prova-se que a economia está se modificando no Brasil, e vamos aos poucos esquecendo e deixando em segundo plano o debate sobre aqueles que vivem na miséria absoluta no Brasil. Na ocasião em que assumimos os nossos mandatos neste Senado, o Brasil tinha 30 milhões de pessoas vivendo em pobreza absoluta. De lá para cá, de pesquisa em pesquisa, de levantamento em levantamento, realizados inclusive pelo IBGE, vem-se demonstrando que a distribuição de renda melhorou e que alguns milhões, talvez 16 milhões de brasileiros, já não vivem na miséria absoluta, como se estivessem vivendo no começo da felicidade. É preciso olhar bem esta Nação; é preciso conhecer este Brasil por dentro; conhecer todas as suas cidades, sabendo, inclusive, que em Porto Alegre existem favelas – no Brasil se imagina que não existem favelas no Rio Grande do Sul. É preciso saber que na periferia de Belo Horizonte, nas várias cidades do meu Estado, no Rio de Janeiro, em São

Paulo existe um estado de pobreza que inquieta a Nação inteira. Quero, aqui, nesta hora, louvar a comemoração do Dia da Alimentação, chamando a atenção não para o lado que parece estar se levantando no sentido da globalização e, consequentemente, da melhoria do padrão de vida da sociedade brasileira, mas para revelar que a pobreza no Brasil ainda é uma realidade e, para erradicá-la, serão necessários ainda dois, três ou quatro governos, até porque a distribuição de renda é absolutamente perversa neste País. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a, com o qual me identifico. A sua análise é absolutamente correta. O lamentável é que a nossa atitude, a minha, da nossa sociedade, é contemplativa. Ontem, referi-me a uma frase dita pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e hoje volto a fazê-lo: "O Estado não foi feito para atender os pobres". Sua Excelência lamenta que, olhando para os lados, mesmo que ele e alguns queiram, o conjunto do Estado brasileiro, o formato do Estado brasileiro não é feito para atendê-los. Que ele gostaria de trazer para dentro da sociedade uma parcela maior dos excluídos, mas que ele não sabe nem como fazer isso e apela para que as pessoas se identifiquem com essa causa.

Penso que esse pronunciamento do Presidente Fernando Henrique talvez seja o mais importante de todo o seu Governo. E esse pronunciamento não é apenas dele, é nosso, porque sempre digo que o Senado da República não tem condições, não está sabendo – a começar por mim – resolver as questões sociais, as questões da pobreza. Não podemos cobrar do Presidente se nós também não fizermos.

Já estamos chegando na segunda metade da nossa Legislatura, já estou no sexto ano do meu mandato, e me interrogo o que votamos aqui que melhorou as condições desses que estão passando fome? Qual foi a nossa ação, qual foi o nosso trabalho? Cada um de nós, pessoalmente, o que fez?

Tem razão o Presidente da República: o Brasil é um país que tem uma estrutura que não foi feita para atender pobre. Não foi feita para atender pobre! Nos Estados Unidos, país rico mas que também tem pobre, existe o salário-desemprego, uma importância "x" paga ao cidadão desempregado para que não passe fome.

O Sr. Francelino Pereira – Foi a elite brasileira que fez o Estado brasileiro. Fez o Estado brasileiro para a elite. Confesso a V. Ex^a que as instituições públicas brasileiras estão de certa forma caminhando para a falência, ou então há um equívoco, porque

hoje as organizações não-governamentais, as associações diversas, estão tendo muito mais valor e são muito mais atendidas, muito mais ouvidas e muito mais acreditadas do que as próprias instituições, entre as quais nos incluímos.

O SR. PEDRO SIMON – V. Ex^a está sendo, como sempre, muito feliz. Tem razão V. Ex^a: as elites brasileiras, dramática e cruelmente, são de uma perversidade que dá dó.

Em primeiro lugar, já sabemos – isso é tão velho que apenas repito – que as dificuldades e os problemas para legislarmos neste País advêm do fato de existirem vários "Brasis". Não podemos legislar como nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França, uma lei para todo o país. Aqui temos vários países: há aquele para o qual temos que estender um prato de comida, ainda que se diga que esse tipo de caridade não resolve, porque seria melhor que aprendesse a trabalhar para se sustentar. Acontece que, se não lhe dermos o prato de comida hoje, ele não sobreviverá até lá. Existe ainda aquele que já está muito bem, obrigado.

Mas, infelizmente, neste País, neste Congresso, nos nossos gabinetes, nos gabinetes ministeriais, dos Governadores, a classe mais humilde não tem acesso. Daria até que, hoje, nas manifestações promovidas pelos meus amigos do PT, participam mais os trabalhadores do ABC, funcionários da Petrobrás ou da Eletrobrás, que são importantes, mas constituem uma espécie de elite diante da miséria da sociedade brasileira.

Dentro deste contexto, na verdade, quem defenderá os 40 milhões que estão à margem? Ninguém tomou conhecimento. Ninguém ficou sabendo que a situação era dramática, que se não se assinasse o documento àquela hora, à 1 hora da madrugada de sábado, iria acontecer um desastre no sistema financeiro. Mas o Presidente assinou: foram 6 bilhões e tantos de reais para o Banco Nacional, 30 e tantos bilhões para o sistema financeiro. Não houve pressão, não houve uma notícia de jomal, não houve um discurso nesta tribuna, mas o Governo considerou importante, era muito importante o sistema financeiro.

Enquanto isso, para os milhões de brasileiros que passam fome, que morrem porque não têm o que comer, vem o Ministério da Agricultura e diz aquilo que o Senador Osmar Dias e eu falamos ontem nesta tribuna: não podemos produzir mais que 80 milhões de toneladas, ainda que estejamos importando 15 milhões. Mas não devemos produzir mais do que 80, porque senão vai haver problema

na distribuição. Para que os 150 milhões comam seriam necessários 120 a 130 milhões de toneladas. Para que todos os brasileiros pudessem comer seriam necessários 120 milhões de toneladas.

Ou eu não entendo nada ou a primeira coisa que deveríamos dizer seria o seguinte: vamos produzir 120 milhões de toneladas, que é o necessário para todos os brasileiros comerem; depois vamos ver o que fazer. Parece-me que essa é a política para quem considera que o cidadão tem uma alma, tem um corpo e é uma criatura de Deus, que tem direitos inalienáveis, e o primeiro é comer. Mas vem o Governo e diz que não: temos que primeiro fazer com que ele tenha condições de comprar. E o coitadinho, cujo pai está na cadeia e a mãe é uma prostituta, está lá, não sei onde, e, como não tem condições de comprar, tem que morrer, porque o Brasil não vai produzir para ele enquanto ele não tiver condições de comprar. É isso que está na nota do Ministério, não é Senador Osmar Dias? O Governo tem que aumentar a produção gradativamente, na medida em que aumenta o poder de consumo.

Então, tem razão o Presidente Fernando Henrique Cardoso: o Brasil não está preparado para atender pobre, nem o Governo dele, nem nós, o Senado Federal. Quando chega a época da safra, vêm-se manchetes como esta que dá conta que a batata é jogada fora, no lixo, lá em Ibiraiaras, no Rio Grande do Sul. E, agora, na época do trigo, como não tem preço, está-se pensando em colocar o trigo para os animais, porque o Brasil está importando e não há condições de garantir consumo para o próprio trigo nacional. Dizem que produzimos 6 milhões e consumimos 6 milhões, importávamos 1 milhão e meio e, hoje, estamos importando 6,5 milhões e produzindo 1,9 milhão. E, mesmo assim, na hora, o Governo não está bancando o preço.

A Sr^a Marina Silva – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Concedo o aparte à Senadora Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Senador Pedro Simon, o tempo de V. Ex^a está esgotado. Peço à Senadora Marina Silva que seja breve, por gentileza.

A Sr^a Marina Silva – Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade do aparte. V. Ex^a foi muito feliz ao dizer que as pessoas que têm como se alimentar debatem o dia da fome e as pessoas que hoje estão na faixa da miséria se debatem para tentar debelá-la. É isso que acontece hoje com milhões de brasileiros e bilhões de pessoas no mundo. O livro do Frei Leo-

nardo Boff, chamado *Princípio Terra. A volta à terra como pátria comum* nos dá conta de dados surpreendentes com relação à problemática da fome no mundo inteiro. Diz que 1 bilhão de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta e que, dentre essas pessoas, 14 milhões de jovens abaixo de 15 anos morrem de fome anualmente. O Brasil aparece com uma cifra muito alta nessa contribuição perversa de pessoas que passam fome no Planeta. Não quero aqui falar dos famintos de modo geral. Penso que se fizéssemos um grande esforço de solidariedade, com todas as iniciativas que já temos, somado ao empenho do Governo e da sociedade, poderíamos debelar a fome, pelo menos enquanto esforço nacional. As elites brasileiras são perversas, pois não se contentam em ter, mas querem mais do que isto: ter alguém para se firmar enquanto ser que tem. Só é possível a supremacia quando se tem o contraponto ao extremo e é isso que acontece no Brasil: é o contraponto ao extremo da opulência. Essa é uma realidade que precisa ser mudada. Em que pese ser fundamental o esforço de governantes, é importante um esforço que saia das entranhas da cultura brasileira. Refiro-me aqui, neste dia, àqueles que passam fome na Amazônia. Tive oportunidade de ouvir o relato extraordinário de pessoas que foram em caravana até o Vale do Juruá, que fez o coração sangrar. São milhares de famílias que, não tendo como produzir devido à desarticulação do antigo sistema extatista, estão morrendo de fome em plena floresta amazônica. Não estão em maior grau porque vivem da caça e da pesca; se alimentam sem sal e, muitas vezes, não têm sequer iluminação em suas casas, fazendo clareiras para poderem assar o peixe ou a carne, vivem sem roupas, sem as mínimas condições de sobrevivência. É um dado deplorável de fome e de miséria em plena opulência de uma Nação que tem um dos patrimônios mais ricos da humanidade, que é a Amazônia.

O SR. PEDRO SIMON – Senadora Marina Silva, agradeço o aparte de V. Ex^a. Em sua intervenção V.Ex^a, relata fato que contém enorme crueldade. Diz V. Ex^a que há uma elite brasileira, que somos nós, para a qual não é suficiente comer bem, alimentar-se muito bem com o que há de melhor; que para sentir-se bem, tem que comer bem, alimentar-se bem e ver nos jornais e nas emissoras de televisão pessoas passando fome. Vendo os que passam fome, diz a Senadora Marina, nos sentimos melhores. Não sei se se chega a esse ponto, mas parece-me que estamos perto disso.

O Sr. Osmar Dias – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Osmar Dias – Sei que o tempo é curto e serei rápido. Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer a generosidade das palavras de V. Ex^a, no início do pronunciamento. Não sei se sou merecedor, mas posso dizer que, há muito tempo, sou grande admirador de V. Ex^a. Somos diferentes da China com relação a produção e importação. A China, que já produz 450 milhões de toneladas, estabeleceu um programa que visa aumentar para 500 milhões de toneladas a produção de alimentos até o ano 2000. Israel, que recebeu uma indenização de guerra de US\$6 bilhões dos alemães investiu tudo em projeto de irrigação e produz alimentos para auto-suficiência e para exportação; e nós dizemos aqui que não podemos produzir porque vamos provocar problemas na economia. Senador Pedro Simon, acho que isso se confunde com a história da nossa infância. Eu fui criado na roça; quando crescia e a calça ficava curta, minha mãe não me cortava as pernas, alongava as calças. Acho que no Brasil deveríamos agir da mesma forma: a população cresceu, a demanda por alimentos cresceu, e nós, em vez de aumentarmos o abastecimento, estamos cortando a produção para deixarmos 40 milhões totalmente marginalizados e 50% das famílias brasileiras comendo talvez uma vez por dia; quando comem duas vezes por dia é uma festa.

O SR. PEDRO SIMON – Tenho um projeto de lei que desde o Governo Itamar Franco eu vinha discutindo com os Ministros militares – e agora o Governo o está adotando: defendo o serviço que chamava de militar, mas o Governo chama muito mais apropriadamente de Serviço Civil Obrigatório; defendendo-o para que homens e mulheres, durante um ano, prestem serviços como no plano que havia anteriormente, do Marechal Rondon, que lamentavelmente terminou, funcionando em cada cidade, em todos os lugares.

Esse plano seria importante porque os pobres teriam um ano para aprender a ler, escrever, a ser gente, e os filhos dos ricos teriam um ano para conviver com a miséria, com a injustiça e conhecer o outro lado.

Uma das decisões que mais me sensibilizaram foi de uma manchete vinda da China. Olhem, a China está dando exemplo! Enquanto nós pensávamos que a Rússia era uma maravilha etc. e tal, uma potência, a China vem vindo devagar e já não é um país que tem fome; é um país que está avançando. A China tomou uma decisão: a limitação da natalida-

de. O limite é um filho por família; mais de um filho significa pagarem impostos enormes. Com uma população em torno de 1,2 bilhão de pessoas, é fácil entender.

Todavia, uma decorrência da decisão que foi tomada agora pela China, com essa história de cada família, em vez de ter uma enormidade de filhos, ter apenas um, é que esse filho está começando a ser muito mimado pela família; ele se torna muito envaidecido, cuidado com muito carinho e com muito afeto como se fosse criado em uma redoma. O governo chinês está baixando uma regulamentação, obrigando a que esses filhos únicos, em determinado tempo, ajudem, participem, trabalhem e vivam a realidade do povo chinês.

Entendo que se fizéssemos algo nesse sentido, se os nossos filhos convivessem com os mais pobres, e pudessem conhecer que existe o outro lado da vala, o da miséria, penso que seria um caminho.

Diz o Presidente da República que este País não tem competência para olhar para a pobreza, e é verdade. Eu diria que nós, Congresso Nacional, somos mais responsáveis que o Poder Executivo, porque somos mais omissos que o Poder Executivo, porque lavamos mais as mãos que o Poder Executivo. O Executivo tenta fazer, faz mal, erra, desperdiça, deixa acontecerem mil dispersões com bolsas de alimentos, mas tenta fazer. E nós, o que fizemos?

Em determinado momento do Governo Itamar Franco – está ali o Senador Eduardo Suplicy como testemunha – o Lula queria falar comigo, e me apresentou um projeto que era uma proposta, uma idéia, pedindo para eu marcar uma reunião dele com o Ministro da Fazenda. Era um plano contra a miséria. Quando olhei o projeto, no gabinete do Senador Eduardo Suplicy, vi que era tão sério que disse-lhe que não era um assunto para ser tratado com Ministro, mas sim com o Presidente. O Lula não sabia o que responder, mas marcamos a data. Fizemos três reuniões no gabinete do Presidente da República, com o Lula, sua equipe e todos os Ministros ligados à área. Saiu o programa de combate à fome. O Governo fez questão de entregar a sua presidência, coordenação, não para o Lula, porque não seria normal, mas para o Betinho, e a secretaria-geral foi entregue para o Bispo de Duque de Caxias. A maioria do Conselho foi composta pelas entidades não-governamentais. Foi um passo importante.

Não vi, Sr. Presidente, durante todo o espaço que durou aquele programa, uma atuação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. O Presi-

dente Fernando Henrique, na minha opinião, equivocadamente, assumiu para o Governo o programa que estava com a sociedade. Mas, de qualquer maneira, ainda existe o programa do Governo, e justiça seja feita à seriedade, à competência da Primeira-Dama, dedicada a esse programa.

O que fizemos até agora? Qual foi a nossa colaboração? Tivemos preocupação em conhecer, em fazer algo para o programa social do Governo Fernando Henrique Cardoso? Parece-me que não. O Congresso Nacional está completamente omissos, porque não fez absolutamente nada.

Meus amigos, penso que não apenas no Dia Mundial da Alimentação alguma coisa deve ser feita. Tínhamos que, obrigatoriamente, estar presentes e dar nossa colaboração. Porém, o que fizemos? Creio que devemos propor um debate, numa sexta-feira, nos reunir aqui e ver o que pode ser feito. Podemos solicitar à Srª Primeira-Dama que compareça para lhe perguntarmos em que podemos ajudar? Como está? O que é que dá para fazermos?

Nós fizemos alguma coisa? Tem razão o Presidente. O Brasil é um País que não sabe atender ao pobre. Nem o Governo de Sua Excelência nem o nosso Congresso Nacional!

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao eminente Senador Iris Rezende, brilhante ex-Ministro da Agricultura do Brasil.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB-GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado pela referência elogiosa de V. Exª, que muito me honra, mas posso adiantar que é generosidade de V. Exª como companheiro do Centro-Oeste.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, congratular-me com o ilustre Senador Osmar Dias pela iniciativa, que propiciou que este horário da sessão de hoje fosse destinado ao tema alimentação, uma vez que se comemora o Dia Mundial da Alimentação.

Por outro lado, congratulo-me também com o ilustre Senador, uma vez que tem S. Exª aproveitado todos os momentos, todas as datas em que se torne pertinente o tema agricultura, para salientar a necessidade de o nosso País dedicar mais atenção a esse segmento da nossa economia, a agricultura. E o tem feito com muita competência e com muita autoridade, no que secundo as palavras dos nossos colegas que, desta tribuna, reconheceram no ilustre Senador

Osmar Dias um dos mais ferrenhos defensores da agricultura e um dos mais competentes nessa área.

Acompanhei os seus passos quando eu era Ministro, quando eu era Governador. Por oito anos, na Secretaria da Agricultura do Paraná, realizou S. Ex^a um dos mais belos trabalhos de que se tem notícia neste País. Quando, por exemplo, lançamos o programa nacional de conservação do solo, em tempo recorde, em pouco mais de dois anos, o ilustre Senador, então Secretário, nos convidava para participar do fechamento da última curva de nível em municípios daquele Estado. Como Secretário da Agricultura, não se dedicou apenas à produção imediata. Dedicou-se à agricultura a longo prazo, com responsabilidade, com muita inteligência.

Sr. Presidente, no Dia Mundial da Alimentação, eu trago ao Senado uma boa notícia: Goiás é o Estado que, no Brasil, hoje, não tem nenhum faminto. Cento e quarenta e sete mil famílias recebem, mensalmente, no meu Estado, uma cesta de alimentos suficiente para a alimentação de 5, 6 pessoas, uma cesta farta, composta de tudo o que se diz necessário à boa alimentação de uma família. Goiás também é o Estado onde todas as crianças cujos pais não têm condições financeira para isso recebem 1 litro de leite e um pão todos os dias. Buscam-nos na padaria mais próxima. São 94 mil crianças.

Isso tem custado um certo sacrifício aos cofres públicos, mas foi uma proposta do nosso então candidato, hoje Governador Maguito Vilela, aceita pelo povo goiano, tanto é que ele o elegeu com uma boa margem de votos. Essa foi uma das principais metas da sua proposta de candidato ao Governo.

Mas, Sr. Presidente, não me conformo com essa política de simples distribuição de alimentos. Entendo que, a curto prazo, temos que fazê-lo, porque não é possível que, num País como o nosso, presencemos 34 milhões de criaturas passando fome. O Senador Francelino Pereira trouxe esses dados, distribuídos pelo IBGE, que representam uma realidade cruel.

Como acabar com a fome no Brasil? Instituindo programas e mais programas na área social? Não. Entendo que não é esse o caminho. Fome se mata com alimento, e alimento se obtém produzindo, porque contar com alimentos produzidos por outros povos, quando nem sempre temos certeza ou condições de dispor de recursos suficientes para buscar esses alimentos é governar com uma dosagem até de irresponsabilidade.

O Brasil tem tudo para produzir o suficiente para alimentar a população brasileira; tem tudo para

produzir o suficiente e ainda exportar o excedente da sua produção. O que acontece, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é que até hoje os governos brasileiros não encararam com a devida responsabilidade o problema da produção agrícola no Brasil.

Sou de uma geração que pode dizer que o maior Presidente que este País conheceu foi Juscelino Kubitschek. Ele próprio, ao deixar o Governo – nunca me esqueço –, quando lançavam a sua candidatura às eleições presidenciais seguintes, ou seja, às de 1965, dizia: Estou pensando seriamente em voltar a governar este País, para redimir-me de uma grande falha administrativa; quero voltar a presidir o País para prestigiar a agricultura brasileira, e quero fazer do Brasil um dos maiores produtores de alimentos do mundo.

Lamentavelmente, as circunstâncias políticas impediram que Juscelino voltasse a governar o Brasil, uma vez que, em 1964, o Brasil experimentou a implantação de um regime ditatorial que afastou, de uma vez por todas, a possibilidade de Juscelino voltar a administrar o Brasil.

Mas a verdade, Sr. Presidente, é que se o próprio Juscelino Kubitschek reconheceu a sua falha, poucos foram outros presidentes – poucos – que enxergaram na agricultura o caminho para solucionar os problemas nacionais.

E, diga-se de passagem, temos que reconhecer o grande interesse do atual Presidente desta Casa, Senador José Sarney, que quando Presidente da República prestigiou a agricultura; tanto é que conseguiu elevar de pouco mais de 50 milhões para 72 milhões de toneladas de grãos a safra, em apenas 5 anos de Governo, um aumento superior a 30%, algo que nunca se viu em nenhum país do mundo. Ele aumentou, em 5 anos, mais de 30% na sua produção agrícola. Mas ficou nisso!

Até hoje, observamos que não existe no Brasil uma política agrícola definida e duradoura: para cada Ministro, uma política. Basta dizer que, levantando o número dos Ministros que ocuparam a Pasta da Agricultura, a média é de pouco mais de sete meses por Ministro, durante toda a história do Ministério da Agricultura. Como pode um País, que não prestigia, que não dá sustentação a seus Ministros da Agricultura, produzir aquilo que realmente espera?

Entendo, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, que, se a atual Legislatura e o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, conseguissem, nesse período, estabelecer uma política agrícola definitiva, boa e que atenda aos interesses nacionais em toda a sua extensão, já se justificaria um Governo e uma legislatura do Congresso Nacional.

Tenho observado que tem faltado pouco para que isso ocorra, porque, toda a vez que se fala em Agricultura neste plenário, os Senadores são unânimes em dar o seu apoio, a sua solidariedade a todos aqueles que abordam o tema.

Vejo, por exemplo, no *Jornal do Brasil*, edição de ontem, o seguinte:

"O Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Ronaldo Sardenberg, anunciou ontem, na abertura do 3º Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, no Rio, o plano do Governo para ocupação da Amazônia e da região do Cerrado, no Centro-Oeste. "São áreas imensas – disse S. Exº -, pouco povoadas, onde até a presença das Forças Armadas é tímida. A ocupação é também importante para combater crimes como o contrabando e o narcotráfico".

O plano prevê a liberação de recursos até 1998 para grandes obras nas duas áreas, entre elas a implantação da hidrovia do rio Madeira e a ampliação do porto de Itaquatiara (AM), para escoamento da soja produzida no Cerrado.

A região Centro-Oeste corresponde a 18,8% do Território nacional e abriga apenas 6% da população."

Bem, acontece que, num determinado momento da história da agricultura brasileira, o Governo entendeu – e muito bem – que, através da pesquisa agropecuária, a agricultura avançaria. Criou-se a Embrapa; criou-se, em Goiás, a Emgopa e outras empresas estaduais de pesquisa agropecuária.

O que a Embrapa e essas empresas estaduais conseguiram criar, ao longo dos anos, já deu ao País e aos Estados dez vezes mais do que a sociedade investiu na área da agropecuária. Mas ficou nisso!

A pesquisa agropecuária permitiu ao Brasil, mediante suas criações e invenções, que os cerrados, por exemplo, até então considerados inservíveis à agricultura, se tornassem as áreas mais disputadas para a produção agrícola. Antes não se admitia, sob qualquer hipótese, a produção de soja fora dos climas temperados. Ela era produzida apenas no sul do País. Hoje, os cerrados brasileiros estão alcançando maior produtividade e um produto de melhor qualidade.

Se antes estava apenas a agricultura de sequeiro sujeita às intempéries, às estiagens permanentes, hoje, além da agricultura irrigada dos cerrados – sistemas simples constituídos pelos pivôs de

irrigação –, temos já as variedades criadas pela Embrapa, pela Emgopa, pelas empresas estaduais de pesquisa agropecuária; variedades resistentes a essas intempéries, o que nos dá a garantia de uma produção freqüente, firme em todos os anos.

Hoje, já alcançamos uma produtividade muito boa da soja, do milho, do arroz, do feijão e que compete com outros países cuja tecnologia já se encontrava um tanto avançada.

Bem, mas contamos então com uma tecnologia de correção do solo, com variedades adaptáveis aos nossos climas, as nossas terras, mas falta aos agricultores uma política que lhes dê condições de trabalho.

O Brasil tem terras, um povo trabalhador com vocação agrícola e até com experiência. A nossa origem é agrícola. Mas não entendemos a ausência de uma política agrícola que realmente faça do Brasil o maior produtor de alimentos do mundo.

É claro que um país como o Japão, sem área suficiente para produzir alimentos para o seu povo, estabeleça uma política de aquisição de importação de alimentos. Mas estabelecer política econômica no Brasil, contando com aquisição de produtos agrícolas em outros países, é como desrespeitar uma consciência nacional. A própria Bíblia nos ensina que nação prudente é aquela que mantém estoques suficientes de alimentos para o seu povo, porque, assim, não fica na dependência ou não abre a possibilidade de ser esta nação coagida por outras.

O nosso Senador Osmar Dias é testemunha disto: bastou que se estabelecesse uma política para a produção de trigo para que o País se tornasse, em pouco mais de uma safra, quase que autosuficiente, pois chegamos a mais de 6 milhões de toneladas, quando o consumo, àquela época, era de apenas 7 milhões de toneladas.

Esse aumento de produção foi como provocar um escândalo nacional. À época, fui chamado pelo Ministério das Relações Exteriores, porque, com a nossa ação de aumento da produção do trigo, estávamos criando problemas de relacionamento com a Argentina e com o Canadá.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, um País como o nosso, em que o Ministério das Relações Exteriores vem interferir na produção agrícola para proteger interesses de outros Países, é inaceitável!

É preciso que se crie a consciência de que a fome se mata com alimentos e consegue-se alimentos produzindo-os. Com a sua produção, criaremos empregos para milhões de brasileiros. Além de matar a fome, criaremos condições dignas de vida para milhões de pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para isso, é necessário que o Governo entenda que para produzir precisamos de estradas, de energia, de escola, de assistência médica para aqueles que se dispõem a buscar o interior do nosso Brasil, do nosso País. Basta que o Governo faça isso e crie condições aos agricultores para que o nosso Brasil realmente se torne um dos maiores, senão o maior produtor de alimentos.

Ora, temos 200 milhões de hectares de cerrado, dos quais mais da metade servíveis para a agricultura. Desses, apenas 23 milhões de hectares estão sendo aproveitados hoje com pastagens, com agricultura temporária, e, em torno de dois milhões, com florestamento e reflorestamento.

O Sr. Levy Dias – Senador Iris Rezende, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Senador Levy Dias, um instante. Posteriormente, terei todo o prazer de buscar a sabedoria e a participação de V. Ex^a neste debate.

Mas, Sr. Presidente, aproveitando essa disposição do Governo, através da Secretaria de Assuntos Estratégicos, voltando a sua atenção para o Centro-Oeste e para a Amazônia, podemos aproveitar esse pretexto e fazer com que realmente nossas terras do Centro-Oeste sejam devidamente aproveitadas e utilizadas para a produção de alimentos.

Incorporando ao processo produtivo de nosso País mais 50 milhões de hectares, podemos aumentar a nossa produção em mais de 100 milhões de toneladas. Com 70 ou 80 milhões que serão produzidos agora, já vamos chegar quase à casa dos 200 milhões de toneladas de alimentos. Aí, sim, temos o suficiente para abastecer o nosso País, para distribuir alimentos, criando empregos para milhões e buscar divisas com a exportação do nosso excedente.

O Sr. Jefferson Péres – Senador Iris Rezende, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Antes de V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, concedo o aparte que vem sendo solicitado há mais tempo pelo nosso também digno Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias – Senador Iris Rezende, estou aparteando V. Ex^a apenas para relembrar alguns fatos; um deles já foi relembrado no seu pronunciamento. Quando Ministro do Governo do ex-Presidente José Saramy, V. Ex^a esteve na Embaixada do Brasil na Argentina tratando deste assunto do trigo, e eu estava presente. Assisti à luta de V. Ex^a para convencer o embaixador brasileiro de que a política de produção estava gerando empregos e renda em

nosso País e de que o acordo com a Argentina poderia ser cumprido, mas sem o sacrifício dos produtores e dos trabalhadores brasileiros. Foi difícil convencê-lo, mas o Brasil produziu, naquele ano, praticamente para o seu consumo, quase alcançando a auto-suficiência. Naquele tempo, o Ministro não se preocupava apenas em administrar o crédito rural insuficiente – é histórico no Brasil o fato de o crédito rural ser insuficiente e quase sempre chegar tardeamente às mãos dos produtores –, mas também em formar uma infra-estrutura do crédito. Os Estados que souberam entender a sua orientação e a sua mensagem estão hoje com essa estrutura. Saltou-se da casa dos 50 milhões de toneladas para 70 milhões de toneladas, marca de 1988, portanto, há quase dez anos. Retrocedemos a essa marca nos anos de 1995 e 1996, e ainda agora vamos retroceder mais um pouco. Já se chegou à marca de 81 milhões de toneladas, não apenas administrando o crédito rural e a política de comercialização, mas também formando uma infra-estrutura básica no campo e investindo no patrimônio maior do agricultor, o solo, promovendo a conservação, programas de calcário, investimentos que foram feitos com a pesquisa, atuando ao lado da extensão e dando assistência técnica. Tudo aquilo formou um patrimônio que jamais será extinto em nosso País. As propriedades rurais estão tecnificadas graças a uma gestão feliz de V. Ex^a e daqueles que souberam, em seus respectivos Estados, entender a sua orientação. Nós a entendemos, Senador Iris Rezende. O Paraná hoje se orgulha de ter uma agricultura tecnificada. Bons tempos aqueles! Além disso, quero dizer a V. Ex^a que o Brasil, diferentemente do que deveria estar fazendo, ao limitar a sua produção, poderia apoiar a produção de culturas específicas para o abastecimento interno, sobretudo para a conquista de mercados externos, que estão hoje abertos, oferecidos a países que, como o Brasil, têm potencial para produzir, mas pensam pequeno, ou seja, em produzir apenas para o mercado interno, esquecendo-se de que estamos, apenas nesta safra, importando a um preço de R\$5 bilhões, dinheiro que poderia estar gerando empregos aqui, mas que está gerando exatamente no país de origem desses produtos. Obrigado, Senador Iris Rezende pela oportunidade de ter participado daquele grande programa e daquela grande gestão.

O SR. IRIS REZENDE – Senador Osmar Dias, muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a. Permita-me incorporá-lo ao meu pronunciamento, pela sua importância e pela profundidade das informações trazidas a este debate.

Mas gostaria de salientar que, acompanhado de V. Ex^a, do Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul do Governo do Senador Pedro Simon e do Secretário de Agricultura do Estado de Santa Catarina, travamos a discussão com os Ministérios da Fazenda e de Relações Exteriores naquela época para conseguir que se desse seqüência àquela produção de trigo no Brasil. Com muito esforço, conseguimos que houvesse financiamento apenas para os proprietários das áreas que produziram trigo na safra anterior. Esse foi um meio de manter a situação daqueles que investiram na produção de trigo e, consequentemente, evitar prejuízos insanáveis, mas com aquela limitação de produção.

Não sei se V. Ex^a ainda se recorda de que uma das argumentações levantadas era a de que esses países, no futuro, poderiam não ter condição de cumprir os seus compromissos com o Brasil – e eles acharam graça. E, parece-me, para uma lição àqueles responsáveis pela economia de então, no ano seguinte, a Argentina e o Canadá experimentaram intempéries que impediram a produção de trigo e não tiveram uma tonelada sequer para entregar ao Brasil. E se não fosse aquele estoque de mais ou menos 6 milhões de toneladas que o Brasil conseguiu nas duas safras, o povo brasileiro teria passado por momentos affitivos, uma vez que faz parte da sua mesa o pão, em última análise, o trigo.

Com muito prazer, Senador Jefferson Péres, concedo o aparte a V. Ex^a, o que muito me honra.

O Sr. Jefferson Péres – Senador Iris Rezende, receba o meu aparte como uma contribuição ao seu discurso. V. Ex^a se referiu, há pouco e de passagem, ao Japão como exemplo de país com condições diametralmente opostas às do Brasil, porque, sofrendo a angústia do espaço físico, é um grande importador de alimentos. Todavia, veja V. Ex^a, Senador Iris Rezende, que mesmo o Japão dá uma proteção, até exagerada, ao único cereal que produz, qual seja, o arroz, item básico na alimentação dos japoneses. Durante a Rodada Uruguaia de conversações do GATT, na qual foi negociada amplamente uma redução das tarifas para produtos industriais e agrícolas, os Estados Unidos, a União Européia e mesmo os países asiáticos exerceram fortíssimas pressões sobre o governo japonês para que este reduzisse a tarifa de proteção para o seu arroz, no qual é auto-suficiente. Ainda que se trate, Senador Iris Rezende, de um arroz produzido a custos elevadíssimos, podendo mesmo o Japão importar o produto a preços bem mais acessíveis. À época, o primeiro-ministro japonês resistiu às pressões, alegando que a

sociedade japonesa não admitiria que ele cedesse, já que é uma decisão coletiva do povo japonês ser auto-suficiente na produção de arroz, não dependendo da importação do produto. Era esse o meu aparte, Senador.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a, que realmente veio enriquecer o nosso pronunciamento. Precisamos buscar o exemplo de outros países e vamos fazê-lo justamente no Japão. Esse país não tem condições de produzir o suficiente para a alimentação do seu povo, mas ele se preocupa com a produção de alimentos, tanto é que, se até então o Governo brasileiro não se dedicou a uma política realmente eficiente para um aproveitamento dos cerrados, o Japão, do outro lado do globo terrestre, enxergou, nos cerrados, o potencial para a produção de alimentos e dispôs-se a emprestar ao Brasil recursos para o aproveitamento dos cerrados.

Eu era candidato a governador em 1982 e observei, nas Universidades de Goiás, Católica e Federal, um movimento intenso contra a implantação do programa Prodecer no Brasil, sob a alegação de que o Japão estava querendo tomar o nosso País. Eu não conhecia o problema em toda a sua extensão; tão logo eleito, imediatamente providenciei uma viagem ao Japão para conhecer de perto o programa e buscar informações. Fiz as seguintes indagações: que percentual de japoneses os senhores querem para esse programa? Nenhum. Que percentual da produção os senhores exigem que seja vendido para o Japão? Nenhum. E por que um dinheiro tão barato, a tão logo prazo? Eles disseram que não queriam ficar nas mãos de um só país fornecedor de alimentos. Quer dizer, o Japão empresta dinheiro ao Brasil, e o Governo brasileiro pode vender a quem bem entender; preocupa-se em que haja alimento suficiente no mundo, para que o povo japonês amanhã não passe fome. E estamos perdendo todo esse potencial.

Veio o Prodecer I, que já está absolutamente consolidado; em seguida, o Prodecer II, que está encontrando dificuldades, devido aos sucessivos planos econômicos, que dificultaram a vida dos produtores rurais. Aliás, Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de advertir a área econômica do Governo para que encontre uma solução para os agricultores que integram o Prodecer II, pois, dentro de poucos dias, estará no Brasil o príncipe japonês, para assinar a extensão do Prodecer III, quando o Brasil receberá mais de US\$500 milhões de dólares. Essa assinatura não será dada, se os nossos agricultores do

Prodecer II continuarem inadimplentes, como estão todos os agricultores brasileiros. Os seus débitos são superiores a R\$200 mil. Portanto, o Governo terá de encontrar uma solução para eles.

Foi um plano que deu certo e ainda dará, mas é preciso que o Governo encontre uma solução para esses agricultores e para o Prodecer II, a fim de que consolidemos o Prodecer III e o Prodecer III/Extensão.

Sr. Presidente, Sr*s e Srs. Senadores, conluso o meu pronunciamento mais uma vez.

O Sr. Levy Dias – Sr. Senador, continuo aguardando para apartear V. Ex^a.

O SR. IRIS REZENDE – Desculpe-me, nobre Senador. Eu voltaria à tribuna para ter a honra de conceder a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Levy Dias – Agradeço ao nobre Senador. Nesta tarde, a contribuição que V. Ex^a traz à Casa é uma das mais importantes que já ouvimos, como foi também a dos Senadores Osmar Dias e Pedro Simon. Lamento que não haja repercussão. A insensibilidade para o problema da produção de alimentos não é só do Governo; é praticamente de toda a Nação brasileira. Quando V. Ex^a falou do programa de Goiás, penso que aqui poucas pessoas perceberam a seriedade do seu enfoque, dizendo que, no Estado de Goiás, não existe um só faminto. Será que observaram essa frase? Falo do programa do seu Estado, Goiás, como modelo para o País. Busquei do Governador Maguito Vilela as informações sobre o Projeto Solidariedade, de Goiás, e, com V. Ex^a, as informações sobre como funciona um programa num Estado brasileiro onde não existe mais fome, para provar a todo o País que é possível implantá-lo, desde que haja decisão política. Primeiro, tem que haver sensibilidade para a fome. As pessoas que são contra a entrega de uma cesta básica, nas palavras do Betinho, certamente almoçaram e jantaram; certamente os seus filhos almoçaram e jantaram. Falei com o Governador Maguito Vilela no calor da campanha política, difundindo, copiando o Projeto Solidariedade, de Goiás, e S. Ex^a me disse o mesmo que V. Ex^a aqui afirma sobre o Solidariedade: "Antes que o sol raiasse no Estado de Goiás, 90 mil crianças haviam recebido pão e leite e 158 mil famílias por mês recebem essa cesta básica". A fome não pode esperar. Não posso dizer a um faminto que aguarde até o final do mês, quando arrumar um emprego. O trabalho do Governo tem de atuar em duas vertentes: uma de emergência, que deve durar o menor espaço de tempo possível da doação de uma cesta básica, e a outra, da geração de empregos, para que a pessoa não necessite dela. De tudo que estudei, de que tormei conhecimento no Projeto do Estado de Goiás, algumas coi-

sas me impressionaram muito. É um projeto sem partido, sem cor política, que envolve praticamente toda a sociedade goiana, com 11 mil voluntários. Isso é único no Brasil. Não conheço em todo o Brasil nenhum programa dessa natureza. Ainda mais, a beleza do cidadão que vem descadastrar-se porque já arrumou condições de vida, solicitando que aquela cesta seja dada a outro brasileiro. Para ele aquela cesta básica é uma montanha de dinheiro da qual ele passa a abrir mão. Essa sensibilidade ao problema da fome é o que falta à Nação brasileira. Creio ser difícil falar nisso a quem está de barriga cheia. O que foi dito pelo Senador Pedro Simon é uma grande verdade: hoje não deveria ser comemorado o Dia da Alimentação; este deveria ocorrer em todos os dias do ano. No entanto, não temos isso. O meu Estado, a minha capital, a cidade onde vivo têm 12 mil famílias e 25 mil crianças em carência alimentar. V. Ex^a, por ter sido um brilhante Ministro da Agricultura, tem uma responsabilidade maior diante do Brasil, já que possui profundo conhecimento do problema. Sabemos todos de sua sensibilidade, de sua competência, de seu patriotismo, de seu amor e dedicação ao País. Por essa razão, V. Ex^a está ciente da necessidade de decisão. Hoje um jornal noticia que o rombo do Banco Nacional chega a US\$7,5 bilhões. Nunca pedimos esse valor para a agricultura ou para a produção rural! Pedimos US\$1,5, no máximo, US\$3 bilhões, sem que tenhamos qualquer sucesso. Fiz um discurso nesta tribuna, quando assistimos a um burocrata do Banco Central segurar o dólar e, para que isso fosse feito, ele lançava US\$7 bilhões no mercado. Há uma inversão na atuação do Governo. Nosso problema é gerencial. É a falta de sensibilidade na área da fome, é a insensibilidade para o povo que produz. Não existe nenhum cidadão mais importante em uma nação do que o agricultor. Não existe nenhum produto mais estratégico em um país do que o alimento. Se acabar o petróleo, arranjaremos fontes alternativas de energia, ou mesmo andaremos a pé, ou por qualquer meio de locomoção, mas não iremos morrer. Se amanhã faltar comida, morreremos. Não existe essa sensibilidade. Meu Estado como o de V. Ex^a são Estados produtores. Nossos Estados, hoje, são Estados tristes. O homem no campo vive muito melhor do que o homem na cidade. O êxodo rural, a saída do homem do campo para a cidade, gerou problemas muito mais graves no meio urbano, muito mais sérios, que são os grandes bolsões de pobreza das periferias de todas as grandes cidades do Brasil. Nossa expectativa – a minha expectativa e, tenho certeza, a expectativa de V. Ex^a – é de que haja sensibilidade e, consequentemente, um tratamento mais sério para um problema tão grave como é o problema da fome. Não se combate fome sem comida. No Brasil, tenta-se fazer isso, mas não há possibilidade de se combater a fome

sem se produzir comida. Deixo registrado no pronunciamento de V. Ex^a a minha solidariedade a todas as pessoas que produzem nesta Nação, que trabalham, mesmo tristes, mesmo desprezadas; elas são as pessoas mais importantes, mesmo assim são desprezadas. Elas fazem o trabalho patriótico da produção de alimentos. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento, pelo enriquecimento do nosso conhecimento por intermédio do seu conhecimento, pelo seu patriotismo, pelo brilhantismo da sua fala. Deixo também registrada a minha solidariedade aos homens que trabalham neste País produzindo comida.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado, Senador Levy Dias. Agradecendo, afirmo que o meu pronunciamento não teria o valor que tem agora sem o seu aparte, que veio realmente valorizá-lo, enriquecê-lo.

Diria mais: por mais fria que seja a criatura humana, ela tem o seu lado sensível. Por mais fria que seja a pessoa, as músicas natalinas normalmente tocam o seu coração, e é por ocasião do Natal que observamos que essa elite, muitas vezes fria e até selvagem, preparando sua mesa com ricas bebidas e comidas, e talvez no seu subconsciente envergonhada, prepara cestas e vai para as periferias das cidades distribuí-las para as pessoas famintas. No entanto, fazem isso uma vez por ano, às vésperas do Natal, como que para passarem aquela noite de comemoração do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo com a consciência mais tranquila.

Essa é a hipocrisia, é a falsidade, é até a falta de vergonha de um segmento da nossa sociedade, que pensa no seu semelhante sofrido uma vez por ano. Precisamos, no Congresso Nacional, no Governo Federal, representando a sociedade brasileira, estabelecer uma política à altura dos nossos destinos, de tal modo que o Brasil passe a produzir mais, mas muito mais, porque não pode haver limite na produção de alimentos num país de 150 milhões de habitantes.

É preciso produzir mais, muito mais, a fim de que nos próximos anos comemoremos o Dia Internacional da Alimentação com a nossa consciência realmente tranquila, consciência do dever cumprido, consciência de que conseguimos, a nossa geração conseguiu encontrar o caminho para este País tão rico e de um povo tão trabalhador.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Iris Rezende, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no Dia Mundial da Alimentação, seria de se esperar que tivéssemos medidas que, de fato, erradicassem a fome no Brasil.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou hoje, ao meio-dia, um pacote contra o desemprego: são diversos programas que abrem linhas de crédito contra o desemprego, tais como o Credifat, o Projer, o Pronaf e o Programa de Crédito Produtivo Popular, do BNDES.

Trata-se da destinação de recursos, inclusive do Fundo de Amparo ao Trabalhador, a pessoas físicas, trabalhadores autônomos, prestadores de serviços, artesãos, micro e pequenos empresários, pequenos negócios informais, micro e pequenas empresas, agricultor familiar, pessoas físicas que buscam o auto-emprego, empreendedores do setor informal e formal e cooperativas.

Sr. Presidente, passados quase dois anos de governo, esperava que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fosse olhar para a forma mais eficaz de se erradicar a pobreza e a fome neste País; mas ainda não é dessa vez que o Presidente está a anunciar a instituição no Brasil de um programa de garantia de renda familiar mímina ou de renda mínima. E, no entanto, são explosivamente crescentes as iniciativas de governos municipais e estaduais na direção de programas que guardam relação com a proposta de garantia de renda mínima.

Sr. Presidente, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo realizará amanhã e sexta-feira, por ocasião de seu aniversário de cinqüenta anos, um seminário sobre o Projeto de Garantia de Renda Mínima e a Exclusão Social. Convocou alguns dos maiores especialistas no mundo, dentre os quais os professores Roberto Castel, da França, e Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, para virem debater as formas de projeto de garantia de renda mínima.

O Professor Philippe Van Parijs, fundador da rede europeia da renda básica, autor de livros como *Argumentando em Favor da Renda Básica ou da Renda de Cidadania, da Liberdade Real para Todos*, é considerado um dos maiores especialistas neste assunto.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso marcou audiência com o Professor Philippe Van Parijs às 16h da próxima terça-feira, ocasião em que terá a oportunidade de dialogar sobre essa proposição.

Na cerimônia de hoje no Palácio do Planalto, perguntou o Presidente Fernando Henrique Cardoso por que razão os Estados Unidos da América estariam com uma taxa de desemprego menor que a de outros países, ou seja, uma taxa como 5,3% da população economicamente ativa, enquanto que a do Brasil seria da ordem de 5,7%, segundo os dados do IBGE, e outros países, o Japão com 3%, mas países europeus com taxas acima de 10% da força de trabalho.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a mencionar o Secretário de Trabalho americano, Robert Reich, a respeito de suas reflexões sobre como diminuir o desemprego, mas não considerou o instrumento mais importante existente nos Estados Unidos da América há vinte anos, que justamente tem contribuído para que a taxa do desemprego nesse país não seja tão elevada.

Qual é esse instrumento? É o crédito fiscal por remuneração recebida, uma forma de imposto de renda negativo, que foi ampliado significativamente pelo Presidente Bill Clinton e que tem merecido a atenção dos mais diversos economistas.

Mesmo no que diz respeito à solução mais eficaz do problema do desemprego, gostaria de citar o Prof. Paul Krugman, da Universidade de Stanford, que, em artigo publicado na *Foreign Affairs* e na *Gazeta Mercantil*, de 11 de outubro passado, explicitou sua sugestão para resolver o problema, consequência, muitas vezes, do processo de transformação tecnológica que leva a situações de desemprego.

Quando procura responder à pergunta "o que fazer?", diz Paul Krugman:

"Suponhamos que a posição intermediária sobre o desemprego e a desigualdade seja correta: a principal fonte desses problemas é um declínio estrutural, ao invés de cíclico, da demanda interna por mão-de-obra menos especializada nos países avançados. Pode-se concluir, então, que a resposta nem é uma simples política de expansão de demanda geral, nem uma política de protecionismo contra as importações de produtos e serviços do Terceiro Mundo. O que, então, se pode fazer?

Essa pergunta não é tão difícil de responder quanto pode parecer. Nos Estados Unidos, que relativamente conseguiram manter o pleno emprego, mas registraram uma desigualdade crescente, as rendas dos

trabalhadores de baixo salário precisam de sustentação, mas isso deve ser feito, na medida do possível, sem elevar o custo desses trabalhadores para os empregadores. A resposta óbvia é algo parecido com uma versão muito mais ampla dos abatimentos do imposto de renda dos assalariados – um suplemento de renda para os trabalhadores de salário baixo que vai diminuindo à medida que a renda do trabalhador aumenta, mas não tão rapidamente a ponto de neutralizar os aumentos salariais, desincentivando o trabalho. Esse programa estaria aberto a certo grau de abuso, mas o mesmo acontece com todos os programas governamentais."

Ele aqui está falando exatamente da possibilidade de se expandir o crédito fiscal por remuneração recebida, uma forma de Imposto de Renda negativo. Mais avançado do que isso é a introdução de uma renda de cidadania, como a que vem sendo proposta pelo Prof. Philippe Van Parijs, justamente esse especialista que vem ao Brasil e que estará na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo participando de palestra.

Sr. Presidente, se quisermos fazer com que o conceito de nação tenha um sentido real de solidariedade, se quisermos levar em conta a recomendação do Prof. Milton Santos, homenageado esta semana pela Universidade de São Paulo, no Encontro Internacional: *O Mundo do Cidadão – um Cidadão no Mundo*, extraordinário professor de Geografia, com 55 anos de magistério, que nasceu na Chapada Diamantina, em Brotas de Macaúbas, e que iniciou sua atividade intelectual aos 15 anos; se quisermos levar em conta as suas recomendações sobre os riscos de quem analisa a globalização sem vê-la de forma crítica, então precisamos caminhar na direção de projetos como o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Sr. Presidente, tão relevante considero a contribuição do Prof. e geógrafo Milton Santos que gostaria de requerer seja transcrita na íntegra a entrevista que concedeu ao Caderno Mais!, da *Folha de S.Paulo* de domingo, em 13 de outubro passado, salientando a importância da sua contribuição.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPlicy EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Um lugar para o homem no mundo

Encontro internacional homenageia o geógrafo Milton Santos em São Paulo

FERNANDO CONCEIÇÃO
especial para a Folha

Aos 70 anos, completados em maio, o geógrafo e professor da USP Milton Almeida dos Santos é o centro de uma rara homenagem acadêmica no Brasil, país que tradicionalmente não cultiva o hábito de reconhecer quem trabalha, como ele mesmo diz.

De hoje até quarta-feira, no campus da Universidade de São Paulo, intelectuais da França, dos Estados Unidos, do Canadá, do México, da Venezuela, da Argentina e do Brasil se reunirão no encontro internacional "O Mundo do Cidadão", um Cidadão no Mundo, organizado para discutir as obras de Santos (leia texto nesta página).

Durante o evento, três livros estarão sendo lançados, um do próprio Milton Santos, "A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo, Razão e Emoção", e dois outros em sua homenagem, todos editados pela Hucitec.

Milton Santos é, hoje, um dos intelectuais brasileiros mais respeitados em todo o mundo. Com 55 anos de magistério, esse baiano da região da Chapada Diamantina, nascido em Brotas de Macaúbas, iniciou sua atividade intelectual aos 15 anos, lecionando no mesmo colégio interno em que foi aluno por dez anos, o Instituto Bahiano de Ensino, em Salvador.

Cursou a faculdade de direito por uma questão de prestígio, "porque minha família decidiu que devia me educar para ser um dos homens de mando", conta. Seus pais eram professores primários em cidades do interior. Sua avó, verdureira. "Até hoje, o cheiro de salsa me faz lembrar de minha avó, que me visitava no internato, pé no chão, com o balão, depois que acabava de vender."

Com o movimento militar de 64, Milton Santos ficou preso por 90 dias num quartel do Exército em Salvador. À época, era secretário

de Estado e responsável pela redação dos principais discursos do governador, Lomanto Júnior. Presidente da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia e, com uma equipe de técnicos, tinha "algumas propostas correspondentes à nossa posição de homens de boa vontade", como a criação de um imposto sobre a fortuna.

Ao sofrer um pré-infarto e um derrame facial, Santos saiu da prisão para um hospital. A convite de colegas franceses, no Natal de 1964 deixou a Bahia direto para a França. No exílio peregrinou por vários países na Europa, África, América do Norte e América Latina.

Aos 50 anos, quando resolveu retornar ao Brasil, teve como justificativa o nascimento do seu segundo filho. "Só mesmo um baiano para querer trocar a Europa ou os Estados Unidos para ter filho na Bahia", teria dito a ele Fernando Henrique Cardoso, quando soube de sua decisão em Paris.

Depois da morte em agosto passado de seu primogênito, que também era professor da Universidade Federal da Bahia, cancelou diversos compromissos pelo mundo.

Leia a seguir trechos de sua entrevista à Folha, no apartamento em Alto de Pinheiros, zona oeste de São Paulo, onde mora com sua segunda mulher, Marie Hélène, que conheceu há 29 anos.

★

Folha - Um dos temas a ser abordado nesse encontro internacional sobre a sua obra é a globalização e o espaço do cidadão. Qual é o espaço do cidadão num mundo que se diz globalizado e de que tipo de cidadão se está falando?

Milton Santos - A vontade dessa globalização perversa a que estamos assistindo é reduzir o papel do cidadão. É transformar todo mundo em consumidor, usuário, e, se possível, em coisa, para mais facilmente se inclinar diante de soluções anti-humanas.

Essa globalização por enquanto não leva em conta o homem. De

modo que esse espaço do cidadão tem que ser recriado a partir dos níveis abaixo do mundo. Não é o mundo que vai criar o cidadão. O chamado mundo quer acabar com as cidadanias, mas cada nação e cada espaço e cada cidade é que vão ter a força de recriar esse cidadão — que vai contribuir, creio eu, mais tarde, para sugerir uma outra globalização.

Eu acho que essa é a nossa tarefa no começo do século 21, porque, de repente, o atual século parece perdido. É a recriação da cidadania mediante uma outra globalização, horizontalizada e não verticalizada como a atual, na qual a vida não seja tributária do cálculo, mas haja espaço para a emoção — que é o que une os homens. Mas essa união dos homens do mundo inteiro passa pela produção de uma idéia de mundo feita em cada lugar.

Folha - Um mundo desse tipo não permitiria o surgimento de disputas de grupos cada vez menores, os acirramentos étnicos, aquilo que Hobsbawm apontava como guerras tribais, com o fim da bipolaridade Leste-Oeste?

Santos - Temos de ver isso dinamicamente. Nunca houve uma mistura de gente tão grande como a que se dá hoje não nos países, mas nas cidades. A cidade obriga todo mundo a viver junto, por conseguinte, a discutir todos os dias o seu futuro.

Então, a visão pessimista imagina que vai haver guerra. A outra visão, que não é pessimista nem é otimista, que é a visão dos fatos como eles se dão, mostra essa produção de uma efervescência extremamente grande em todas as cidades do mundo. Nova York, Paris, Londres, São Paulo é também Lagos ou Abidjá, que são lugares da criação do outro mundo a partir da presença comum, conjunta, de gente que vem de toda a parte. Isso é um sinal de esperança.

É evidente que o pensamento europeu é muito arreio à idéia de

'futuro. Os europeus têm enorme dificuldade de trabalhar com o futuro, e é nisso que os povos do Sul vão ajudar a recriar o mundo. Não somos povos lentos, somos aparentemente leitos, porque não dispomos da técnica, mas na realidade esse dinamismo do ponto de vista emocional que existe no Sul é a garantia da produção do futuro.'

Folha - O sr. poderia fazer uma síntese do seu pensamento sobre a inserção do Brasil no mundo e a influência do mundo no Brasil? Além disso, o que diferenciará a sua posição da do governo de Fernando Henrique Cardoso?

Santos - De início, a minha posição é muito próxima da de Celso Furtado. A chamada modernização não é algo apenas unilateral. O mundo descobre coisas novas, vem fazendo isso há séculos, descoberta incessante, que se acelerou com a expansão da ciência e da tecnologia. Mas cada país, em função do que ele pensa ser o seu destino nacional, toma o que quer desses da modernização correspondente àquele época.

É a primeira vez que alguns países, entre os quais o Brasil, decidem se alienar completamente da condução do seu próprio destino. Historicamente, nunca um país decidiu fazer, de maneira tão aberta e escancarada, a alienação à condução do seu próprio destino.

Nenhum país aceita esse tipo de atrelamento a uma condução externa. Sobretudo quando ninguém sabe exatamente, como é o nosso caso hoje, o que significa tal mercado global, o que significa competitividade. São palavras extremamente fortes, porque repetidas muito barulhentamente pelas mídias, mas que não têm um conteúdo. Esse processo de entrega total, de recusa a ter um destino nacional passou a ser algo tão grosseiramente imposto aos países, que todas as pessoas que não pensam igual teriam que ser suprimidas.

Folha - O sr. acha que o presidente Fernando Henrique tem "alienado" o Brasil a esses interesses?

Santos - Não diria nesses termos, porque não sei o que se passa pela cabeça dele. Mas o governo dele, sim. As medidas tomadas já no fim do governo Itamar, possivelmente sob a inspiração dele, mostram isso.

Folha - Que medidas?

Santos - Há duas formas de trabalhar a questão. Uma é você pegar medida por medida, e dizer: "Bem, tal medida isso, tal medida aquilo". Eu prefiro pensar, por exemplo, no conjunto da política econômica do Brasil. É melhor jogar dezenas de milhões de brasileiros na pobreza do que dizer não ao Consenso de Washington, que é o ponto de vista central do aparelho

de Estado brasileiro hoje, como na discussão da Previdência Social, por exemplo, na qual nós decidimos, quer dizer, em Brasília se decidiu — perdão, quem decide no Brasil decidiu — que a noção de solidariedade nacional não tem a menor importância.

Folha - Como o sr. vê a posição de outros intelectuais, não apenas Fernando Henrique Cardoso, mas, por exemplo, Alain Touraine, que de certa forma têm justificado algumas medidas do atual governo apelando para a idéia da necessidade de se inserir o país na nova ordem econômica mundial?

Santos - Só para a sua informação, parece que o Touraine mudou um pouco, recentemente. Eu não vi, mas alguém me disse que em um artigo recente ele começa a rever sua posição, debaixo da pressão muito forte feita por colegas dele na França.

Quanto aos intelectuais, a gente sabe que nunca houve uma crise tão grande dos intelectuais como hoje. O que eu acho muito grave no Brasil é que uma boa parte dos chamados intelectuais decidiu ser establishment. E você não pode ser ao mesmo tempo establishment e intelectual. Uma das doenças da intelectualidade brasileira é esse gosto por ser establishment.

O intelectual é a classe que está permanentemente criticando, de alto a baixo, a sociedade. O intelectual não bajula os poderosos do dinheiro, os poderosos do poder e também não bajula os pobres. O intelectual está disposto a criticar o intelectual, coisa que no Brasil é muito raro. E o intelectual está sempre criticando a si mesmo, está buscando. Os últimos governos brasileiros, e este governo atual, mataram as condições para esse tipo de comportamento. Quando se olha o panorama das universidades brasileiras, a gente tem total clareza desse processo eficaz de apagamento do intelectual, que tem muita dificuldade de "sobreviver" no Brasil de hoje.

Encontro começa hoje

da Redação

O "Encontro Internacional 'O Mundo do Cidadão - um Cidadão do Mundo'", que homenageia o geógrafo Milton Santos, acontece de hoje a quarta-feira, no departamento de geografia da USP. Durante o encontro, coordenado por Maria Adélia de Souza, serão proferidas conferências de Octávio Ianni (hoje); do espanhol Joaquim Bosque Maurel e do francês Jacques Levy (amanhã); dos américa-

nos Sassia Sasken e Richard Peet (terça-feira) e de Maria de Azevedo Brandão e Milton Santos (quarta-feira).

Haverá também uma série comunicações livres e mesas redondas, de que participarão, entre outros, Marilena Chatil e Olivier Dollffus (França).

O encontro deve reunir mais de 600 participantes.

O departamento de geografia fica na av. Prof Lineu Prestes, 338, na Cidade Universitária. Informações pelos tels. 011/818-3772 ou 818-3775.

Folha - Como a chamada globalização afeta as universidades?

Santos - Creio que o processo de globalização, sobretudo para as universidades periféricas (se não tomarem cuidado), pode ser fatal para as universidades. Não estou dizendo com isso que elas deixem de parecer grandes, de ter uma grande produção chamada científica. Estou me referindo ao papel de conhecimento do presente e de vontade de penetrar, no futuro, que deveria ser o trabalho da universidade.

Nos países do Terceiro Mundo quase não há universidades globais. A USP, que é a maior da América Latina, não é propriamente global. Porque as idéias criadas aqui não se impõem ao resto do mundo. O processo de globalização, dando enorme força ao mercado global, que tem um comando sobre a atividade acadêmica no mundo inteiro, atrela os pesquisadores a um modelo chamado global, mas que é global para algumas empresas e, por conseguinte, enfraquece a capacidade de descoberta e de crítica dos que participam da universidade.

No caso brasileiro a coisa é muito grave, porque as universidades, pelos seus corpos dirigentes, encorajam esse processo de submissão. A própria forma de avaliação da atividade acadêmica, o convite repetido e a pressão para parecer, Norte, a começar pelo teor dos relatórios, podem levar a universidade a um processo de destruição a partir de dentro. Hoje a gente discute as ameaças externas à universidade e discute pouco as ameaças internas, que são muito graves.

Folha - Essas ameaças partilham dos setores que dirigem a universidade?

Santos - Eles não têm consciência disso, o que também é grave. Essa falta de consciência vem do fato de as universidades estarem criando uma espécie de grupo dirigente permanente, espécie de bu-

ro-professores que se reproduzem e só pensam nisso, e cuja reprodução é independente da universidade que produz, trabalha e pensa. Esse divórcio crescente entre uma universidade que quer pensar e uma universidade que quer mandar somente pode gerar resultados terríveis para a vida acadêmica.

Folha - Como escapar disso?

Santos - Haveria uma solução: que tudo o que dependia da chamada política universitária ficasse nas mãos desses buro-professores. Mas que houvesse instâncias mais intelectuais que escapassesem. O que porém está se dando é que essas próprias instâncias intelectuais estão sendo cada vez mais tomadas pelos buro-professores, porque tudo se transforma numa espécie de monopólio.

Acredito que uma das possibilidades para as universidades se abrirem a idéias mais audaciosas estaria em que os partidos pudessem ter intelectuais. Não digo somente os de esquerda, mas também os partidos de direita. O que é delicado hoje na vida política do Brasil é que os partidos não querem mais ser políticos, são partidos eleitorais. Basta ver a mesmice da campanha para prefeito aqui. Todos falam a mesma coisa, porque renunciaram a ser políticos. Atualmente estamos condenados ao pequeno debate, às pequenas postulações, à manifestação pública de rixas menores, que não têm qualquer papel educativo e por conseguinte atrasam o processo. A esquerda tem essa enorme dívida com o país, porque ela não tem sabido fazer o debate nacional.

As eleições se tornaram um ato de consumo eleitoral. Os candidatos são vendidos como produtos, e os eleitores processam a campanha eleitoral como um convite a consumir o seu próprio voto — e é o que fazem —, e isto está ligado ao tipo de regime que temos no Brasil, a democracia de mercado.

Folha - Recentemente o senhor recebeu em sua casa a visita de Gilberto Gil, que o entrevistou. Poderia falar sobre o que tratou a conversa?

Santos - A conversa foi sobre tudo em torno de como melhorar, da parte dos intelectuais orgânicos, como é Gilberto Gil e, apesar de ser universitário, imagino que eu também seja, a capacidade analítica para produzir um discurso que possa ser base de um discurso político. Mesmo sem esse nome, que todo discurso intelectual também é um discurso político. A idéia, que eu havia exposto numa conferência na Câmara Municipal de Salvador, quando Gil era vereador, é de que depois da era da tecnologia vamos entrar na era demográfica.

Folha - O que seria isso?

Santos - A era do homem, da população, das pessoas. E eu acho que nós já estamos entrando nessa era demográfica.

Folha - Mas sem jogar fora as conquistas da tecnologia?

Santos - Ah, é impossível, as conquistas da tecnologia são irreversíveis, como existência. O que a gente tem de reverter é a forma como elas são usadas. Nós vivemos hoje a era do dinheiro em estado puro, logo, a tecnologia toda é usada a serviço do dinheiro em estado puro. A idéia, então, é que toda essa parafernália tecnológica extraordinária seja utilizada a serviço do homem. E sob o comando do homem e não mais sob o comando das finanças.

Folha - Isto dependeria de quê?

Santos - Vai depender de que a universidade preencha o papel que desejamos que ela tenha, de que os governantes redescubram a nação e acreditem nas suas próprias nações, vai depender da ampliação da moralidade internacional, enfim. Nesse particular, creio que a produção do discurso vai ter um papel extraordinário.

Fernando Conceição é jornalista, doutorando na Escola de Comunicações e Artes da USP e professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. **E-mail:** fcon@usp.br

A entrevista feita por Gilberto Gil e Milton Santos estará disponível brevemente no site <http://www.gilbertogil.com.br>

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex^a será atendido na forma do nosso Regimento.

Encerrada a fase da comemoração do Dia da Alimentação, passamos à lista de oradores.

O SR. HENRIQUE LOYOLA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Tem V. Ex^a a palavra por cinco minutos.

O SR. HENRIQUE LOYOLA (PMDB – SC) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho alguns artigos dos jornais de Santa Catarina e Paraná em com manchetes sobre incidente ocorrido na divisa dos dois Estados.

Na última sexta-feira, dia 11 de outubro, vivenciei com minha família e centenas de outras pessoas cenas típicas do filme: *Um dia de fúria*. Quem tentou cruzar a divisa de Santa Catarina com o Paraná pela BR-376 (BR-101 do lado catarinense) enfrentou transtornos desagradáveis.

Na véspera, quando eu partia de Brasília para o meu Estado, às 23 horas de quinta-feira, presenciei uma fila de quilômetros. Pensei que se tratava de algum acidente rodoviário. No entanto, no dia seguinte, cheguei com minha família em São Paulo às 13 horas e 50 minutos e apenas às 16 horas e 20 minutos consegui liberar-me do tráfego.

Depois de enfrentar esse desagradável episódio, tentei remover das pessoas envolvidas no procedimento aquele problema que estava sendo criado com a retenção de todas as viaturas na BR-376. Indistintamente, veículos, ônibus, caminhões ou o que quer que fosse eram revistados, numa ação de fiscalização de animais vivos, sementes, mudas, madeiras, gatos, sapatos, ou seja, tudo o que fosse possível "fiscalizar", apenas com o intuito de conseguir espaço na mídia nacional, em detrimento do bem-estar da população, provocando um engarrafamento de seis quilômetros. Fala-se que o engarrafamento chegou a vinte quilômetros.

O episódio, em verdade, foi uma ação do Governo paranaense em represália ao meu Estado de Santa Catarina, que, há cerca de um mês, proibiu a entrada de animais no Estado para evitar a contaminação dos rebanhos catarinenses com febre aftosa.

Se nos conscientizarmos de que estamos ingressando em pleno século XXI com a supremacia da irracionalidade sobre o bom senso, e com o agravante de tratar-se de uma autoridade constituída e responsável pelo destino de outras pessoas, torna-se um fato preocupante.

Na oportunidade, encareço aos nobres Líderes do Governo no Senado e no Congresso que intermediem a solução desse problema, que, segundo informações, deve perdurar por mais dez dias.

Neste nosso regime democrata, trata-se de um fato diferente e grave a retenção de pessoas numa estrada de rodagem, em virtude de um decreto do Governo do Estado do Paraná, em detrimento de toda uma população que nada tem a ver com a briga dos porcos.

Obrigado pela atenção.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR HENRIQUE LOYOLA.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Na sexta-feira última, dia 11 de outubro, vivenciei, com minha família, e centenas de outras pessoas, cenas típicas do filme: *Um dia de fúria*.

Sob sol escaldante, pais nervosos por compromissos perdidos, filhos chorando de fome e sede, mercadorias perecíveis foram jogadas na rua em protesto, ameaças de agressão aos fiscais, buzinacos, enfim, um pandemônio que durou mais de duas horas de paralisação numa rodovia federal.

Quem tentou cruzar a divisa de Santa Catarina com o Paraná através da BR-376 (BR-101 pelo lado catarinense) enfrentou transtornos desagradáveis. Tratava-se de uma fiscalização de animais vivos, sementes, mudas, madeiras, gatos, sapatos, ou seja, tudo o que fosse possível "fiscalizar", apenas com o intuito de conseguir espaço na mídia nacional, em detrimento do bem-estar da população, provocando um engarrafamento de seis quilômetros.

O episódio em verdade foi uma ação do governo paranaense em represália ao meu Estado de Santa Catarina, que há cerca de um mês proibiu a entrada de animais no estado para evitar a contaminação dos rebanhos catarinenses com febre aftosa.

Senhor Presidente e nobres colegas,

Seria tolerável se o movimento fosse reivindicatório de alguma classe trabalhadora se indispondo contra o Estado ou contra o Governo Federal. Pôrém, é inconcebível quando constatamos que foi uma ordem emanada por uma autoridade em represália à medidas comerciais de outro estado.

Se nos conscientizarmos que estamos ingressando em pleno século XXI com a supremacia da irracionalidade sobre o bom senso, e com agravante de tratar-se de autoridade constituída e responsável pelo destino de outras pessoas, torna-se um fato preocupante.

Na oportunidade encareço aos nobres líderes do governo no Senado e no Congresso que intercedem a solução deste problema que, segundo informações, deve perdurar por mais 10 dias.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Henrique Loyola, o Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a delicada relação entre o Executivo e o Legislativo vem sendo ameaçada dia-a-dia pelo advento das medidas provisórias.

Lembro a este Plenário e a todos os que ouvem este pronunciamento que as medidas provisórias foram criadas porque fomos ter, ao que tudo indicava, um sistema parlamentarista, que não ocorreu. No plebiscito, ganhou o presidencialismo e ficamos com as medidas provisórias colocadas em nossa legislação de modo muito forte.

Tenho dito desta tribuna que este é o único País do mundo onde o Presidente pode imaginar uma lei, publicá-la durante a noite no *Diário Oficial*, e, no dia seguinte, 150 milhões de habitantes são obrigados a cumpri-la.

Agora mesmo houve mais um evento: o Governo cuidou da administração pública mediante a emissão das Medidas Provisórias nºs 1.522, 1.523 e 1.524 e dos decretos que as regulamentam.

Essa é uma situação difícil, Sr. Presidente, pois está tramitando no Congresso quase uma centena de medidas provisórias. No ano passado recebemos 402 medidas provisórias. Desses, 67 foram debatidas em reuniões; 32 Comissões foram instaladas além dessas 67, e as Comissões que deveriam apreciar outras 370 MPs não chegaram a ser instaladas. Das medidas apreciadas, 14 foram aprovadas e 31 foram revogadas. Se tivesse havido reuniões para debater todas as 402 MPs, não teria sido possível realizar sessão no Senado nem na Câmara dos Deputados, portanto, as duas Casas estariam inteiramente paralisadas.

Lembro o caso específico do Proer, que completará um ano no próximo mês-convidou todos para a comemoração do aniversário do Proer – e será extinto, pois foi criado com a duração de um ano. Vejam bem: decorreu um ano inteiro, e nós não conseguimos votá-lo no Congresso Nacional.

Outras duas medidas completam três anos. São as medidas provisórias mais definitivas que conhecemos. Uma dispõe sobre Letra do Tesouro e outra, sobre privatização.

No caso específico da medida que trata do funcionalismo público, o choque foi muito maior, porque ela se sobrepõe em alguns aspectos a pontos contemplados no Projeto da Reforma da Previdência, já aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal.

Tenho sempre buscado "empatizar" a situação do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sabem o Sr. Presidente e os Srs. Senadores que "empatizar" significa entrar no pélo, na pele de outrem. Pois bem: "empatizando" o Presidente, não sei se não faria o que Sua Excelência tem feito, já que o Congresso nem sempre tem agido com a velocidade que a Nação espera. O Congresso não tem um alto conceito – e com justa razão – na avaliação dos eleitores e dos cidadãos deste País.

Ainda hoje, ao analisar a reforma política a ser efetuada no País, espantei-me ao verificar que, nos quinze primeiros meses desta Legislatura, 95 parlamentares mudaram de partido; que, nos três últimos meses da última Legislatura, 236 parlamentares mudaram de partido, sendo que um deles chegou a mudar de partido sete vezes.

Temos, ainda, problemas sérios de representação: um eleitor de Roraima vale vinte eleitores paulistas. Há, dessa forma, muito a ser feito. Talvez nós, parlamentares, tenhamos de fazer uma reforma antes de qualquer outra, qual seja, a da regulamentação das medidas provisórias. Temos de reformar isso já. E por quê, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores?

O Presidente da República tem pressa e age; e, às vezes, ao fazê-lo, no bojo de uma medida saem algumas incoerências, como nesta de que tratamos – e, ainda assim, penso que agiria da mesma forma.

Ao mesmo tempo em que aplaudo a coragem de Sua Excelência, pois nunca vi um Presidente tão corajoso a ponto de editar uma medida como essa às vésperas de um segundo turno, principalmente quando, em capitais importantes, o seu partido está concorrendo, gostaria de registrar um aspecto lastimável dessas medidas provisórias. Refiro-me ao caso dos funcionários públicos aposentados, que, por via de procedimentos lícitos e à luz da ordem institucional vigente, retornaram ao serviço público, e cuja situação funcional foi objeto de duas emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados, em dois turnos de votação, com quorum qualificado, no âmbito da Reforma que ora tramita nesta Casa.

Na realidade, a situação funcional de que estamos tratando pôde ser introduzida a partir da promulgação da Constituição de 1988 – uma vez que, nas Constituições anteriores, havia a vedação expressa. Isso ocorreu mediante emenda oferecida pelo saudoso Nelson Carneiro e acatada pelo eminente Relator, o nobre colega Bernardo Cabral.

Ainda no Governo Sarney, a Advocacia-Geral da União, ao ser provocada pela matéria, exarou parecer favorável à manutenção do **status quo** sob o entendimento de não haver óbice constitucional à acumulação de proventos de aposentadoria com vencimentos, porquanto não havia vedação expressa no texto constitucional em vigor. Desde então, esse tem sido o entendimento esposado pelos maiores nomes do Direito brasileiro. Aliás foi, com base no referido parecer, que o próprio Senado Federal, a Procuradoria da República, a Câmara dos Deputados, entre outros passaram a dar posse aos aprovados egressos do serviço público na condição de aposentados.

Em artigo publicado na coluna de Janio de Freitas, no jornal **Folha de S.Paulo**, de hoje, dia 16 de outubro, intitulado *Os fora da lei*, com muita propriedade, o articulista denuncia a violação do Estado de Direito no caso em pauta, já que o pacote de medidas provisórias editado no dia 14 desrespeita direitos adquiridos, ao atropelar o vitorioso processo negociado na Câmara dos Deputados, mediante a introdução do mecanismo de opção voluntária, que de voluntário tem apenas o nome.

Esse mecanismo, ou melhor, essa determinação da medida provisória vem também ferir o princípio do meu Partido de que direitos adquiridos têm de ser mantidos. Que se faça a regra para os novos, mas quem já prestou concurso e teve consolidado o seu direito não pode perdê-lo de uma hora para outra.

No pacote, estabeleceu-se que, até o dia 14 de novembro, os funcionários devem abrir mão da aposentadoria conquistada como direito legítimo ou do cargo legalmente exercido como direito legítimo.

Ora, na prática, será criada uma situação esdrúxula, uma vez que, se optar pelos proventos, o servidor trabalhará de graça, o que é expressamente vedado pela Lei nº 8.112, de 1991 (é proibido o trabalho não remunerado), se optar pelos vencimentos, o Estado estará impedido de proceder ao indispensável pagamento dos serviços, procedendo à imediata suspensão do pagamento pela atividade atual. Dessa forma, está estabelecido o impasse.

A opção voluntária, no caso, não é voluntária, nem é opção: é a cassação de um direito protegido pela lei e pela Constituição.

Logo, é a violação das garantias que caracteriza e define a quebra do Estado de Direito e, com isso, põe o próprio Governo fora da lei e do regime constitucional democrático.

Sensível às múltiplas interfaces da questão e zelosa por dever de ofício no que tange ao Estado de Direito, entendeu a Câmara dos Deputados de preservar os direitos adquiridos, mediante a introdução de emenda reconhecendo a situação jurídica perfeita daqueles que se submeteram a concurso público, ao abrigo da atual Constituição, por ocasião da votação da reforma da Previdência.

Por outro lado, igualmente sensível às razões do Governo para coibir a continuação da prática, cuidou ainda aquela Casa de adicionar outra emenda ao projeto retromencionado, estabelecendo expressa vedação da conduta após a promulgação da emenda constitucional que trata da Previdência.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, não pretendemos exaurir a questão nesta oportunidade, mesmo porque entendemos ser o mérito objeto a ser discutido, apropriadamente, quando estivermos tratando da reforma da Previdência o qual deverá ocorrer logo após a eleição de 15 de novembro.

O objetivo principal de termos ocupado esta tribuna, na tarde de hoje, diz respeito à necessidade de acusarmos o duro golpe desfechado pelo Executivo no Congresso Nacional e, principalmente no Senado Federal ao atropelar o processo legislativo iniciado com a recepção do texto iniciado na Câmara dos Deputados, desqualificando, inclusive, o longo trabalho por aquela Casa e frustrando qualquer possibilidade de tratamento mais sério dos pontos já aprovados, em análise no Senado Federal e agora objeto das referidas medidas provisórias.

Penso, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores que é chegada a hora de regulamentarmos as medidas provisórias. Oito Senadores elaboraram projeto de lei a respeito. Tudo foi consolidado numa Comissão de onde um relatório foi retirado pelo Senador Josaphat Marinho e encaminhado às Lideranças.

Na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania o nobre Senador José Fogaça foi encarregado de estudar a matéria e, inclusive, já fez o relatório. Precisamos votar essa matéria. Não adiante

ficarmos acusando o Presidente da República disso ou daquilo. O Presidente tem de administrar. Quem faz, comete erros, e, nesse aspecto, esse foi um. No bojo de muitas medidas com muitas ações, destaco apenas uma ação, porque fere a legislação, que deveria ser retirada quando da reedição, pois não acredito que vamos conseguir votá-la em tempo hábil, até porque temos o segundo turno das eleições municipais.

De qualquer modo, não se pode culpar a Presidência da República. Temos de culpar a nós mesmos, pois ainda não tivemos a coragem de votar essa matéria. Temos de votá-la e deixar o Presidente com os instrumentos necessários para casos de extrema necessidade e de grande importância, não para coisas rotineiras.

O País, sei, clama por pressa. A globalização, não só do País, em termos de seus Municípios e Estados, mas em termos de todos os países do mundo, com o grande progresso da comunicação, clama por urgentes modificações – tributárias, administrativas, políticas etc.

Hoje mesmo o Governo enviou ao Congresso Nacional – sei que o Senador Romeu Tuma vai falar desse tema daqui a pouco – uma legislação sobre o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. É um desafio para nós. Temos que votá-la antes do final do ano, até 31 de dezembro, para que passe a vigorar já a partir de 1º de janeiro de 1997. Se o Congresso não for ágil, dará um testemunho de que as medidas provisórias precisam continuar a existir. Se isso não mudar, o Congresso Nacional será sempre um Poder menor, de pouca importância, uma vez que a nacionalidade e as suas várias facções não estarão aqui representadas. Então, precisamos tomar uma decisão.

Ao encerrar, deixo meu apelo ao Presidente da República, caso essa matéria não seja votada em tempo hábil, para que sane o problema quando da sua reedição, pois esse aspecto fere a Constituição quando retira um direito já consolidado, claro e antigo. Isso não pode acontecer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nobre Senador Ney Suassuna, gostaria que V. Ex^a, caso lhe seja possível, reassumisse a Presidência.

O SR. NEY SUASSUNA – Certamente, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Ney Suassuna, Srs e Srs. Senadores, durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decorrência de uma questão de ordem levantada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, foi consultada a Presidência da Comissão sobre o processo das medidas provisórias. O Senador José Fogaça teve a oportunidade de esclarecer o assunto a todos os presentes. Hoje, felizmente, tivemos a presença de 22 Senadores na Comissão; praticamente todos os titulares lá estiveram, e se discutiram assuntos importantes e aprovaram matérias que necessitam de pressa, como V. Ex^a pediu.

O Senador José Fogaça, rápido naquilo que lhe é dado a providenciar, em dez dias fez o relatório e devolveu a matéria à Comissão, e o Presidente Iris Rezende informou que na próxima reunião a colocará entre as matérias importantes a serem discutidas.

Sei da importância da matéria. As medidas provisórias têm ficado por aqui, como diz V. Ex^a, por um, dois, três anos. A responsabilidade não é do Executivo, é nossa, que não tomamos a necessária cautela para tentar aprová-las em tempo hábil ou limitarmos a sua edição.

Hoje, como V. Ex^a fez referência, estivemos pela manhã no gabinete do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e lá, na presença do Secretário Pedro Parente e do Secretário da Receita, Everardo Maciel, foi apresentada a exposição de motivos encaminhando a matéria ao Presidente da República. São 58 itens esclarecendo os artigos, em número de 81.

As modificações são importantes e dizem respeito à modernização que a Receita procura dar à apuração e cobrança dos impostos e à fiscalização inclusive controle dos paraísos fiscais. Quanto a isto: não vou entrar no mérito, porque com uma simples leitura não podemos analisar dados importantes, principalmente no que diz respeito à pessoa jurídica. A matéria foi encaminhada hoje à Câmara, e só foi comunicado pelo Ministro Pedro Malan.

A reunião, da qual V. Ex^a participou, Sr. Presidente, foi bastante tranquila, aberta, e procurou-

se responder a todas as perguntas. Além disso, o Secretário Everardo Maciel deverá comparecer a reuniões com todos os partidos, segundo compromisso assumido no Ministério, para esclarecer toda e qualquer dúvida.

Com isso, acredito que haverá tempo hábil para a aprovação da medida até o final do presente exercício, para que passe a vigorar em janeiro do próximo ano.

Eu já vinha me preocupando com fatos que a Receita vem procurando coibir, e para isso é necessário embasamento jurídico e legal, tanto para o Banco Central, como para a Receita.

Serei breve, porque sei que o Senador Freitas Neto tem um assunto importantíssimo a tratar. Queria apenas fazer referência aos empréstimos externos pela antiga conta CC-5, registrados até agosto deste ano, Sr. Presidente, que demonstraram uma redução de cerca de US\$762 milhões.

O controle dessa conta CC-5, hoje feito pelo Banco Central, por pressão de uma série de segmentos importantes, permite verificar capitais clandestinos que entravam no País apenas para a lavagem de dinheiro. Com esse controle e com a identificação dos paraísos fiscais pela Receita Federal, se essa legislação for aprovada, após discussão e modificação daquilo que for importante, acredito que a atuação da Receita Federal melhorará. E já se vê um pequeno resultado com as providências do Banco Central.

A Folha de S.Paulo traz o rastreamento dos paraísos fiscais, onde a alíquota do Imposto de Renda é menor, e lucros de brasileiros são transferidos apenas com o objetivo de diminuir a carga tributária nesses paraísos.

Outra coisa que também é importante e me assusta, Sr. Presidente, é a matéria que o jornal **O Globo** publicou esta semana, trazendo a manchete: Portas Abertas para as Armas no Rio. V. Ex^a é representante da Paraíba, mas tem uma parcela da sua vida, seus filhos, morando no Rio de Janeiro, conforme V. Ex^a, por várias vezes, tem-se pronunciado com inteligência neste Plenário.

Diz o jornal **O Globo** que a "policia rodoviária determinou que os ônibus coletivos vindos do Paraguai não poderiam mais ser revistados", devido às denúncias de corrupção junto aos sacoleiros, pois muito do contrabando de armas vem por essa forma.

A relatoria do projeto que cria o Sistema Nacional de Controle de Armas, que trata da criminalização do porte ilegal de armas, do tráfico de armas e de todas as matérias que se referem ao processo do

controle de armas, fará, em breve, alguns pronunciamentos a respeito.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, já conversei com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a possibilidade de convidar-se o Ministro-Chefe do EMFA para trazer ao conhecimento desta Casa matérias relacionadas à defesa do País. Dificilmente se discutirão no Senado essas questões, que contêm, no seu bojo, vários assuntos de interesse nacional, como, por exemplo, a divisão do Estado do Amazonas.

Recentemente, em reunião realizada com a cúpula dos exércitos do continente americano, foi discutida uma série de providências a serem tomadas em matéria de defesa, envolvendo, inclusive, um tema importantíssimo: o tráfico de drogas. As cúpulas do Brasil, da Argentina e de outros países do continente sul-americano rejeitam a proposta americana de envolvimento do Exército na luta contra o narcotráfico. Essas são, sem dúvida, matérias importantíssimas.

O Senador Antonio Carlos Magalhães já me disse ser favorável a esse convite. Creio que esta Casa tem a obrigação de acompanhar e de discutir esses temas.

Desculpe-me, Senador Freitas Neto, se avancei um pouco no meu tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Romeu Tuma, que estava inscrito antes de mim, pela gentileza de abreviar o seu pronunciamento, bastante importante, nesta tarde.

O Governo Federal acaba de tomar um conjunto de providências destinadas a reduzir o déficit público, buscando aproximar-se do equilíbrio orçamentário. São medidas fortes que visam, de acordo com o próprio Governo, proporcionar economia de aproximadamente R\$6,5 bilhões.

Compreendemos, como todo o País já comprehende, a necessidade de se procurar esse equilíbrio. Um programa sério de contenção do processo inflacionário dificilmente poderia conviver com déficits crescentes. Sem fugir à regra, o Plano Real inclui iniciativas bem-sucedidas de combate à inflação.

Seria supérfluo insistirmos nos méritos do Plano Real. Mais do que um programa econômico, o Real conseguiu não apenas conter a inflação, mas devolver a esperança ao povo brasileiro. Vivendo

hoje com as menores taxas de inflação em quase 40 anos, a população deste País ganhou novo alento.

O Brasil teve em setembro uma inflação de 0,07 por cento, o que não via desde dezembro de 1958. Esse índice não constitui algo isolado, pois a alta do custo de vida tem-se mantido abaixo de 1%. Tudo isso faz prever que se feche o ano com a inflação pouco superior a 10%, havendo até quem espere sua queda para apenas um dígito.

A partir daí, os brasileiros voltam a acreditar em um crescimento sustentado. Eliminadas as distorções decorrentes da inflação elevada, já começam a se delinear as condições para uma nova era de progresso, com a elevação dos padrões de vida e redução da pobreza endêmica.

Entretanto, em nenhum país se procedeu a um programa dessa natureza sem que se arcasse com um custo social. Há sempre uma conta a pagar, como preço pela retomada do equilíbrio que não virá sem uma reorganização das forças econômicas.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, se é compreensível que se deva fazer frente ao custo da política antiinflacionária, não é aceitável que ele se distribua de forma desigual entre os diversos segmentos da sociedade. Infelizmente, desde o início da execução do Plano Real esse desequilíbrio vem ocorrendo.

O pacote anunciado na última sexta-feira constitui mais um passo nesse sentido. Seu principal alvo é o funcionalismo público, que se vê privado de uma série de conquistas, embora algumas delas sejam efetivamente abusivas. Os tecnocratas preferem alçar indiscriminadamente essas conquistas de "privilegios", como se fossem incompatíveis com a justiça social. Nem todas são. Ao lado dos excessos, há entre elas algumas vantagens que constituem a forma encontrada para se corrigir injustiças feitas freqüentemente ao funcionalismo público.

Neste mesmo momento, é possível a qualquer um constatar que os servidores amargam gravíssimas perdas salariais. Estão sem qualquer tipo de reajuste há nada menos de 22 meses, desde janeiro de 1995. Nenhuma outra categoria profissional passa por algo semelhante.

A legislação que deu forma ao Plano Real reconheceu aos demais trabalhadores ao menos a reposição de uma parte das perdas decorrentes da inflação. Criou-se até um índice para se medir essas perdas, o IPC-r, aplicado durante certo período aos salários. Apenas os trabalhadores do setor público foram expressamente excluídos dessa correção.

A inflação acumulada desde janeiro de 1995 está em torno dos 40%, de acordo com os índices apurados por diferentes instituições. Isso significa que os salários vigentes naquela época perderam 40% de seu poder de compra.

Trata-se de tremenda injustiça contra os funcionários públicos. Nenhum outro segmento da sociedade brasileira perdeu tanto com a estabilização da economia. E, agora, a essas perdas vem somar-se o corte de diversas conquistas. Nem discuto, no momento, os efeitos desse corte sobre as contas públicas. Registro, apenas, que o funcionalismo vem arcando com a maior parte do custo da política de combate à inflação.

As consequências dessa injustiça que se pratica contra o funcionalismo público vão além de suas perdas salariais. Criou-se um clima extremamente negativo na administração federal. Os funcionários passaram a viver inquietos. É inevitável que sua insegurança tenda a refletir-se na qualidade dos serviços prestados. Em última análise, portanto, o usuário dos serviços públicos acaba pagando indiretamente pelos ônus impostos ao prestador desses serviços.

O processo não se esgota por aí. A pressão dirigida pelo Governo Federal contra seus funcionários tende a estender-se aos demais níveis de poder. Vêem-se hoje governadores e prefeitos a fazer o mesmo, aumentando o clima de insegurança e estimulando a deterioração dos serviços públicos em todos os níveis.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe efetivamente ao Governo Federal defender a todo custo a estabilidade da economia, preservando o Plano Real.

O País deseja a continuidade do plano. No entanto, cabe também ao próprio Governo a busca da justiça social. Não se conseguirá justiça quando se coloca sobre alguns poucos segmentos da sociedade todo o ônus decorrente do combate à inflação.

O servidor público virou, de repente, o grande vilão do déficit público. Um exame das contas nacionais mostra que não é tanto assim. A conta dos juros, por exemplo, tem peso bem mais expressivo na formação do déficit.

Além de tudo, contando o Presidente Fernando Henrique Cardoso com ampla maioria no Congresso, poderia o Governo ter encaminhado essas provisões ao Legislativo sob forma de projeto de lei. Haveria para isso a razão adicional de tramitar na Câmara a emenda constitucional da reforma administrativa, mas uma vez o Executivo abusa do instituto da medida provisória, diminuindo a importância

do Congresso Nacional, que tem colaborado – conforme reconhece o Presidente – na condução dos programas de sua administração.

Espero que no início do ano, período em que até há pouco se costumava corrigir os vencimentos do funcionalismo, o Governo faça justiça a seus servidores. Mesmo admitindo-se a necessidade de uma desindexação e, portanto, da correção dos salários nos estritos parâmetros da inflação passada, a remuneração do funcionalismo deve, por todas as razões, garantir ao menos a manutenção de seu padrão de vida.

Sr. Presidente, era o registro que eu gostaria de fazer na tarde de hoje. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Freitas Neto, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Sr. Ney Suassuna.

REQUERIMENTO N° 993, DE 1996

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n° 102, de 1995, de autoria do Deputado Álvaro Valle, que "Institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências."

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. – Senador Roberto Requião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O requerimento lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 3, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Ney Suassuna.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 230, DE 1996

Inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São incluídos, no núcleo comum dos currículos de ensino fundamental e médio, conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Brasil e o mundo têm adquirido consciência das amplas dimensões que hoje assume o abuso sexual de crianças e adolescentes, envolvendo alto faturamento do lenocínio e da pornografia. Segundo documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vivem em situação de pobreza mais de 70 por cento das vítimas encontradas em boates, casas noturnas e outros estabelecimentos. Cerca de 40 por cento das vítimas não têm pai nem mãe e 30 por cento das famílias são chefiadas por mulheres. Isso significa que o abuso recai especialmente sobre as camadas menos privilegiadas da sociedade, embora não isente as demais. Como uma das medidas para combater este grave problema, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente propôs recentemente que uma lei obrigue as escolas a incluam nos seus currículos, em todos os níveis, noções sobre direitos da criança e dos adolescentes e sobre violência sexual. Sem dúvida, a escola – em especial a obrigatória, ao nível do ensino fundamental – não pode se afastar da vida da comunidade e da sociedade. Ao contrário deve trazer para dentro do seu âmbito os problemas vividos pelos alunos ou à sua volta, permitindo que se tornem conscientes e se protejam na medida dos seus limites. Por isso, acolhemos sem demora esta proposta e apresentamos o presente Projeto de Lei.

Cabe esclarecer que esta Proposição legislativa não cria mais um componente curricular, o que teria consequências negativas dos pontos de vista pedagógico e econômico. Conforme recomendação da Unesco, para evitar a sobrecarga de currículos e programas, deve-se integrar os conteúdos do ensino segundo uma perspectiva interdisciplinar, incluindo o estudo de temas que constituem problemas da vida cotidiana por meio de centros de interesse e da apresentação de concei-

tos e métodos operatórios em situações dependentes de várias disciplinas. Com isso, evita-se a fragmentação dos currículos, a perda da unidade do conhecimento e, em decorrência, o fracasso escolar, já tão alto no Brasil, particularmente no ensino fundamental.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. –
Flaviano Melo.

(À *Comissão de Educação – decisão terminativa.*)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 1996**

Dispõe sobre a criação da Câmara Setorial de Turismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada no âmbito do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, a Câmara Setorial de Turismo, órgão integrante do Sistema Nacional de Turismo, com o objetivo de subsidiar a formulação da Política de Turismo.

Art. 2º Compõem a Câmara Setorial de Turismo:

I – o Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, na qualidade de Presidente;

II – o Secretário de Turismo e Serviços, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, na qualidade de Secretário-Executivo;

III – o Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo;

IV – um representante de cada um dos seguintes Ministérios e Órgãos:

- a) Casa Civil da Presidência da República;
- b) Justiça;
- c) Relações Exteriores;
- d) Fazenda;
- e) Transportes;
- f) Trabalho;
- g) Cultura;
- h) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- i) Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária;

V – um representante de cada região geográfica, indicados pelo Fórum de Secretários de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo;

VI – oito representantes paritários da iniciativa privada e dos trabalhadores do setor turístico, indicados por suas respectivas entidades nacio-

nais de classe e nomeadas pelo Ministério do Trabalho.

§ 1º Considera-se a participação na Câmara como serviço público relevante, não implicando qualquer forma de remuneração a seus membros pelo desempenho da atividade.

§ 2º Os representantes de que tratam os incisos IV a VI terão um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 3º No desempenho de suas atribuições, o órgão levará em conta, principalmente:

- a) a democratização do acesso ao turismo nacional;
- b) a ampliação do mercado de trabalho no setor;
- c) a municipalização do turismo;
- d) o incremento do fluxo turístico interno, pela ampliação de ofertas junto ao mercado internacional e, em especial, no âmbito do Mercosul;
- e) a criação, a consolidação e a difusão dos pólos turísticos, visando, em especial, ao desenvolvimento regional;
- f) a ampliação e a diversificação dos equipamentos e serviços turísticos;
- g) o estímulo ao aproveitamento dos recursos naturais e culturais, tendo em vista a valorização, a conservação e a preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico;
- h) o estímulo à competitividade dos agentes privados e governamentais do setor;
- i) o estímulo às micro, pequenas e médias empresas de turismo, tendo em vista a melhoria na qualidade e na eficiência de seus serviços;
- j) o estímulo na captação de eventos internacionais;
- l) a valorização de programas de capacitação profissional.

Art. 4º As reuniões, o funcionamento e o processo decisório da Câmara serão regulados por seu regimento interno.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Regovam-se as disposições em contrário.

Justificação

De acordo com dados do Departamento de Polícia Federal, utilizados pela Embratur para a elaboração do *Anuário Estatístico 1994-1995*, desta entrada no Brasil, entre

1990 a 1994, por todas as fronteiras, 7.030.551 turistas, correspondendo a uma média anual de 1.406.110 pessoas e a um incremento de 55,85%, no período.

Informações preliminares referentes a 1995, coletadas pela World Tourism Organization-WTO, sediada em Madri, que congrega 133 países visando à promoção e ao desenvolvimento do turismo, estimam que cerca de 1.800.000 visitantes estiveram em nosso País naquele ano, e que, em 1999, esse número chegará a dobrar ([Internet](http://www.world-tourism.org/braztour.htm) <http://www.world-tourism.org/braztour.htm>).

Isso não quer dizer que o nosso País, a par da realidade e de todo o seu potencial, venha explorando convenientemente essa fonte ímpar de captação de divisas de geração de empregos e de distribuição de renda.

A tabela abaixo reflete o quanto falta para atingir o patamar aproximado de outros países, economicamente mais desenvolvidos do que o Brasil, mas que nada oferecem de superior ao que aqui existe como atrativo arquitetônico, paisagístico, histórico ou cultural.

TABELA 1.

Fluxo de turistas (1.000 visitantes), em 1995, e em relação a 1994 (%).

País visitado	Visitantes Ingressados	Relação 94-95 (%)	Percentual do mercado
França	60.584	-1,19	10,69
Espanha	45.125	+4,38	7,96
EUA	44.730	-1,70	7,89
Itália	29.184	+6,20	5,15
China	23.368	+10,91	4,12
Inglaterra	22.700	+7,92	4,00
Hungria	22.087	+3,09	3,90
México	19.870	+16,11	3,50
Polônia	19.225	+2,26	3,39
Austrália	17.750	-0,80	3,13
Total mundial ¹	567.000	+3,80	
Brasil ²	1.800	+5,88	0,32

¹Fonte: WTO (<http://www.world-tourism.org/trends95.htm>)

²Fonte: Embratur, Política Nacional de Turismo. Diretrizes e Programas, 1996-1999.

A atividade turística se constitui, em diversos países, numa expressiva fonte de receita, como se observa na tabela a seguir. No caso brasileiro, ela gerou em torno de 1.950 milhões de dólares para a economia nacional, em 1995, representando um incremento de 8,33% em relação ao ano precedente.

TABELA 2.

Receitas com turismo receptivo (US\$ 1 milhão), em 1995, e em relação a 1994 (%)

País visitado	Receita	Relação 94-95 (%)	Percentual do mercado
EUA	58.370	-3,37	15,69
França	27.322	+6,61	7,34
Itália	27.072	+13,14	7,28
Espanha	25.065	+14,70	6,74
Inglaterra	17.468	+15,10	4,70
Austrália	12.500	-5,02	3,36
Alemanha	11.922	+7,49	3,20
Hong Kong	9.075	+9,11	2,44
China	8.250	+12,66	2,22
Cingapura	7.550	+6,83	2,03
Total mundial ¹	372.000	+7,20	
Brasil ²	1.950	+8,33	0,52

¹Fonte: WTO (<http://www.world-tourism.org/trends95.htm>)

²Fonte: Embratur, Política Nacional de Turismo, Diretrizes e Programas, 1996-1999.

Os dados mostram não apenas a tendência de crescimento desse mercado, no Brasil, mas também o quanto falta para que se alcancem níveis compatíveis com o potencial existente. Para tanto, é necessário, sobretudo, diagnosticar e planejar, como forma de atrair investimentos.

A proposta de se criar uma Câmara Setorial de Turismo vem nesse sentido.

Quando se fala em turismo, está-se referindo, a um só tempo, em inversões, em publicidade, em subsídios. Mas, também, em renda, em emprego, em distribuição de riqueza, em atração de capital a ser canalizado, inclusive, para os demais setores.

Ao se criar esse fórum, o que se pretende é reunir todos os segmentos envolvidos, com o propósito de oferecer elementos concretos para a formulação de uma política consistente para o desenvolvimento do turismo nacional.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. – Senador Júlio Campos, PFL-MT

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 1996

Denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada "Rodovia Governador Hélio Campos" o trecho da Rodovia BR-174 compreendido entre o Marco BV-8 e a divisa dos Estados do Amazonas e Roraima.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Hélio Campos exerceu, por duas vezes, o cargo de Governador do Território Federal de Roraima, nos períodos de 1967 a 1969 e de 1970 a 1974.

Como Governador do Território implantou as bases para transformação de Roraima em Estado, criando a Companhia de Água e Esgoto, a Companhia de Eletricidade e o Banco de Roraima.

Foi Deputado Federal por duas legislaturas, tendo sido Presidente da Comissão de Segurança Nacional, membro da Comissão de Finanças e da Comissão Especial da Amazônia.

Eleito Senador em 1991, sendo o mais votado, veio a falecer no início de seu mandato.

Por tudo que fez por Roraima, em todos os cargos exercidos com dignidade e honradez, Hélio Campos faz por merecer honraria maior que um busto no jardim, um nome de praça ou uma placa de rua.

Tal foi a largueza dos serviços prestados à terra que amou como poucos, que tão-somente uma rodovia com seu nome, cortando todo o território roraimense, teria significado correspondente à grandeza da sua vida e da sua obra.

Rodovia Governador Hélio Campos: não existe melhor forma de congelar sempre viva, no tempo e no espaço, a memória de um nome que Roraima deve reverenciar com gratidão e saudade.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. — Senador Romero Jucá.

(À Comissão de Educação — decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 233, DE 1996

Altera o art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 — Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União —, para determinar a obrigatoriedade da realização de concurso público por entidade

estranya ao órgão da Administração Pública cujos cargos serão objeto desse concurso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 8.112, de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11.

§ 1º O concurso será realizado por entidade estranya ao órgão público a que se vinculam os cargos cujo preenchimento se fará mediante essa forma de seleção.

§ 2º O descumprimento do estabelecido no § 1º implica a nulidade do concurso."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A obrigatoriedade do concurso público para o provimento dos cargos públicos efetivos, estabelecida pela Constituição Federal de 1988, foi um passo importantíssimo na difícil luta pela moralização e democratização do Estado brasileiro. Hoje, felizmente, estabeleceu-se amplo consenso na sociedade brasileira no sentido de que essa conquista não pode ser desprezada. Ao contrário, devemos valorizá-la e torná-la mais efetiva, conscientes de que os seus frutos serão cada vez mais expressivos.

O objetivo deste projeto de lei é contribuir para aprimorar o instituto do concurso público. Sabemos que hoje muitas vezes o próprio órgão interessado em contratar servidores, valendo-se do concurso, organiza e promove o certame. A nosso juízo, tal procedimento não colabora para a necessária transparência, essencial à moralidade, que o processo seletivo deve ter.

Acreditamos que não basta à Administração ser regular e correta, é necessário que assim pareça para a sociedade. A respeitabilidade do processo de seleção de servidores é essencial para que se reforce a autoridade da Administração, requisito de sua eficiência. Este projeto visa a que os concursos públicos sejam sempre realizados por entidade estranya ao órgão federal cujos cargos serão preenchidos mediante essa forma de seleção. Busca-se, com isso, contribuir para que esta importante conquista da Carta de 1988 ganhe consistência e efetividade, aperfeiçoando assim o funcionamento do aparelho do Estado.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1996. — Senador Jefferson Péres.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990****Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União.****SEÇÃO III
Do Concurso Público**

Art. 11. O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas conforme dispuseram a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu do Presidente do Conselho Federal de Contabilidade o Ofício nº 1.909, de 1996, de 10 do corrente, solicitando a indicação de um representante desta Casa, a fim de participar da solenidade de instalação do XV Congresso Brasileiro de Contabilidade, a realizar-se no dia 20 do corrente, em Fortaleza, Ceará.

Nesse sentido, a Presidência comunica ao Plenário que designou o Senador Lúcio Alcântara para representar o Senado naquele evento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em aditamento à convocação da sessão conjunta que será realizada terça-feira, dia 22 do corrente, às 19 horas, a Presidência comunica aos Srs. Senadores que a mesma será, também, destinada à apreciação de medidas provisórias.

Concedo a palavra como Líder, ao Senador Romero Jucá.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, há alguns dias vim a esta tribuna registrar a ida do Ministro da Justiça, Nelson Jobim, e do Chefe do Gabinete Militar, General Nelson Cardoso, a Roraima, para tratar especificamente de visita *in loco* e de entendimentos sobre a demarcação,

ou sobre a proposta de demarcação da área indígena Raposa e Serra do Sol, no norte do Estado de Roraima.

Essa proposta da Funai, apesar de atender a quatro etnias indígenas, ou seja, as comunidades indígenas Macuxi, Ingarikó, Tuaurepang e Wapixana, em um total de cerca de 10 mil índios. É uma proposta polêmica, porque prevê a demarcação de quase 1 milhão e 700 mil hectares de terras indígenas no norte do Estado de Roraima.

Se formos comparar esse espaço, por exemplo, poderíamos – só comparando a nível de território – dizer que esse espaço novo a ser demarcado é quase do tamanho do Estado de Sergipe. O Estado de Sergipe tem dois milhões de hectares e a proposta Raposa/Serra do Sol, cerca de 1 milhão e 700 mil hectares.

O Ministro teve a oportunidade de vistoriar as questões e o problema que se agrava com a disputa de terras entre índios e não índios.

Não estivemos com o Ministro depois de sua volta de Roraima, mas preocupados com a repercussão dessa questão, preocupados e vigilantes com os desdobramentos sociais, políticos e econômicos que essa proposta da Funai pode gerar para o Estado de Roraima, tivemos o cuidado, Sr. Presidente, eu como Senador do Estado, bem como os deputados federais Salomão Cruz, Elton Rohnelt e Luciano Castro, de apresentar ao Ministro da Justiça e à Funai uma proposta alternativa, para que haja efetivamente uma demarcação e, consequentemente, a garantia das terras indígenas, mas de uma forma possível e palatável para o Estado de Roraima.

Queremos os índios com as terras garantidas, mas queremos o Estado de Roraima pacificado; queremos o Estado de Roraima com progresso; queremos uma convivência pacífica e construtiva entre índios e não índios.

Portanto, apresentamos ao Sr. Ministro da Justiça, na data de hoje, uma proposta que prevê não a demarcação contínua da área Raposa e Serra do Sol, mas a demarcação das áreas por etnia, ou seja: a área Ingarikó demarcada como área indígena Ingarikó; a área Wapixana, demarcada como área indígena Wapixana; a área Macuxi demarcada como área indígena Macuxi. Por quê? Porque, dessa forma, é possível, primeiro, que cada comunidade indígena gerencie o seu próprio espaço, haja vista se tratar de culturas diferenciadas, de formas de viver diferenciadas, de momentos culturais diferentes; em segundo lugar, com a

demarcação por área indígena, teremos não a área contínua, acabando com dois municípios de Roraima – Normandia e Uiramutã –, mas, sim, a demarcação por áreas indígenas, resguardando-se espaços entre essas áreas, onde poderá continuar a viver a população branca e onde poderão se integrar normalmente, inclusive em atividades econômicas e na geração de empregos, índios e não índios.

Tivemos o cuidado, então, de encaminhar ao Sr. Ministro da Justiça a proposta de demarcação da área indígena Ingárikó, bem como a de demarcação da área indígena Raposa Maturuca.

Dessa forma, entendemos que, infelizmente, suprimos uma lacuna. Já que o Governo do Estado de Roraima não se preocupou em apresentar uma proposta alternativa, nós, Parlamentares Federais, estamos entregando ao Ministro da Justiça uma proposta baseada no estudo técnico feito pelo Professor Alcir Gursen de Miranda. Estamos anexando também a essa proposta um relatório detalhado pela Comissão da Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar os procedimentos relativos à demarcação das terras indígenas e às questões decorrentes desse processo. Essa Comissão, presidida pelo Deputado Sarney Filho, foi ao Estado de Roraima.

Queremos registrar, por fim, que não somos contra a demarcação das áreas indígenas, pelo contrário, como ex-Presidente da Funai, como Senador de Roraima, como convededor e defensor da questão indígena, somos favoráveis à demarcação das áreas indígenas, mas, voltamos a repetir, não podemos, por conta de uma disputa, jogar índios e não índios na vala do conflito, na vala da violência, inclusive com mortes, como tem acontecido em Roraima.

Esperamos, portanto, que o Ministro Nelson Jobim e a equipe técnica da Funai avaliem essa proposta. Com a visita que o Ministro fez em campo, S. Ex^a tem a consciência de que é preciso um processo de entendimento e de pacificação para demarcar as áreas indígenas de Roraima. Não é palatável, não é possível, não é prudente a demarcação integral da área indígena Raposa e Serra do Sol. Se isso ocorrer, estamos alertando, na nossa proposta, que se aprofundará um fosso tremendo entre as populações indígenas e as não indígenas.

Estamos também propondo ao Ministro alguns pontos que eu gostaria de relatar por serem importantes:

1 – A necessidade de uma decisão rápida sobre a questão, já que a população envolvida não agüenta mais o clima de disputa e de pré-conflito, que só agudiza a relação entre a comunidade índia e não índia e entre os próprios índios.

2 – A definição das áreas de atuação indígena e a conseqüente demarcação das reservas por et-

nias, garantindo às comunidades a sua efetiva gestão sobre cada área.

3 – O levantamento da necessidade efetiva da remoção de fazendas e ocupação de não índios, mesmo quando for o caso, com a indenização justa das referidas benfeitorias. É bom lembrar que existem, em Roraima, pendências anteriores de indenização de benfeitorias de outras áreas indígenas, já com mais de 10 anos de atraso.

4 – A implantação de um processo de desenvolvimento para a região, com apoio na melhoria de qualidade de vida, tanto para a comunidade indígena quanto para as comunidades não indígenas, com a participação do Governo Federal por meio de programas, como o Comunidade Solidária.

5 – Definição de um novo perfil produtivo e econômico para a região norte do Estado de Roraima, que será majoritariamente composta de áreas indígenas, ocorrendo a demarcação proposta. Esse fato é de fundamental importância, já que as áreas de Normandia e Uiramutã eram tradicionais setores produtivos e foram desestruturadas com as pendências em questão.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de solicitar que fizesse parte deste meu pronunciamento o ofício encaminhado ao Ministro e os relatórios anexos.

Por fim, já que estou tratando da questão indígena, gostaria de registrar que estamos na perspectiva de um novo conflito na área do Xingu. Os índios estão protestando contra a invasão daquele parque. Não só os Txucarramãe, que normalmente são mais belicosos, mas também outros índios que são considerados mais pacíficos estão começando a se revolver. Cito os índios Caiabi além de outros que ocupam diferentes áreas do parque, que questionam a demarcação e a concepção da formação do Parque Indígena do Xingu.

Faço um alerta: a Funai e o Ministério da Justiça precisam estar atentos à questão indígena brasileira. Infelizmente, em vários pontos começam a surgir focos de agressões, de disputas, de invasões de terras indígenas, enfim, de violência, o que nos preocupa como ex-Presidente da Funai.

Apelo ao Presidente da Funai e ao Ministro da Justiça para que dotem aquele órgão de condições para proteger o índio, demarcar o restante das terras indígenas e, enfim, resgatar a dívida brasileira com os povos indígenas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Of. nº 166/96 - GSRJ

Brasília, 16 de outubro de 1996

Senhor Ministro,

Nós, abaixo assinados, parlamentares federais pelo Estado de Roraima, estamos vigilantes e preocupados com os desdobramentos do processo de demarcação da área indígena Raposa e Serra do Sol, que pretende, segundo laudo da FUNAI, a demarcação contínua das áreas indígenas onde se encontram índios da etnia Macuxi, Ingarikó, Taurepang e Wapixana, num total de 1.678.800 ha, para uma população de cerca de 10.000 índios.

Como parlamentares e representantes de toda a população de Roraima, inclusive as comunidades indígenas, entendemos e apoiamos a necessidade de uma solução de demarcação para garantia das terras de ocupação dos índios, mas entendemos também, e gostaríamos de expor esta questão, que o processo de garantia de terras indígenas precisa ser conduzido dentro de um espírito de negociação e pacificação do Estado de Roraima.

Essas terras devem significar para os nossos índios progresso, respeito e a possibilidade de um futuro em harmonia com toda a população de Roraima e não a disputa, a violência e a morte.

Infelizmente, estes fatos lamentáveis têm ocorrido, pela falta de proposta e de atuação, principalmente do governo estadual.

Entendemos que a demarcação pura e simples da área contínua Raposa e Serra do Sol, será um fator de conflito e de ampliação do desequilíbrio na relação entre os índios e não índios de Roraima.

A permanecer o laudo e a demarcação proposta pela FUNAI, estariam inviabilizados, inclusive, dois municípios de Roraima, que são os de Normandia e Uiramutã.

Portanto, para uma solução viável, permanente e pacificadora há de se levar em conta:

Exmº Sr.
Dr NELSON JOBIM
DD. Ministro de Estado da Justiça
Brasília - DF

1 - A necessidade de uma decisão rápida sobre a questão, já que a população envolvida não agüenta mais o clima de disputa e de pré-conflito, que só agudiza a relação entre a comunidade índia e não índia, e até entre os próprios índios.

2 - A definição das áreas efetivamente de atuação indígena e a consequente demarcação das reservas por etnias, garantindo às comunidades a sua efetiva gestão sobre cada área.

3 - O levantamento da necessidade efetiva da remoção de fazendas e ocupação de não índios, inclusive quando for o caso, com a indenização justa das referidas benfeitorias. É bom lembrar que existem pendências anteriores de indenização de benfeitorias de outras áreas indígenas, já com mais de 10 anos de atraso.

4 - A implantação de um processo de desenvolvimento para a região, com apoio na melhoria de qualidade de vida, tanto para a comunidade indígena quanto para as comunidades não índias, inclusive com a participação do Governo Federal através de programas como a Comunidade Solidária.

5 - Definição de um novo perfil produtivo e econômico para a região norte do Estado de Roraima que será, majoritariamente composta de áreas indígenas, ocorrendo a demarcação proposta. Este fato é de fundamental importância já que a área de Normandia e Uiramutã eram tradicionais setores produtivos e foram desestruturadas com as pendências em questão.

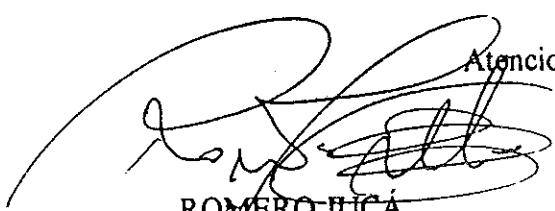
Isto posto, tomamos a liberdade de anexar, para avaliação de V. Ex^a, proposta do Deputado Salomão Cruz em decorrência de estudos técnicos realizados na área, que propõe a solução para a demarcação referida região, através das áreas indígenas.

I - INGARIKÓ

II - RAPOSA MATURUCA

Vale salientar que os estudos técnicos, que tratam desta proposta, detalhados pelo professor Gursen de Miranda, encontram-se à disposição do Ministério da Justiça.

Certo da atenção de V. Ex^a, nos colocamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários, ao tempo em que renovamos protestos de consideração e apreço.


Atenciosamente,

ROMERO JUCÁ

Senador

ELTON ROHNELT

Deputado


SALOMÃO CRUZ

Deputado

LUCIANO CASTRO

Deputado

Gabinete do Deputado **SALOMÃO CRUZ**

Brasília-DF, 20 de março de 1996.

Senhor Deputado,

Considerando o relatório parcial apresentado por Vossa Excelência na Comissão Especial Sobre a Demarcação de Áreas Indígenas, permita-me oferecer alternativa sobre demarcação da Área Indígena **Raposa Serra do Sol**, no Estado de Roraima.

A proposta que estou apresentando, fundamenta-se em estudos já realizados pela **FUNAI** e cientistas da área social, observando-se, principalmente, uma visão étno-histórica dos indígenas no extremo norte de Roraima.

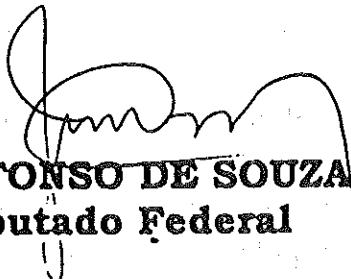
Cabe ressaltar que a Área **Raposa Serra do Sol**, definida por muitos de forma contínua, é habitada por várias etnias, com diferentes usos, costumes, crenças e tradições, peculiares de cada Grupo, como por exemplo, os **Ingarikós**, uma tribo ainda em vias de integração que veneram o Grande Pai **Macunaima**, diferente das manifestações religiosas das demais etnias. Além destes, existem pouquíssimos **taurepangs**, poucos **wapixanas** e um número razoável de **macuxis**, todos índios integrados, ou seja, incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, embora, ainda, conservem alguns usos, costumes e tradições, característicos da sua cultura primitiva.

Por estas e outras razões, não se pode e não se deve, por uma questão de justiça social, abstrair-se da realidade regional e querer aplicar o mesmo critério, já aplicado aos **Ianomamis**, índios isolados que vivem no Nordeste do Estado de Roraima, com os indígenas que habitam a região Nordeste do Estado. As problemáticas desses grupos indígenas são diferentes entre si, logo, a solução não deve ser a mesma.

Os estudos realizados pelo Professor **Gursen de Miranda**, Mestre em Direito Agrário, Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Roraima, autor de várias obras sobre o âmbito agrário, onde se incluem **O Direito e o Índio**, fruto de pesquisa pela UFRR e pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Roraimense-IHGERR, além da obra **O Instituto Jurídico da Posse Agrária**, sua dissertação de mestrado, do singular **Compêndio Teoria de Direito Agrário**, adotado nos cursos de Direito

no Brasil, onde se ensina o Direito Agrário, e na vanguarda no escrito sobre **A Figura Jurídica do Posseiro**, são anexados à esta proposta para melhor subsidiar o entendimento dos parlamentares componentes da Comissão, presidida com nobreza por Vossa Excelência.

Cordialmente,

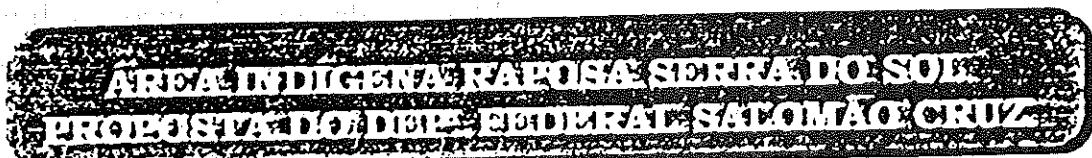


SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ
Deputado Federal

Excelentíssimo Senhor

Deputado SARNEY FILHO

Presidente da Comissão Externa Destinada Acompanhar os Procedimentos
Relativos à Demarcação de Terras Indígenas



No nosso entendimento, a área ocupada pelos índios **Ingarikó** em torno da **Serra do Sol**, deve ser demarcada de forma contínua, imediatamente. Existe, inclusive, a Portaria Interministerial nº 154, de 14 de junho de 1989, que "declara como de posse permanente indígena, para efeito de demarcação a Terra Indígena **Ingarikó**, com superfície aproximadamente de 90.000 hectares e perímetro também aproximado de 150 km", assinada pelos ministros do Interior, da Agricultura e Secretário-Geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional.

O estudo da área indígena **Ingarikó** foi realizado por um grupo de trabalho interministerial, com representantes da **FUNAI**, **SADEM**, **MINTER E INCRA**, e concluiu que estes índios, pertencentes à família

Karib, habitantes da região do alto rio Cotingo, terão suas terras demarcadas de acordo com proposta formulada pela **FUNAI** e atendendo reivindicação do próprio grupo indígena. Os **Ingarikós** não aceitam nenhuma vinculação com os índios **Taurepang**, **Macuxi** ou **Wapichana**.

O limite da área indígena **Ingarikó**, proposto pela própria Comunidade Indígena, em reunião realizada no dia 21 de abril de 1989 aprovada pela **FUNAI**, tem a seguinte delimitação:

N: rio **Cotingo**, no trecho Leste/Oeste;
S: igarapé **Cumaipá**;
L: igarapé **Pipi**;
W: sopé da **Serra do Sol**

Todos em Roraima reconhecem a proposta coerente, porque os índios **Ingarikós** necessitam desse espaço para proteger sua gente, seus costumes, crenças e tradições. Entre os **Ingarikós** não existe missigeração com não-índios, e nem membros das etnias **Taurepang**, **Macuxi** ou **Wapichana** e mesmo assim a **FUNAI** quer enquadra-los em uma única reserva. Na área proposta não existem fazendas, garimpos, comércios e nem estradas, mas tão somente algumas pistas de pouso de pequenas aeronaves.

Entendemos que, a demarcação da Área Indígena **Ingarikó**, é o início de solução da problemática indígena do Estado de Roraima, portanto de grande relevância no interesse público, de maneira geral, e no interesse indígena, de maneira particular.

II. ÁREA INDÍGENA RAPOSA MATIRUCA

A área ocupada pelos índios Macuxi, por alguns **Taurepang** ao Norte e alguns outros **Wapichana** ao Sul, não pode ter a mesma solução em área contínua, como a sugerida para área dos **Ingarikó**.

Na área em tela existem pelo menos 08 (oito) lugarejos de não-índios, estabelecidos a quase um século: Vila Surumú, Vila Socó, Vila Mutum; Vila Uiramutã; Vila Água; Vila do Cajú, Vila Vidal de Negreiros, Vila Placa, interligadas por rodovias estaduais, nas quais existe toda uma estrutura administrativa como escolas, postos de saúde, energia elétrica, telefonia etc. ...

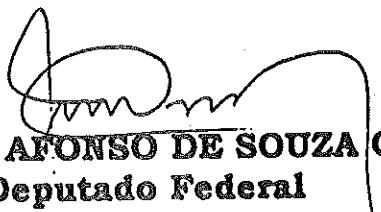
Estão nesta área, também, mais de 350 ocupações rurais perfeitamente instaladas e de posse contínua, instaladas, na sua maioria, antes da chegada dos índios **Macuxis** à região. Nessa área pretendida, para a reserva **Raposa Serra do Sol** os índios e os não-índios vivem integrados,

não havendo nenhuma distinção entre a atividade econômica desenvolvida pelos indígenas e pelos não-indígenas, inclusive suas relações comerciais no excedente da produção.

Culturalmente os **Macuxis**, que desde a época dos holandeses já usam arma de fogo, vivem como qualquer nativo da região Amazônica, cultuando a dança do **Parixara** e os hábitos de fazerem para consumo próprio o **caxiri**, o **pajuarú** e a **damurida**. No aspecto religioso é lastimável que mesmo no atual estágio cultural dos **Macuxis**, estes estejam divididos por imposição dos religiosos, em 02 (dois) grupos: os apoiados pela Igreja Católica (Diocese de Roraima), que orienta o Conselho Indigenista de Roraima - CIR, que discrimina o outro grupo de índios, evangélicos, ligados à Igreja Protestante.

Considerando estes fatos e a realidade regional, não retratado em vários estudos realizados pelas "Comissões", equipes e antropólogos da **FUNAI**, que omitem, propositalmente ou não, dados essenciais sobre a história da gente e da Terra de Macunaima, para chegarem à conclusões absurdas, totalmente à margem da verdade etno-histórica do vale do Rio Branco, sugiro a demarcação de uma área que denomino **Raposa Maturuca**, em que se considere e respeite aqueles pioneiros e desbravadores do sentencião pátrio, que tão bem atenderam ao chamado para povoar aquelas terras com sacrifício pessoal e de suas famílias, e que souberam defender o território hoje brasileiro, porque esse era o objetivo, quando para ali foram mandados os seus antepassados.

Brasília-DF, 15 de março de 1996.



SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ
Deputado Federal

Exelentíssimo Senhor
Deputado SARNEY FILHO
Presidente da Comissão Externa destinada acompanhar os procedimentos relativos
à Demarcação das Terras Indígenas

ESTE RELATÓRIO AINDA NÃO FOI VOTADO**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E AS QUESTÕES DECORRENTES DESTE PROCESSO****Relatório Parcial**

Pelo Ato da Presidência da Câmara dos Deputados, de 23 de junho de 1995, constituiu-se esta Comissão Externa, para cuja coordenação tive a honra de ser indicado.

A Comissão realizou onze reuniões para tratar dos assuntos internos – notadamente quanto às diversas propostas de atividades a serem realizadas, inclusive viagens – e uma audiência pública. Na audiência, ocorrida em 6 de dezembro de 1995, ouviram-se lideranças indígenas de Roraima, Bahia e Amazonas.

A Comissão realizou duas viagens para verificar *in loco* as questões relativas à demarcação das terras indígenas.

A primeira viagem, de 19 a 21 de setembro de 1995, consistiu em visita ao Estado de Roraima e à área que se propõe seja demarcada como terra indígena Raposa / Serra do Sol, habitada majoritariamente por índios Macuxi.

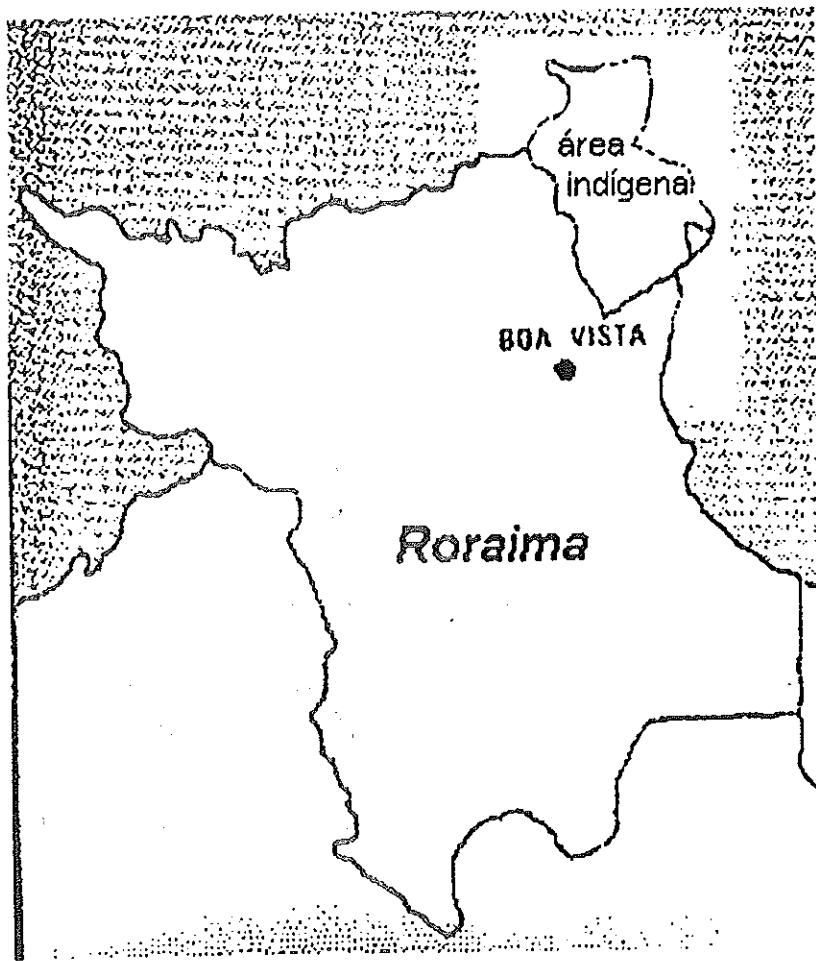
A segunda viagem, em 11 e 12 de dezembro de 1995, foi ao Estado do Mato Grosso do Sul, a áreas ocupadas por índios Guarani-Kaiowá, que se tornaram tristemente conhecidos pelo alto índice de suicídios ocorrente entre eles.

O objetivo destas viagens, conforme acordado entre os membros da Comissão, foi o de fazer análises de caso. Para isto, elegeram-se situações complexas que ilustram as dificuldades enfrentadas no procedimento de demarcação das terras indígenas.

O presente Relatório Parcial contempla a primeira viagem, a audiência pública e respectivas conclusões.

1. Viagem a Roraima

1.1 A viagem a Roraima destinou-se a examinar a situação criada com a proposta de demarcação da chamada área indígena Raposa / Serra do Sol, localizada no extremo nordeste do Estado:



A terra indígena Raposa / Serra do Sol teve sua identificação concluída pela Funai em maio de 1993 (cf. despacho nº 9, DOU de 21 mai 93), propondo-se a demarcação de uma área contínua de 1.678.800 hectares.

Os dados disponíveis indicam que nesta área vivem cerca de dez mil indígenas, majoritariamente da etnia Macuxi e minoritariamente dos grupos Ingárikó, Taurepang e Wapixana, distribuídos em 95 aldeias.

Segundo se colhe do Aviso nº 1949/MJ, de 11 de dezembro de 1995, endereçado pelo Senhor Ministro da Justiça ao Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, os autos relativos à demarcação da área se encontram presentemente de volta àquele Ministério, depois de emitido parecer pela Advocacia-Geral da União.

A dimensão da área e o fato de se localizar na faixa de fronteira determinaram uma série de diligências específicas. Ao que se sabe, porém, embora o Estado Maior das Forças Armadas se tenha pronunciado contrariamente à demarcação da área contínua, ou área única, esta forma é a que obteve endosso da Advocacia-Geral da União e corresponde à reivindicação da maior parte das lideranças indígenas locais.

Por outro lado, opõem-se à demarcação da área única expressivas lideranças políticas de Roraima e os não índios que serão atingidos pela demarcação. Estes, secundados por algumas lideranças indígenas, advogam a demarcação de uma série de áreas menores, circunscritas ao perímetro das aldeias. Questionam, igualmente, o caráter indígena da gleba, entendendo que a Funai

extrapolou na identificação dos limites, e por último discutem os critérios para a avaliação das benfeitorias indenizáveis.

Este é o contexto em que a Comissão, através de seu coordenador e dos ilustres Deputados Salomão Cruz, Gilney Viana, Nan Souza e Silas Brasileiro, realizou sua visita à região.

1.2 A Comissão visitou, no perímetro da área proposta, as aldeias de Matu-ruca, Raposa e Vila Pereira. Visitou também a sede do município de Normandia, encravado no seu extremo leste.

Em Boa Vista, a Comissão reuniu-se com os produtores que foram, ou serão, retirados da área na hipótese da sua demarcação. Foi também recebida em jantar pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e participou de encontro com representantes do Conselho Indígena de Roraima.

Há que se consignar a extrema cordialidade com que os membros da Comissão foram recebidos nestes lugares, tanto pelas comunidades indígenas quanto pelos não índios. Houve, assim, clima propício e ordeiro para serem vocalizadas as distintas opiniões existentes sobre a matéria, não obstante, às vezes, a emoção que matizou os depoimentos.

Finalmente, de volta a Brasília, a Comissão ouviu em audiência pública dois líderes indígenas da aldeia do Contão, localizada no perímetro proposto, que se manifestaram contrariamente à demarcação da área única.

1.3 Sabe-se que é relativamente recente, em Roraima, a demanda organizada das comunidades indígenas pela demarcação das suas terras. Não vem ao caso investigar as causas do fenômeno, tal como se apresenta hoje, porque acima de quaisquer outras considerações impõe-se lembrar que a demarcação das terras dos índios é um imperativo constitucional.

Adotando construções jurisprudenciais que se vinham repetindo, a Constituição de 1988 incluiu um conceito sobre "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios" (§ 1º do art. 231) cuja aplicação, se acaso encontra problemas de subsunção, por nenhum motivo pode ser ignorada ou retardada.

Por outro lado, a Constituição ressalvou os direitos dos ocupantes de boa fé à indenização pelas benfeitorias que tenham levantado. Não se cogita de indenização pela terra, enquanto tal, porque a natureza indígena de uma área tradicionalmente ocupada pelos índios é constitucionalmente reconhecida como originária. Ademais, tais terras pertencem ao domínio da União, segundo se estabeleceu desde a Carta de 1967, e portanto a União não pode sequer cogitar em indenizar o que já é seu por força de expressa determinação constitucional.

1.4 Assim, os problemas como os que existem em torno da demarcação da área indígena Raposa / Serra do Sol, atêm-se a dois aspectos.

O primeiro deles é que ocupantes não índios que se encontram na região há décadas, ou mesmo há mais de século, se considerada a cadeia dominial, sentem-se surpreendidos com a proposta de demarcação. Parecia-lhes – e as circunstâncias histórias, até este momento, legitimou-lhes tal entendimento – que jamais haveria tal demarcação ou, pelo menos, que nunca se cogitaria de demarcar uma área contínua de tais dimensões. Anos de trabalho, sofrimento e esperança de gerações de trabalhadores não índios são subitamente relegados. Naturalmente, não se poderia esperar destas pessoas uma receptividade pacífica ao fato. A eventual impositividade dos agentes da Administração Federal contribui para o acirramento dos ânimos, deteriorando-se ainda mais o clima em função do segundo aspecto, que abordaremos a seguir.

O exemplo mais cabal do que se acaba de dizer é a existência de todo um município, Normandia, encravado nos limites propostos. É evidente que, independentemente das causas que contribuiram para a consolidação desta situação, resta obrigatório assegurar aos habitantes de Normandia perspectivas reais de futuro.

O segundo aspecto diz com os critérios, bastante criticados, utilizados para a avaliação das benfeitorias indenizáveis. Em princípio, todos se julgam ocupantes de boa fé – e, no caso em tela, pode-se presumir que a omissão do Estado Federal realmente lhes fez supor inexistirem obstáculos ou vícios que lhes impediriam, finalmente, a aquisição das terras que exploravam. Aplica-se-lhes a noção de boa fé estampada no art. 490 do Código Civil. Superada esta questão, resta ainda a do cálculo do valor das benfeitorias, por todos denunciado como incorreto e intensamente lesivo aos seus direitos.

1.5 Tais são as circunstâncias que determinam, em Roraima, uma forte oposição à demarcação da área indígena Raposa / Serra do Sol. Por fim, a Comissão verificou que o desgaste enorme sofrido pelas partes envolvidas, hoje as une na reivindicação unânime por um desfecho imediato para o impasse.

Esta é, em síntese, a descrição objetiva do quadro. Tudo o mais, que a Comissão sabe ser seu dever escutar, são desdobramentos emocionais que dizem com a angústia das pessoas, mas nada acrescentam de concreto nem ao diagnóstico, nem à solução.

I.6 Os atos da Administração Pública, no exercício dos deveres legais e constitucionais, gozam da presunção de legitimidade, legalidade e correção. A mera desconformidade com a atuação administrativa não tem o condão de autorizar suspeitas. E se eventualmente a Administração se equivoca num aspecto, nem por isso é lícito supor que todo um procedimento fica, por tal motivo, comprometido.

É notório que na vigência do prazo do art. 65 da Lei nº 6.001/73, e depois na do art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, omitiu-se o Estado no dever, que a lei e a Constituição lhe cometeram, de demarcar todas as terras indígenas – inclusive a área Raposa / Serra do Sol.

Os sucessivos adiamentos, se algum benefício trouxeram, foi sem dúvida o de que a proposta de demarcação da área Raposa / Serra do Sol pôde ser exaustivamente estudada, acumulando-se opiniões, pareceres e trabalhos de campo. Todas as resistências à demarcação tiveram ensejo de se fazer sentir. Ultimamente, a par da inconformidade local, manifestou suas preocupações o próprio Estado Maior das Forças Armadas. No final, a Advocacia Geral da União termina por espantar as dúvidas jurídicas porventura ainda remanescentes, reafirmando a inexistência de óbices legais à demarcação da área, nos termos da proposta da Funai.

Enquanto aos limites, e ao fato de ser área única ou descontínua, prevalece o abalizado relatório do antropólogo Paulo José Brando Santilli, confirmando que, de fato, os limites propostos atendem à definição estampada no § 1º do art. 231 da Constituição Federal. Diante da autoridade do cientista especializado, e do aval dos juristas que se pronunciaram, não pode a Comissão supor-se detentora de melhores conhecimentos.

Há, sem dúvida, discordância entre os próprios índios. Mas o fato não espanta, em se tratando de uma etnia numerosa, que se distribui extensamente pelo território, organizada em dezenas de aldeias com suas respectivas chefias. Não seria lícito supor que deve vir de fora a garantia de que, internamente, inexistirão problemas de convívio.

Além de tudo isto, e em arremate à longa tramitação que a matéria sofreu, tem-se agora o advento do Decreto nº 1.775/96, que inovou ao dispor sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas. É que o novo regulamento proporcionou, além de todas as oportunidades formais e informais

já ocorridas, novo prazo para que os interessados se manifestem perante a Administração Pública, verbalizando suas críticas, pretensões e direitos.

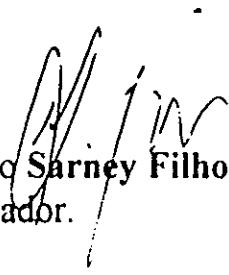
Esta será, sem dúvida, a chance para que os interessados objetivem suas inconformidades. Com isto, dar-se-á à Administração novos e concretos elementos para que se corrijam as falhas, aperfeiçoando-se e, finalmente, consumando-se, a demarcação da área indígena Raposa / Serra do Sol.

1.7 Em conclusão, este Relatório:

- endossa o clamor por uma decisão rápida sobre a demarcação da área Raposa / Serra do Sol;
- apóia a demarcação nos termos propostos, na forma de área única, garantindo-se aos ocupantes não índios uma indenização justa pelas benfeitorias de boa fé;
- pleiteia uma solução justa para os habitantes do município de Normandia;
- indica a necessidade de se avaliarem, em conjunto com o Governo do Estado de Roraima, as eventuais responsabilidades da Administração Pública, Federal e Estadual, pela ocupação da área indígena por não índios e pelas indenizações que, por este motivo, a estes sejam devidas.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 1996.

Deputado Sarney Filho,
Coordenador.



O ESTADO DE S. PAULO

Desprotegidos, índios podem ir à guerra no Xingu

Líderes indígenas protestam contra invasão da reserva por "um grande grupo de homens armados", pintam seus corpos de negro — a cor da guerra — e dizem que não aguentarão essa provocação por muito tempo

**ULISSES CAPOZOLI
e ITAMAR MIRANDA**

Enviados especiais

PARQUE NACIONAL DO XINGU — O Xingu, durante muito tempo um abrigo de índios que perderam suas terras para a conquista e ocupação do Brasil Central, já não oferece a mesma proteção do passado. Um conjunto de situações, cada uma com seu teor explosivo próprio, está se combinando, na região, para produzir uma bomba prestes a explodir. Ela terá o efeito de reviver os tempos em que conflitos entre os donos naturais dessas terras e os novos ocupantes, vindos do Sul e do Leste, eram resolvidos com mortos e feridos.

Há três semanas, líderes indígenas reunidos no Posto Diauarum, uma das três unidades administrativas da reserva, enviaram uma mensagem dura e urgente à Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília. O radiograma pede que a agência indígena tome "medidas urgentes"

para colbir provocações de invasores do parque, que ameaçam a integridade física tanto da reserva quanto de seus ocupantes: 4 mil índios divididos em 16 diferentes etnias. O documento enviado à Funai, o mais recente de uma longa série, refere-se especialmente à invasão de "um grande grupo de homens armados, ocupantes de sete barcos que, vindos de Marcelândia, um dos municípios que envolvem a reserva, transgrediram os limites do parque numa atitude ostensivamente provocativa". No mesmo dia en-

viaram uma carta à prefeitura municipal de Marcelândia pedindo que o prefeito local tome as medidas necessárias, advertindo: "Não vamos aguentar este tipo de provocação por muito tempo".

Os mais irritados com a situação atual do Xingu são as lideranças caaiabás, nação numerosa até meio século atrás, mas hoje reduzida a uma população estimada em 1.200 índios. Os caaiabás dividiram com outras nações, como os jurunas e os cincatires, conhecidos como sulás, as terras que integram ou envolvem hoje a reserva.

Os repórteres do Estado acompanharam, há duas semanas, uma reunião tensa no posto Diauarum entre as lideranças indígenas. Os participantes do encontro chegaram ao posto durante a madrugada e com o nascer do Sol. Tinham seus corpos parcial ou inteiramente pintados de preto, a cor da guerra. Ioromu, líder caaiabi de 70 anos, mergulhou no passado de suas memórias revivendo as

**GOSTO DE
ESPETAR
CABEÇA DE
BRANCO EM
ESTACAS E
ANÍMAR AS
FESTAS**

"conquistas dos brancos". Comeu os mais jovens e ele próprio ficou alterado com suas lembranças. Com as armas depositadas sobre a mesa e decorado com um cocar de penas negras luzidias de murum, Ioromu disse aos mais jovens que não vê mais razões para a espera, conclamando-os a se preparar para a luta.

Os brancos, no longo relato de Ioromu, "só trouxeram dor e sofrimento" aos índios. Ele memorou os primeiros contatos com os brancos, quando os "garimpeiros e seringueiros escravizaram nosso povo e violentaram nossas mulheres". Expressando-se em sua língua — do tronco tupi-guarani, embora fale o português — Ioromu disse pausadamente o que, da mesma maneira foi repetido por seu tradutor, Aturi Kayabi: "Eu gosto muito de cabeça de branco, para espantar em estacas e animar nossas festas".

Homens-livro — Para quem acha exagerado o relato de Ioromu talvez seja conveniente considerar dois fatos básicos: que os índios são povos sem tradição escrita e por isso "os velhos são os nossos livros", como disse na reunião Takepeini Kayabi, um dos jovens.

O segundo argumento é que eles consideram a possibilidade de extinção de seus povos como um fato real e não como uma metáfora de linguagem. Exemplos disso não faltam. O primeiro deles é que os índios eram pelo menos 8 milhões à época em que Cabral aportou na costa da Bahia com sua esquadra de 13 caravelas e hoje estão reduzidos a 250 mil. Nações inteiras desapareceram abatidas pelas armas e doenças, enquanto, agora mesmo, outras agonizam. os mais variados efeitos na reserva. A construção acelerada de moradias em São José do Xingu, na extremidade nordeste do

Parque, por exemplo, está levando à retirada de areia do leito do rio Xingu, junto à BR 080, que corta a reserva ao meio, no sentido leste-oeste. Esta é uma situação preocupante e capaz de criar uma fonte de atritos a qualquer hora, analisa o chefe do Diauarum e funcionário da Funai, Mairawe Kayabi.

São José do Xingu é o nome oficial da cidade organizada em torno de uma serraria, nos anos 1970, e que, por causa do grande número de mortos em brigas, no passado recente, foi popularmente batizada de Bang-Bang. Hoje, no parque, todos se referem a ela simplesmente como

Bang. Outros problemas são os esgotos urbanos de Marulândia, lançados em rios que cortam o parque.

Vivendo no limite leste da reserva, em terras já ocupadas por seus antepassados junto ao rio Suiá-Missu, os crincatires, ou suiás, são os que mais sofrem em relação aos seus vizinhos. Uma fonte incômoda de atritos dos suiás é a fazenda Roncador-Jaú, um dos maiores empreendimentos agro-pecuários na bacia do Xingu. Seu proprietário decidiu abrir canais de drenagem de até 40 quilômetros nas terras que ocupa e, com isso, sujou o rio que abastece os suiás de água e peixes.

Os repórteres do Estado subiram o Suiá-Missu numa viagem que a remo duraria três dias e numa lancha voadora consome duas horas, para viver três dias com esses índios. Como os txucarramães, eles usam botoque de madeira no lábio inferior e nas orelhas, dando-lhes, à primeira vista, um aspecto um tanto assustador.

A viagem foi feita sob uma das tempestades típicas que a esta época desabam no Alto Xingu. Encharcados e congelados pela chuva fomos recebidos pelo cacique Kuyussi Suyá, que nos ofereceu o calor de seu fogo, no abrigo de sua própria família, antes de nos transferir para a maloca ampla, fresca e aconchegante que serve de escola para as crianças da aldeia.

Rastro de pneus — Em dois barcos a motor subimos com o cacique e 18 guerreiros suiás até o Alto Suyá-Missu onde grupos crescentes, vindos até de Santa Catarina, vêm pescar, matar jacarés, pacas e antas. Na versão dos índios, também pintados de preto e armados para um possível confronto, os pescadores e caçadores recolhem do rio e abatem nas matas mais do que podem levar. Por isso, até antas já foram deixadas apodrecendo na beira do rio, junto ao rastro de pneus dos veículos que entram na área pela fazenda São José, de um fazendeiro de Sertânhio, interior de São Paulo.

A malária e a disenteria, comuns com as primeiras chuvas da primavera no Xingu, preocupam Pichanha Juruna, agente indio de saúde que a Funai mantém no Diauarum. Como algumas fazendas estão atirando nos rios o gado que morre em suas terras, para impedir a propagação de doenças no restante do rebanho, Pichanha teme que os desarranjos intestinais venham a aumentar.

O cacique Kuyussi aponta irritado para o rio e para duas picapes de pescadores estacionadas à sua margem, além das árvores calcinadas da fazenda para prevenir:

... "O fazendeiro vai reagir se invadirmos suas terras e roubar uma única cabeça de gado". E se pergunta: "Mas por que acham que têm o direito de invadir assim as terras que nos pertencem há séculos"? "Por que os brancos fazem isso com a gente?". (U.C.)

“Por que os brancos fazem isso com a gente?”

No Xingu, e não só entre os caiabis, começa a prevalecer a idéia de que eles foram “enganados” pelos irmãos Villas-Boas: Orlando, Álvaro, Leonardo e Cláudio, responsáveis pela criação da reserva

Essa agonia também é o caso, por exemplo, dos avá-canoeiros, de sala do tronco tupi-guarani, reduzidos a meia dúzia de pessoas acuadas por uma nova hidrelétrica no Mato Grosso. Ou dos jumas, do rio Açuá, afluente do Purus, no Amazonas, que hoje não passam de dois casais de velhos e três crianças. O índio Karé, considerado o único em condições de procriar e assegurar a sobrevivência de seu povo, foi morto por uma onça, em janeiro de 1992.

A reivindicação urgente de Irorému e do povo caiabi, refugiados na reserva do Xingu, é a preservação de parte das florestas do seu antigo território, em terras que hoje integram cidades recém-nascidas como Alta Floresta, Colider, Cláudia, Vera e Juara. Nessas matas é que eles encontram material para a construção de seus arcos e os alimentos que sempre integram sua dieta, como a carne de macaco e uma ampla variedade de frutas.

“Sem nossas matas não temos como preservar nossos valores e sem eles estaremos mortos”, raciocina com lógica cristalina o velho líder caiabi. No ano passado ele retornou ao seu antigo território. Aos mais jovens — que não conhecem essas terras, embora muitos tenham nascido

lá e se mudado para o abrigo do Xingu — contou que só viu desunião. No lugar da floresta lisa e misteriosa estão troncos queimados de árvores abatidas e incendiadas para dar espaço às pastagens. Na região do Xingu, a nova capital do Bôl Gordo, já se reúne quase 1 milhão de cabeças de gado. O único macaco que o velho caiabi conseguiu abater “tinha só pele e ossos e talvez estivesse passando fome, como nós corremos o risco de passar” advertiu.

Os índios são sistemáticos em seus pronunciamentos. Um nunca interrompe a fala do outro e as histórias começam sempre num passado distante, o mais longe que pode recuar a memória dos mais velhos.

No Xingu, e não só entre os caiabis, começa a prevalecer a idéia de que eles foram “enganados” pelos irmãos Villas-Boas: Orlando, Álvaro, Leonardo e Cláudio, responsáveis pela criação da reserva oficializada por Jânio Quadros em 1961. Velhos e jovens dizem que hoje não abandonariam suas terras em troca de presentes e refúgio seguro, os acenos dos irmãos Villas-Boas no passado.

Recuperação — Nisso podem estar enganados. Os 3,27 milhões de hectares da reserva, de uma ou outra maneira, podem ter permitido a sobrevivência física e uma possível recuperação cultural das 16 etnias que ali convivem, muitas delas antigas rivais, caso dos sulás e jurunas. A demonstração dessa tese pode estar sendo feita pelos crenacares ou panarás, os famosos in-

dios gigantes, última atração feita pelos irmãos Villas-Boas, em 1973. Não ambientados ao Xingu e em choque com os brancos, com mortos, como aconteceu em abril de 1991, eles resolveram retornar às suas terras, 200 quilômetros a noroeste de Diauarum, no ano passado.

Não só a derrubada crescente das florestas para formação de pastagens, mas a cobiça de madeira nobre por gente atrás do lucro rápido, a corrida do ouro nos anos 70 — que inchou povoados e produziu novas cidades para melhor gerenciar os interesses de grupos — e, em certos casos, o puro desejo de eliminar os índios, tidos como um povo indesejável, são outros componentes do conflito a ponto de explodir no Xingu e áreas vizinhas, como as terras caiapós, ao norte do parque, já no Pará.

A explosão demográfica das novas cidades está produzindo

SEM NOSSAS
MATAS NÃO
PODEREMOS
PRESERVAR
NOSSOS
VALORES:
MORREREMOS

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A solicitação de V. Ex^a para anexação de toda a documentação juntada ao seu pronunciamento será atendida na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos, por 20 minutos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado nesta tarde a fim de abordar dois assuntos importantes para o meu estado.

O primeiro deles é o protesto, iniciado no final da semana passada e com prosseguimento nesta, promovido pelos fazendeiros da região da grande Cáceres, fronteira com San Mathias, cidade boliviana ao extremo oeste do meu Estado, hoje zona de livre comércio.

Nos últimos dois anos, mais de 100 fazendas foram assaltadas por maus brasileiros e maus bolivianos, que usam o poder da força para atemorizar os produtores rurais daquela região e roubar-lhes equipamentos e veículos, chegando, às vezes, a matar funcionários das fazendas.

Nos últimos dias, a tensão chegou ao ponto máximo, ocasionando o fechamento da BR-070, que liga Cáceres a San Mathias, na Bolívia. Todos os fazendeiros fizeram um cordão de isolamento naquela rodovia internacional, impedindo qualquer circulação de veículos com destino à Bolívia ou ao Brasil. Isso ocasionou protestos brasileiros e bolivianos, porque uma das medidas tomadas foi o corte de energia elétrica da Cidade de San Mathias e de outras pequenas vilas bolivianas abastecidas pelas Centrais Elétricas de Mato Grosso – Cemat.

Os proprietários brasileiros tomaram essa atitude para que houvesse uma reação das autoridades bolivianas. Essas, infelizmente, não tomaram conhecimento. Pelo contrário, o subprefeito do Município de San Mathias, Sr. Fausto Achaval Salvatierra, e integrantes da Guarda Nacional da Bolívia têm dado cobertura aos assaltantes e assassinos, favorecendo a recepção desses equipamentos e veículos roubados que, em sua maioria, são trocados por tóxicos (mormente cocaína) que passam a ser transportados para o Brasil.

Há uma luta desigual. A polícia matogrossense da guarnição do 6º BPM, sediada em Cáceres, usa revólveres calibre 38; enquanto os bandidos usam armas de grosso calibre, com tecnologia mais avançada. O Exército Brasileiro praticamente abandonou nossas fronteiras. Os cortes que ocorreram deixaram a linha seca que há entre os dois países muito

pouco guarnecida. Isso traz àquela região uma enorme insegurança.

Há centenas de brasileiros delinqüentes, chefiados por bolivianos, que se aproveitam dessa situação. Só nesse período várias vidas foram perdidas e mais de 100 fazendas foram saqueadas.

Isso é muito triste para nós que fazemos fronteira com a Bolívia e que queremos a integração do continente latino-americano. Além disso, uma das grandes saídas para o nosso desenvolvimento é justamente pelo Pacífico, passando por Cuiabá, Cáceres, San Mathias, Santa Cruz de La Sierra, com duas opções de saída: o Porto de Arica, no Chile, ou o Porto de Ilo, no Peru.

O Sr. Romero Jucá – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR JÚLIO CAMPOS – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Romero Jucá – Senador Júlio Campos, V. Ex^a faz uma denúncia grave e extremamente importante para a população do Mato Grosso. Gostaria de apoiar as palavras de V. Ex^a e sugerir que essa denúncia seja encaminhada pela Mesa à Polícia Federal, ao Itamaraty – ao Ministro das Relações Exteriores – e também ao Ministro do Exército. Não é possível que as autoridades federais se omitam num momento desses e deixem, como V. Ex^a relata, a população da fronteira entregue à própria sorte em meio ao contrabando e o narcotráfico. Quero aplaudir V. Ex^a pela preocupação com a população do seu Estado e dizer que, em nome do PFL, estamos solidários não só com a denúncia, mas também com o pedido de providências que V. Ex^a está encaminhando.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Muito grato fico ao Senador Romero Jucá, Líder em exercício do Governo nesta Casa e da nossa Bancada, o PFL. Tenho, realmente, que lamentar a situação difícil em que vivem as cidades fronteiriças de Mato Grosso, principalmente a região da grande Cáceres, que faz fronteira em linha seca com o território boliviano.

O nosso grande sonho de integração está indo abaixo, porque a rodovia que serviria para integrar Mato Grosso com o resto da América do Sul hoje está servindo de rota para os narcotraficantes que têm dela usado e abusado.

Por exemplo, o jornal **Folha do Estado**, de Mato Grosso, editado em Cuiabá, diz que os moradores do vilarejo próximo ao posto da Guarda Nacional disseram ter visto alguns fazendeiros, acompanhados de funcionários da Cemat, cortando... Ora, é o último recurso que tinham. Dessa forma, estão dando um alerta para o governo boliviano. Se não houver uma segurança mínima, não será possível fornecer energia elétrica para aquela cidade. Além disso, há o problema da rota.

A Polícia Federal, lamentavelmente, tem um pequeno posto na cidade de Cáceres, que conta com menos de trinta policiais. Não é possível que uma fronteira com mais de 500 quilômetros de linha seca esteja a cargo de apenas trinta homens.

Neste instante, faço um apelo para que o Itamaraty, o nosso Ministério das Relações Exteriores, intervenha com urgência junto ao governo boliviano.

Já houve, inclusive, ameaças por parte dos narcotraficantes, quando a polícia de Mato Grosso, uma pequena guarnição do Exército brasileiro naquela região, polícias federais e mais a Polícia Rodoviária resolveram interferir. Eles disseram que, se for construído o gasoduto Brasil-Bolívia, eles o explodirão. Antes da obra ser iniciada já há ameaças, porque eles acham que aquela fronteira tem que estar livre para que possam fazer os absurdos contrabandos e assaltos que têm feito.

O segundo assunto que vou abordar na tarde de hoje, Sr. Presidente, é um artigo muito bem produzido pelo Dr. Roberto Rodrigues, que é ex-Secretário da Agricultura de São Paulo e presidente da Aliança Cooperativista Internacional para as Américas. Ele aborda o genocídio na cotonicultura do Brasil e os erros sucessivos do Governo com relação a esse assunto.

Quero apenas realçar alguns trechos desse artigo, o qual vou pedir para ser incluso no meu discurso:

Poucas atividades foram tão dramaticamente prejudicadas por políticas públicas nefastas como a cotonicultura. Sucessivos erros nas ações governamentais, frutos até da visão estreita e de curto prazo de alguns segmentos da área têxtil, transformaram o Brasil, de grande exportador mundial de fibra de algodão, em segundo maior importador. Isso ocorreu em pouco mais de cinco anos.

Este assunto traz à baila uma questão maior: deve ou não deve o Estado interferir na política agrícola? Em caso positivo, qual é o seu papel? A resposta é óbvia: as políticas públicas, no que diz respeito ao setor agropecuário e agroindustrial, devem-se restringir a dar aos agentes econômicos igualdade de condições para competir – com concorrentes de outros países. Ninguém pleiteia nenhum tipo de privilégio que mascare ineficiência ou desvantagens cooperativas.

Quanto a isso, ele ressalta o seguinte:

Em 1982, tínhamos 3,6 milhões de hectares cultivados com algodão. Em 1996,

serão 970 mil hectares, quatro vezes menos. Para um consumo interno de 850 mil toneladas, teremos no próximo ano uma colheita máxima de 400 mil toneladas de algodão em pluma.

Vamos ter que importar o dobro do que produzimos.

Continua o Dr. Roberto Rodrigues:

Com isto, gastaremos US\$1,15 milhão para importar algodão, óleo, farelo e línter. Vamos perder oportunidade de conquistar mercados externos, que já tivemos. Em 1990, exportamos 47 mil toneladas de fio de algodão e, em 1996, este número caiu para o desprezível seis mil toneladas, oito vezes menos

Pior ainda. Neste período (1991 a 1996), calcula-se que mais de 200 mil pessoas ficaram desempregadas em toda a cadeia produtiva do algodão. Ora, se um dos grandes problemas atuais do Brasil é o desemprego – já denunciei desta tribuna –, como deixar acontecer, soltando rojões, quando se instala uma fábrica de autopêças criadora de mil empregos?

Comemora-se uma grande vitória. No entanto, só no setor do algodão, 200 mil pessoas estão desempregadas.

Há poucos dias, no Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, com as presenças do Governador Marcelo Alencar, de todo o Governo brasileiro, de Ministros de Estado e especialmente do Ministro da Indústria e Comércio, comemorou-se a instalação de uma fábrica de caminhões Volkswagen, que geraria mil empregos. Ocupei a tribuna na oportunidade para elogiar essa decisão.

Entretanto, o setor de algodão está desempregando 200 mil pessoas. Ora, meu Deus, temos que repensar este Brasil!

Hoje mesmo, vi pela televisão, no programa Aqui e Agora, que uma firma de São Paulo resolveu abrir vaga para 15 ou 20 pessoas trabalharem e havia 5.000 pessoas na fila, principalmente jovens.

Há poucos dias, a TELEMAT – Telefônica Mato-Grossense, empresa da Telebrás, fez um concurso em Cuiabá para 50 vagas de Agente Administrativo e teve 7.200 candidatos para 50 vagas.

Com toda essa crise de desemprego, o setor do algodão neste País está abandonado. Aqui diz:

“É surpreendente a cegueira geral quanto a este assunto. A indústria têxtil brasileira se modernizou, o País tem mercado promissor e grandes possibilidades no mer-

cado externo. Temos novas variedades com ótima produtividade e boa qualidade de fibra. A cotonicultura dá origem a empregos, ajuda na balança comercial e garante a estabilidade social no interior do País."

Isso ocorre principalmente em Estados como São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Goiás e os do Nordeste, que já foram grandes produtores de algodão. Todavia, nenhum incentivo tem dado mais a esse setor de importância vital para o País.

Portanto, quero registrar, nos Anais desta Casa, esse artigo muito bem feito, muito bem colocado por parte do Engenheiro Agrônomo e Professor Roberto Rodrigues, que é hoje Presidente da Aliança Cooperativista Intermecional para as Américas.

Ele conclui o seu artigo dizendo:

"É preciso um pouquinho só de bom senso para resolver tudo isto, sem nenhum custo para a Nação e com geral benefício para o povo."

Neste instante, faço um apelo ao Exmº Sr. Ministro da Agricultura, nosso eminente colega Senador Arlindo Porto, ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, Deputado Francisco Dornelles, e aos próprios Ministros da área econômica, Dr. Pedro Malan, Dr. Antônio Kandir, para que sensibilizem o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de não deixar um setor tão importante para o País, como é o setor algodoeiro, perecer da maneira que vem perecendo. Vamos reerguer a agricultura e a indústria algodoeira neste País, para evitar essa história de importarmos roupas da China a preço de vintém, matando a indústria nacional.

Quero dizer ao Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso que é necessário que seu Governo se volte para esse importante setor deste País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senador Odacir Soares enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exº será atendido.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, Srºs e Srs. Senadores, o recente e controvérsio pacote fiscal do Governo teve a estigmatização, várias conotações extremamente negativas.

Para comprovar, basta a enumeração das mais gritantes.

Edição do pacote com fundamento em instrumentos normativos notoriamente napoleônicos – medidas provisórias, decretos, resoluções.

Anúncio retardado para a tarde de uma sexta-feira, vale dizer, para um horário sabidamente de lusco-fusco político e administrativo, não só em Brasília, mas em todas as grandes cidades do País.

Sua divulgação coincidiu com o regresso ao País, dos ministros da área econômica, após terem participado da reunião anual do FMI, onde lhes foram feitos acenos inconfundíveis, a reclamar mais arrocho fiscal e medidas corajosas voltadas para a oclusão dos rombos nas contas públicas.

Para os fins a que se propõe, o pacote arrola medidas seguramente polêmicas, quando não fataciosas e inócuas.

Finalmente, ele constitui em seu todo, um instrumento que reincide de forma odiosa, no trato discriminatório, grosseiro e desmoralizante da figura do servidor público.

Senhor Presidente, tenho um comentário a fazer sobre cada uma dessas conotações, mas me alargarei, de preferência, nas considerações concorrentes ao tratamento iníquo infligido ao funcionalismo, mesmo porque até as pedras já começam a clamar em seu favor.

A opção preferencial do Governo pelo recurso ao decreto e à medida provisória, inquieta-me, de forma cada vez mais aguda seja como democrata, seja como parlamentar que sou.

É que utilizada excessiva e abusivamente, como vem acontecendo, ela confere ao Presidente prerrogativas de monarca absolutista. O que os legisladores tardam a votar ou recusam-se a aprovar, como está sendo o caso da reforma administrativa, ou como foi o caso do tributo de 12% extorquido se proventos dos aposentados, o Governo o faz a revelia do Congresso, editando ou reeditando medidas provisórias, nas quais são atropelados os pressupostos constitucionais ditados pelo artigo 62 e respectivo parágrafo único da Constituição Federal, os quais adstrigem o uso desse instituto ao caráter excepcional de urgência e relevância requeridas pela matéria a ser normatizada.

Por tudo isso, é que receio, Senhor Presidente, que, com o instituto da medida provisória, tenhamos aberto o caminho para a *capitilis diminutio* do Congresso e tenhamos, paralelamente, provido o Chefe do Executivo com um incisivo instrumento de arbítrio.

O anúncio do pacote em hora quase crepuscular, de uma sexta-feira, produziu entre outros os seguintes efeitos desastrosos:

Privou o Congresso e as lideranças classistas da tomada de conhecimento prévio das medidas adotadas.

A análise aprofundada de seu conteúdo e a sondagem da opinião dos representantes desses segmentos foi considerada dispensável e irrelevante pelos donos do Poder, decididos, de resto, a impingir o indigesto pacote, a qualquer custo.

Já para os inditosos servidores de Brasília e do resto do País, o pacote veio envenenar-lhes o fim-de-semana.

Ao invés do repouso, o stress.

Ao invés da piscina, o mergulho na angústia e na incerteza.

Ao invés da cerveja, o tranqüilizante, o antidepressivo, o vasodilatador...

E em meio a tudo isso, as horas perdidas na avaliação anciosa dos danos e avarias infligidos ao orçamento doméstico, dia-a-dia amesquinhado pelas medidas restritivas do Mare e por seus inefáveis assessores.

Os condimentos eleitoreiros infiltrados na medida transparecem em dois momentos.

Na inabilidade da Secretaria Executiva e de outros assessores do Mare, que reiteradas vezes, anunciaram para a imprensa, os preparativos de um elenco de medidas contrárias aos interesses do funcionalismo público e tão impopulares que sua edição só se daria depois das eleições, para evitar impactos negativos na campanha de candidatos apoiados pelo governo.

Ora, Senhor Presidente, antecipar à massacrada classe dos servidores, ativos e inativos, que o governo iria golpeá-la sem dó nem piedade, mas só iria fazê-lo depois das eleições, afim de não vê-la bendar para o lado dos adversários, é coisa de neófitos, própria da incompetência de quem imagina a esclarecida classe dos servidores constituída de "calpiras" e "beócos".

Tanto não o é que o discurso bifronte dos tuca- nos não produziu bons resultados nos grandes redutos eleitorais do Rio, São Paulo e Belo Horizonte.

Ingredientes semelhantes também revelam-se presentes nas especulações feitas por políticos governistas e por analistas da imprensa.

Esgotado o apelo do Real, é com o discurso da retomada do crescimento, tomado possível pela contenção dos gastos públicos, pela racionalização da máquina administrativa, pelo despojamento do aparato do Estado e pela nova atratividade propiciada aos investimentos de capital interno e externo, que FHC pretende assegurar-se um novo mandato presidencial.

É isso que andam propalando assessores diretos do Planalto e fervorosos auxiliares da área econômica.

É, também, o que parece pensar destacado jornalista, tomado, ao que parece, de incontido arroubo eleitoral:

"A campanha do candidato à reeleição Fernando Henrique Cardoso, começou ontem. Na verdade, ele nunca deixou de ser candidato, de comportar-se como candidato e de estar em campanha."

Só falta quem lembre ao Presidente que os milhares de servidores públicos, somados a outros tantos milhares de aposentados, por sua vez, multiplicados por seus familiares e pelos injustiçados de todo o País, podem constituir o peso diferencial que faça pender a balança das preferências para outro candidato.

As conotações interligando o pacote aos aços do FMI e às pressões da globalização não fui eu quem as identificou.

Foram assessores do Planalto e dos Ministérios da área econômica que permitiram induzi-las com vazamentos de informações que culminaram na publicação da matéria intitulada "Pacote Fiscal para estrangeiro ver", Correio Brasiliense, 14-10-96, onde se lê;

"O pacote de medidas anunciadas na sexta-feira pelo Governo, com objetivo de reduzir o déficit público, teve um endereço certo: mercado financeiro internacional. É o que se ouve à boca-pequena no Palácio do Planalto, se assessores muito próximos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. "Foi mais uma prestação de contas do que uma certeza de que realmente o pacote resultará em uma economia de R\$6,5 bilhões no próximo ano" afirma um dos assessores".

Na mesma matéria, toma-se conhecimento de outros vazamentos como este:

"A preocupação do mercado financeiro internacional com a demora do Governo em equilibrar receitas com despesas foi, por sinal, o tema principal de muitos banqueiros e economistas na reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, há duas semanas com os Ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir."

Os questionamentos foram tantos, que Kandir não se intimidou em antecipar boa parte do pacote fiscal anunciado pelo Governo na última sexta-feira e em fazer projeções mais do que otimistas (crescimento do

PIB de 9% e juros de 10% ao ano, em 1997) caso a reeleição do Presidente Fernando Henrique seja aprovada."

Sem comentários, Senhor Presidente, ou corrigindo-me, um único comentário:

Começo a suspeitar que essa tão propalada "globalização" não passa de um tremendo rolo compressor, a compactar os anseios e os interesses dos pequenos, e a despedir o trânsito triunfante dos que prosperam na macroeconomia dos países do primeiro mundo.

Não se infira, Senhor Presidente, das críticas que venho fazendo ao pacote fiscal e à reforma administrativa, que eu me oponha a tudo quanto nelas concorre efetivamente, para o aperfeiçoamento da máquina administrativa e para eliminação das distorções que nelas se infiltraram.

Minha denúncia, pelo contrário, volta-se para os aspectos polêmicos, inócuos, falaciosos e até infi- quos, contidos em tais medidas.

Polêmico, repito, é tributar os proventos da aposentadoria, como, contribuição compulsória de quem já pagou para obtê-la.

Foi Rui Barbosa quem o disse:

"O cidadão que a Lei aposentou, jubilou ou reformou... não recebe esse benefício a paga de seus serviços que esteja prestando, mas a retribuição de serviços que já prestou e cujas contas se liquidaram e encerraram com um saldo a seu favor reconhecido pelo Estado..."

Polêmica é essa idéia absurda de criar castas no funcionalismo, dividindo-o em funcionários do Estado (diplomatas, fiscais, auditores, policiais federais, militares) aos quais se concederia a estabilidade, e os envolvidos nas demais atividades.

Assim o policial ao apreender a droga, o fiscal ao multar o sonegador, o diplomata ao desempenhar suas credenciais, estariam exercendo atividades de Estado, mas o professor ao educar as novas gerações, o médico ao tratar as enfermidades do povo, o redator ao elaborar os textos públicos e o digitador dos tratados, estes estariam simplesmente exercitando atividades outras que não as de Estado.

E o irônico em tudo isso, Senhor Presidente, é que não são os professores, não são os médicos, não é o digitador, não são os agentes administrativos que contribuem para os rombos nas contas públicas.

Via de regra, quem para isso concorre é o auditor que deixa passar o superfaturamento, é o fiscal

que não vê a sonegação, é o policial que faz vistos grossas sobre o contrabando, é o diplomata que negocia ou renegocia acordos danosos para o País.

Polêmica é a proibição do pagamento de horas extras. Ao invés da busca criativa de meios que levem ao rigoroso controle desse mecanismo, suprime-se o mecanismo, abrindo-se a porta para outra e piores distorções. Como o recurso ao trabalho extra é inevitável, sempre que ocorrer essa eventualidade, nos órgãos públicos, ou se oprimirá o servidor, dele exigindo que estenda sua atividade além da hora regulamentar, ou se procurará formas irregulares de recompensá-lo.

Inócuas me parecem, tais como anunciados, os cortes em cargos e as dispensas de funcionários. O DO de 14 do corrente traz a lista interminável dos cargos que serão extintos: agentes de portaria, agentes de vigilância, eletricistas, carpinteiros, motociclistas, etc, etc...

Não vi, nessa relação, cargo algum de diretor de empresa estatal ou assemelhados.

Isso significa que o governo se dispõe a poupar no salário mínimo, mas persiste em esbanjar no mandarim e na nomenclatura.

Negou-se aumento ao agente de portaria, mas à "nomenclatura", constituída pelos arrivistas dos escalões superiores, concedem-se aumentos de até 400%.

Diga-se, por acréscimo, que, não raro, o efeito mais corriqueiro dessas esdrúxulas medidas de poupança é a dispensa de uma agente de limpeza que custa ao erário pouco mais de um salário mínimo, para contratar, posteriormente, outro, por via da tercerização, que lhe vai custar três vezes mais.

Como já disse, é o Estado posto a economizar no palito, e a esbanjar no caviar.

Quanto às falácia embutidas no pacote, limito-me a destacar uma. A que tenta induzir a opinião pública a ver nos gastos com a folha dos servidores, a causa maior do déficit público.

Ora, Senhor Presidente, todos sabem, mas muitos tentam ocultar, que 52,7% do Orçamento de 1994, foram utilizados para pagamento dos juros e encargos de amortização da dívida externa e interna. Os benefícios da Previdência somam 12,7% e Pessoal e Encargos Sociais somente 12,6% (DOU 3-1-95).

Por último, Senhor Presidente, as iniquidades deste e de todos os pacotes destinados ao funcionalismo. São muitas, mas cito apenas algumas.

Iníquo é converter o servidor público em bode expiatório dos fracassos da gestão financeira acumulados em sucessivos governos.

Iníquo é congelar os seus vencimentos, cortar-lhes as vantagens, extorquir-lhe, de mil maneiras,

parcelas expressivas de seus parcisos vencimentos (vide tarifas bancárias; vide reajuste de prestações da casa própria, com flagrante desrespeito às cláusulas contratuais da equivalência salarial; vide cobrança de 10% por um único dia de atraso na quitação de parcelas do imposto de renda, e de outras tarifas pagas a órgãos do governo etc...).

Iníquo é privilegiar os autores de tais cortes e restrições com aumentos da ordem de 400% (vide reajuste dos valores correspondentes às funções de DAS 4,5,6).

Iníquo é negar o reajuste salarial, por dois anos consecutivos, a uma única categoria, quando a todas as outras se vêm concedendo reajustes compensadores.

Iníquo é, depois de tudo isso, vilipendiar a classe, inquinando-a de privilegiada e de corporativista.

Por tudo isso, vale a pena dar divulgação à corajosa e oportuna advertência feita pelo Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente do Supremo Tribunal Federal:

"O problema é que funcionário público também tem direito e isso está sendo esquecido no País. Não entendo que se pretenda fazer reforma administrativa começando por destruir, por desmoralizar, por baixar a auto-estima do servidor público. Sem funcionário público não se faz reforma administrativa. Empresário não fará reforma administrativa."

É o que penso, Senhor Presidente, e reafirmo com a independência de quem ainda ontem, elogiou algumas atividades sociais do governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h11min.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELA SRA. SENADORA EMILIA FERNANDES NA SESSÃO DE 15/10/96, QUE SE REPÚBLICA POR SOLICITAÇÃO DA PARLAMENTAR.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS. Para uma comunicação inadilável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, quero, neste momento, congratular-me, até de certa forma, agradecer às Sr's Senadoras e aos Srs. Senadores que ontem e hoje se manifestaram, fizeram inúmeras ponderações a respeito da situação que vive hoje a educação no nosso País, a necessidade da

valorização maior que merece o professor. Isso dá um sinal claro do compromisso desta Casa com a educação e com o magistério e mostra a necessidade de que existe para que o nosso apoio, as nossas manifestações se transformem em compromissos concretos para a mudança e dias melhores. Isto não é o que apenas queremos, é o que toda a sociedade está a exigir.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, 15 de outubro, Dia do Professor!

Particularmente, este dia, para mim, está profundamente identificado com lembranças, compromisso, saudades, esperança, conscientização, acertos e erros, fé, utopia, realidade...

Hoje, quero usar desta tribuna para falar com os meus colegas professores de todo o nosso País. Aproveitar este espaço para homenagear a cada um, nesta data máxima, como retribuição do esforço, do compromisso e, até mesmo, do sacrifício com que desempenham a profissão de educar, apesar das dificuldades que enfrentam no dia-a-dia das escolas e das salas de aula, muitas vezes esquecidos ou menosprezados e desencantados.

Porém, quero, acima de tudo, aproveitar para fazer uma reflexão sobre a situação dos trabalhadores em educação, especialmente os professores, e também sobre a educação em geral.

É importante que, neste dia, em que as atenções estão centralizadas nessa categoria de profissionais, além do carinho dos alunos e do reconhecimento dos pais, os professores também tenham, principalmente, a palavra de solidariedade, de valorização e do respeito profissional, especialmente por parte das autoridades e da sociedade em geral.

É com esse espírito que, como professora com 23 anos de vivência com a educação em escola pública, com militância sindical e experiências de ensino, que vão desde alfabetização até administração e supervisão escolar, ensino de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, enfim, quase todas as disciplinas, tanto na zona rural como urbana, e hoje, como Senadora da República e Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, que saúdo aos meus colegas de todo o Brasil, e em especial do Rio Grande do Sul, com os quais direta ou indiretamente trabalhamos por uma educação de qualidade e pela valorização de seus profissionais.

Todos esses anos de exercício do magistério forjaram em mim a convicção de que a educação brasileira não encontrará soluções adequadas e operacionais enquanto não equacionar racionalmente e enfrentar decididamente os problemas específicos de cada nível de ensino, e enquanto o País não

adotar em sua dimensão nacional a sua filosofia de educação.

De nada adiantam reformas, alterações na Constituição, tecnologia, propostas curriculares... Urge, acima de tudo, definir para que tipo de sociedade devemos preparar as crianças - os jovens brasileiros que, sentados hoje nos bancos escolares, dirigirão o País no alvorecer do novo século.

Só um amplo trabalho, que há de incluir não só educadores, mas também estudantes, cientistas políticos e sociais, poderá traçar, em prospectiva, os parâmetros que devem orientar os rumos da escola para este final de século.

Enquanto isso não se fizer, não é justo, pelo menos, responsabilizar-se somente as escolas - os professores - pelas falhas do cidadão que está se formando, já que ela reflete as perplexidades, as indecisões, os defeitos e os erros da sociedade em que está inserida. Mesmo porque, a educação não é tarefa da escola e dos professores apenas, mas é uma responsabilidade solidária de toda a sociedade.

A cada dia aumenta mais o contingente de pessoas que compreendem que as decisões devem lhes pertencer e são elas, unidas a outras mais, as que realmente têm o poder de decisão. Quando todas se derem conta deste fato, a educação universal estará a caminho de sua completa concretização. Há muito o que aprender: como cumprir sua parte, como exigí-la, como cooperar com outros em tarefas que não podem ser feitas por um só. Mesmo que as lições não sejam completamente aprendidas, quando cada um tiver sua oportunidade de entender e de aplicar o que aprendeu, as engrenagens vão começar a mover-se.

A escola tem que dar ouvidos a todos e a todos servir. Assim agindo, será o teste de sua flexibilidade, da inteligência de sua organização, da competência dos seus servidores e do compromisso dos governantes; e cada um honrando as responsabilidades que as circunstâncias lhe confia é que poderão transformar a si mesmos, transformando a escola.

O professor hoje tem que usar a legenda do filósofo:

- "Nada que é humano é estranho."

- Tem que ser um estudioso dos mais embarrados problemas modernos; tem que ser estudioso da civilização; tem que ser estudioso da sociedade e da pessoa; tem que ser, enfim, filósofo...

- "A simples indicação desses problemas demonstra que o educador não pode ser equiparado a nenhum técnico, no sentido usual e restrito da palavra. Ao lado da informação e da técnica, deve possuir uma clara visão filosófica da vida humana, e

uma visão sensível e sensata da natureza da pessoa." (Anísio Teixeira)

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem.

"O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais, e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado que está em constante busca. Eis, aqui, a raiz da educação." (Paulo Freire)

A crescente modernização da sociedade tem determinado um aumento das necessidades educacionais, necessidades essas ocasionadas não apenas pelo surgimento de novos procedimentos de trabalho que exigem pessoal qualificado à altura de desempenhá-los, mas, principalmente, em virtude do crescimento das aspirações das populações em termos de uma ascensão social. Neste sentido, a extensão das oportunidades educacionais a maiores contingentes da população tem-se mostrado indispensável para atender às exigências dos indivíduos que, cada vez mais, se tornam conscientes de seus direitos.

Educação é uma das poucas grandes esperanças da nossa época...

Paralelamente a essa confiança depositada na educação, é generalizada, hoje em dia, a convicção de que este não pode ser encarado como um sistema isolado no tempo e no espaço, a existir em uma espécie de vácuo social ou território neutro, alheio às transformações sociais, econômicas, políticas, científicas, tecnológicas e culturais de cada país e do mundo.

Outros pontos que governantes, pensadores e políticos devem ter muito presente dentro deste contexto de avaliação e análise é o crescente esvaziamento dos cursos de educação e de formação de professores, pela falta de perspectivas para a profissão do magistério e, acima de tudo, pela desvalorização salarial.

Dados vêm preocupando a todos os segmentos sociais comprometidos com a educação. Governantes precisam fazer uma leitura mais crítica da realidade e apresentar soluções e tratamentos sérios.

Se, por um lado, nos preocupa a queda no ingresso de professores, por outro lado, é triste a expectativa de uma parcela de profissionais que oscila entre o temor e o descrédito, a insegurança e a vontade de recorrer à aposentadoria, pela instabilidade e constante pressão que exercem sobre suas atividades.

Ao longo deste último período da vida nacional, particularmente, nós ajudamos a construir uma his-

tória de luta cotidiana, de mobilização constante e de compromisso renovado a cada momento. No âmbito do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, dos sindicatos, das associações, dos congressos, das escolas e das salas de aula.

Apesar de todas as dificuldades, dos baixos salários, das ameaças que pairam sobre as suas cabeças, a cada novo pacote ou medida provisória, os professores, principalmente aqueles da rede pública, em todos os níveis, têm não apenas resistido mas avançado em consciência, organização e disposição de ultrapassar as barreiras.

Com determinação, a luta dos trabalhadores em educação conseguiu imprimir melhorias, ainda que não suficientes, no Projeto da LDB, desrespeitado em sua forma original, aprovado pelo Senado Federal e agora tramitando na Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, nos Municípios, nos Estados, nas escolas técnicas ou nas universidades, os professores têm dado exemplo de bravura, enfrentando o arrocho econômico, a falta de incentivo e, em muitos casos, a injustiça secular de salários que afrontam a Constituição Federal e a dignidade humana, sem deixar, em nenhum momento, de manter a dedicação, o profissionalismo e o amor à educação, ao ofício de ensinar e também, por que não dizer, às crianças e aos jovens deste País.

Os trabalhadores em educação têm mantido sua perseverança, mesmo diante de discriminações sofridas, como a recente exclusão dos professores especialistas em educação, exatamente aqueles de quem mais se exige a formação e a capacitação, do Projeto de Valorização Salarial do Magistério, enviado pelo Governo Federal e aprovado nesta Casa.

Ou dos professores aposentados que, mesmo depois de anos e anos de trabalho nas condições em que todos conhecemos, também acabaram sendo ameaçados com a tentativa de alteração das regras de garantia de suas remunerações.

Acredito que o país está - como nunca esteve em sua História - buscando um caminho para construir não só um sistema educacional à altura de nossas necessidades e de nosso futuro, mas também, através desse salto que devemos e temos condições de dar, um novo patamar de desenvolvimento econômico e social, em condições de superar as desigualdades, a concentração de renda, o desemprego e a miséria que se alastram.

Mas, para isso, apesar de todas as propostas apresentadas, em discussão ou já efetivadas, penso que, pela falta do diálogo mais franco e aberto com a sociedade, e com as suas representações mais le-

gítimas, ainda estamos em falta com a definição de um amplo e global projeto para a educação, que contemple todos os setores, desde o ensino infantil até o universitário, sem qualquer forma de discriminação.

Um projeto que, na minha opinião, passa centralmente pela valorização dos professores, enquanto profissionais, enquanto seres humanos, enquanto pessoas que lidam com gente, com crianças, com mentalidades em formação, e que tem, exatamente por isso, uma grande responsabilidade social, política e estratégica para os destinos de qualquer Nação do mundo.

E que deve, sem descartar a participação importante do setor privado, manter a presença do Estado e o caráter público da educação, evitando cair na saída aparentemente mais eficiente de um modelo de "ensino empresarial", mas afeito às ditas regras do mercado do que as necessidades do país, das regiões e do povo brasileiro.

Neste "Dia do Professor", gostaria de encerrar este pronunciamento citando as palavras de uma das maiores líderes dos professores de meu Estado, e também do Brasil, a inesquecível Thereza Noronha, ex-Presidente do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS/Sindicato, que afirmava:

"Não é permitido a nenhum homem ou mulher, a nenhum educador, permanecer indiferente às injustiças que se cometem e ao abismo cada vez maior entre ricos e pobres, com império do poder discriminatório de grupo minoritário em detrimento da maioria que não pode usufruir dos frutos do desenvolvimento".

Concluo, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, dizendo que além desse projeto que entendemos precisa estar centralmente colocado na valorização dos professores, é necessário que neste Dia dos Professores façamos uma profunda reflexão.

E lembro a inesquecível professora Thereza Noronha, lá do Rio Grande do Sul, que afirmava: "Não é permitido a nenhum homem ou mulher, a nenhum educador permanecer indiferente às injustiças que se cometem e ao abismo cada vez maior entre ricos e pobres, com o império do poder discriminatório dos grupos minoritários em detrimento da maioria que não pode usufruir dos frutos do desenvolvimento."

Este é o grande desafio que está posto para os professores, os estudantes e, acima de tudo, para os políticos e governantes.

Muito obrigada.

**ATA DA 164ª SESSÃO DELIBERATIVA
ORDINÁRIA, REALIZADA EM 9 DE
OUTUBRO DE 1996**

(Publicada no DSF, de 10 de outubro de 1996)

RETIFICAÇÕES

Na página 16743, 2ª coluna, no anexo ao Parecer nº 530, de 1996,

Onde se lê:

.....
g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

Colocação	Vencimento	Data Base
15-10-1996	15-12-2001	15-10-1996

Lela-se:

.....
g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

Colocação	Vencimento	Data Base
15-10-1996	15-10-2001	15-10-1996

.....
A página nº 16744, ao final da 1ª coluna a seguinte, fala da Presidência referente à apreciação do Projeto de Resolução do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível em 15 de outubro de 1996, republique-se o seguinte trecho de ata, por haver saldo com omissão:

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O total da dívida mobiliária de São Paulo é de R\$16,6 bilhões. O total autorizado, hoje, é de R\$163 milhões, que equivale a pouco mais de 12% da dívida, ou 1.7.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

Fica autorizada a rolagem da dívida do Estado de São Paulo.

A matéria vai à promulgação.

A Presidência informa ao Plenário que o Ofício S-79, de 1996, volta à Comissão de Assuntos Econômicos para o exame da matéria não apreciada nesta oportunidade.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.203, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 14.670/96-8, resolve dispensar o servidor do Cegraf, MARCOS BRÍCIO DOLHER DA SILVA, matrícula nº 1675, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador João Rocha, com efeitos financeiros a partir de 7 de outubro de 1996, e retorná-lo ao Centro Gráfico do Senado Federal, a partir da mesma data.

Senado Federal, 16 de outubro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.204, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.661/96-2, resolve aposentar, voluntariamente, ALCIONE MARIA MONTANDON, Analista Legislativo, Área 2 – Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, Inciso III, alínea c, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas no artigo 34, § 2º, da Resolução SF nº 42, de 1993; nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução SF nº 74, de 1994, c/c o Ato do Diretor-Geral nº 148/94, por ter adquirido o direito à vantagem do artigo 193 da Lei nº 8.112/90, assegurada pelo artigo 6º da Medida Provisória nº 1.160/95, convalidado pelas edições posteriores, inclusive a atual, a MP nº 1.480-22/96, com proventos proporcionais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 16 de outubro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vitela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA</p>	<p>Emilia Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado Vice-Líderes</p>	<p>Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
---	---	---

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner 2. Ramez Tebet 3. Nabor Júnior 4. Ney Suassuna		1. Onofre Quinan 2. Gerson Camata 3. Flaviano Melo 4. Coutinho Jorge
1. Élcio Álvares 2. Francetino Pereira 3. Waldeck Ornelas 4. José Alves	PFL	1. José Agripino 2. Carlos Patriônio 3. Vilson Kleinbing 4. José Bianco
1. Lúcio Alcântara 2. (vago)	PSDB	1. Jefferson Peres 2. José Ignácio Ferreira
1. Epitácio Cafeteira 2. Osmar Dias (PSDB)	PPB (ex-PPR + ex-PP)	1. Lucídio Portella 2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
1. Emilia Fernandes	PTB	1. Artindo Porto
1. Marina Silva	PT	1. Lauro Campos
1. Darcy Ribeiro	PDT	1. Sebastião Rocha
		Membro Nato Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO *1

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
VAGO *1		3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - aguardando indicação da liderança, tendo em vista que o Senador JOSÉ SERRA - titular da cadeira - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
----------------	--------------	--------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	
----------------------	------------	--------	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
IRIS REZENDE	1-VAGO
SILVA JÚNIOR	2-PEDRO SIMON
ROBERTO REQUIÃO	3-GILVAN BORGES
JOSÉ FOGAÇA	4-CARLOS BEZERRA
RAMEZ TEBET	5-GILBERTO MIRANDA
FERNANDO BEZERRA	6-HENRIQUE LOYOLA
NEY SUASSUNA	7-VAGO
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	1-ELCIO ALVARES
EDISON LOBÃO	2-CARLOS PATROCÍNIO
JOSÉ BIANCO	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
BERNARDO CABRAL	4-HUGO NAPOLEÃO
FRANCELINO PEREIRA	5-JOSÉ AGRIPIINO
JOSAPHAT MARINHO	6-FREITAS NETO
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	1-BENI VERAS
LÚCIO ALCÂNTARA	2-ARTUR DA TÁVOLA
JEFFERSON PERES	3-VAGO
SÉRGIO MACHADO	4-VAGO
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1-SANDRA GUIDI
PT	
JOSE EDUARDO DUTRA	1-BENEDITA DA SILVA
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA
PDT	
DARCY RIBEIRO	1-JÚNIA MARISE
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	1-ADEMIR ANDRADE
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	1-VAGO
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	8-VAGO
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
 (17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
CARLOS WILSON	PE-2451/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
PTB	
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB / PPS	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
 SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
 TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
 TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
 FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
PSDB	
JOSE IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012
VAGO	
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162
	1-ROBERTO REQUIÃO
	2-NEY SUASSUNA
	2-VAGO
	4-GILBERTO MIRANDA
	5-CARLOS BEZERRA
	6-VAGO
	7-VAGO
	1-CARLOS PATROCÍNIO
	2-JOSAPHAT MARINHO
	3-JONAS PINHEIRO
	4-GUILHERME PALMEIRA
	5-WALDECK ORNELAS
	6-JOSÉ ALVES
	TO-4068/4069
	BA-3173/3174
	MT-2271/2277
	AL-3245/3247
	BA-2211/2217
	SE-4055/4057
	1-GERALDO MELO
	2-CARLOS WILSON
	3-COUTINHO JORGE
	4-OSMAR DIAS
	RN-2371/2377
	PE-2451/2457
	PA-3050/4393
	PR-2121/2127
	1-JOSÉ BONIFÁCIO
	TO-2071/2077
	1-DARCY RIBEIRO
	RJ-4229/4231
	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA
	PR-4059/60
	1-MARINA SILVA
	AC-2181/2187
	1-VAGO
	1-ROMEU TUMA
	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
 FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
 PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
 (19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
2-BELLO PARGA	MA-3069/72
3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
3-VAGO	
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
	1-JOSÉ BONIFÁCIO
	TO-3055/57
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
	1-MARINA SILVA
	AC-2181/87
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
	1-VALMIR CAMPELO
	DF-12/1348
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
	1-DARCY RIBEIRO
	RJ-3188/89
PSB / PPS	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
	ANTONIO C. VALADARES
	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1-titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaca Casildo Maldaner	Marluce Pinto ¹ Roberto Requizito
	PFL
Vilson Kleinübing Romero Jucá	Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
	PPB
Espedito Amâa	
Emilia Fernandes	PTB

Ornmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Bloco Parlamentar PFL/PTB	Suplentes
Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
	PMDB
Paulo Ritzel	Elias Abrahão
Valdir Colatto	Rivaldo Macari
	PSDB
Franco Montoro	Yeda Crusius
	PPB
Fetter Júnior ³	João Pizzolatti
Décio Sperafico	Augustinio Freitas
	PT
Miguel Rossetto	Luiz Maineri

¹ Pedro Simão substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

² Filiado ao PSDB em 22-6-95.

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-3-95.

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

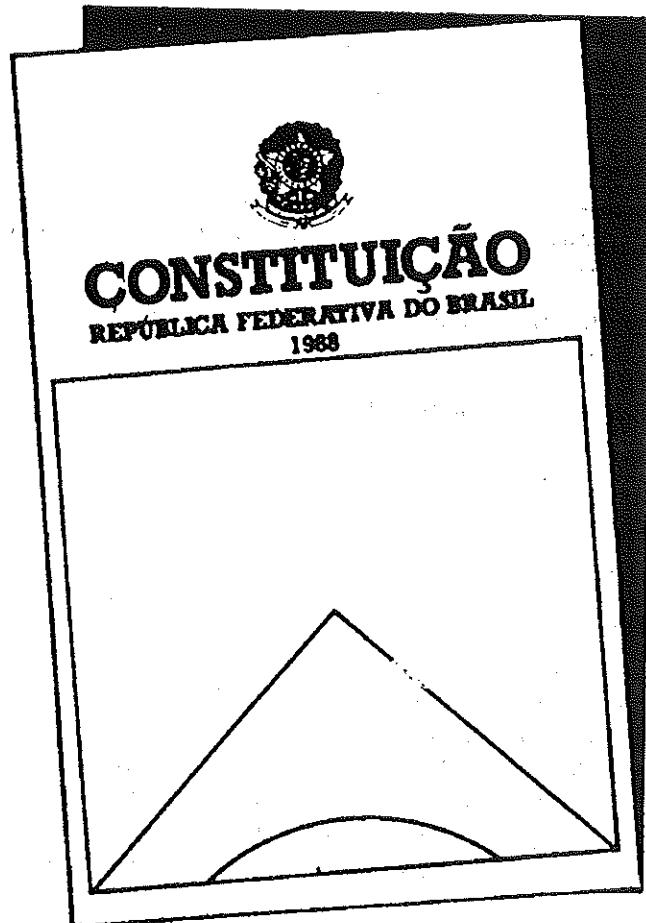
COMPACT DISK

CD/ROM

- Normas Jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodases.
- O acervo inclui, além de 3.888 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

SubSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
do SENADO FEDERAL



CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N°s 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; 2º Volume: A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; 3º Volume: O regime comum de origem no Mercosul; 4º Volume: ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; 5º Volume: Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; 6º Volume: Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; 7º Volume: O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; 8º Volume: Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL È POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10º edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS